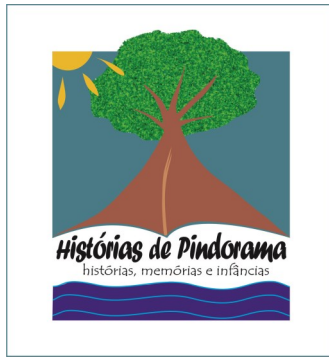


HISTÓRIAS DE PINDORAMA

histórias, memórias e infâncias



HISTÓRIAS DE PINDORAMA

histórias, memórias e infâncias



Niterói, abril de 2023

Livro Digital

Concepção e Coordenação Geral do Projeto Histórias de Pindorama

Claudia Hlebetz Teixeira

Pesquisa Histórica, Conceitual e Texto

Claudia Hlebetz Teixeira e Nicolli Bernardes Ribeiro

Colaboração na Pesquisa sobre os Territórios das Infâncias

Deise Parreiras Brito

Capa

Priscila Iglesias

Técnica: Sobreposição de duas fotografias digitais por meio de edição de imagens

Programas de edição: Photoshop e Ligthroom

Fotografias Digitais

Priscila Iglesias

Equipamento: Câmera Canon 5DMarkII

Projeto Gráfico

Claudia Hlebetz Teixeira

Realização

Emabrinq Serviços e Brinquedos Educativos Ltda

<https://www.emabrinq.com.br/>

https://www.instagram.com/emabrinq_brinquedos/

contato@emabrinq.com.br

Projeto Histórias de Pindorama

<https://historiasdepindorama.com.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Teixeira, Claudia Hlebetz
Histórias de Pindorama [livro eletrônico] :
histórias, memórias, infâncias / Claudia Hlebetz
Teixeira, Nicolli Bernardes Ribeiro. -- 1. ed. --
Niterói, RJ : Histórias de Crianças, 2023.

PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-980222-1-1

1. Brasil - História 2. Infância - Aspecto
social 3. Memórias I. Ribeiro, Nicolli Bernardes.
II. Título.

23-154589

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História 981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

Sobre os fotos que ilustraram este Livro Digital e os nossos agradecimentos..	2
Apresentação	3
Um projeto de histórias, memória e infâncias	7
Veias abertas da América Latina: o colonialismo encobriu nossa ancestralidade	18
Um lugar muito distante do mundo: saberes que ocupam as margens	29
A história desenhada em linha do tempo e uma reflexão necessária: oralidade, ancestralidade e patrimônio narrativo	42
Amefricanidade: um caminho para compreender o que somos	50
A escuta atenta do outro: mapas, lugares e caminhos	57
Os territórios das infâncias: afetos, brinquedos, histórias, memórias, ensinamentos	71
Os livros, artigos e ensaios que foram nossas referências e que adoramos ler e discutir e mais os livros e textos com os quais seguiremos na reflexão sobre o Brasil e seu povo	90

Sobre as fotos que ilustram este Livro Digital e os nossos agradecimentos

Ao pensarmos sobre as ilustrações para este livro digital, de imediato nos veio a ideia de que as mesmas fossem fotografias relacionadas à elementos da natureza.

Talvez o nome Pindorama levasse nossos pensamentos para um tempo onde o ser humano, a natureza e a vida estavam intensamente relacionados, em essência e consciência. Aprofundando essa ideia e relacionando-a aos fios condutores do projeto – memória, afeto como categoria política de transformação social, territórios das infâncias, ancestralidade e narrativa –, decidimos que as fotografias teriam como foco as mãos de crianças pequenas brincando com água, terra, areia e argila.

Para que essa produção fosse possível, contamos com a acolhida da Prof^a Maria Inês de Azevedo Ventura, Diretora da Unidade Municipal de Educação Infantil Dr. Paulo César Pimentel da Fundação Municipal de Educação de Niterói, onde realizamos essa produção fotográfica.

À Maria Inês e equipe, queremos agradecer o carinho e o apoio ao nosso trabalho. Queremos destacar a presença alegre e atenciosa da Profa. Claudia Mônica Couceiro de Siqueira e das funcionárias Jorgina Ferreira Pinto da Silva e Maria Helena da Silva Estevão, que nos deram apoio no cuidado com as crianças e na organização do espaço

Agradecemos, também, às famílias pela confiança e apoio.

E como não poderia deixar de ser, fica aqui nosso carinho às crianças que participaram dessa manhã de brincar livre. Nosso dia ficou melhor e mais alegre depois de brincarmos juntos. Nossos brincantes:

Evelyn Dourado de Souza
Helena Moure Prado
Isabella Morena da Silva Teixeira
Júlia Gomes Gama
Lis Jotha Mattos Simen
Luiz Perez Coelho Guerra
Manuella Rodrigues Barcelos da Silva
Maria Alice da Silva Pereira
Maya Benoni Braz Reis
Natã Taveira dos Santos
Pedro Jotha Mattos Simen
Pietro Souza Benevento
Plínio Abreu Quinalia
Thiago Cainã Menezes Figueira
Victoria de Oliveira Pereira Bastos

Por fim, queremos agradecer a Deise Parreiras Brito pela mediação com a escola e à Leléa Bernardes de Lima e Gregório Sebastian pelo apoio operacional.

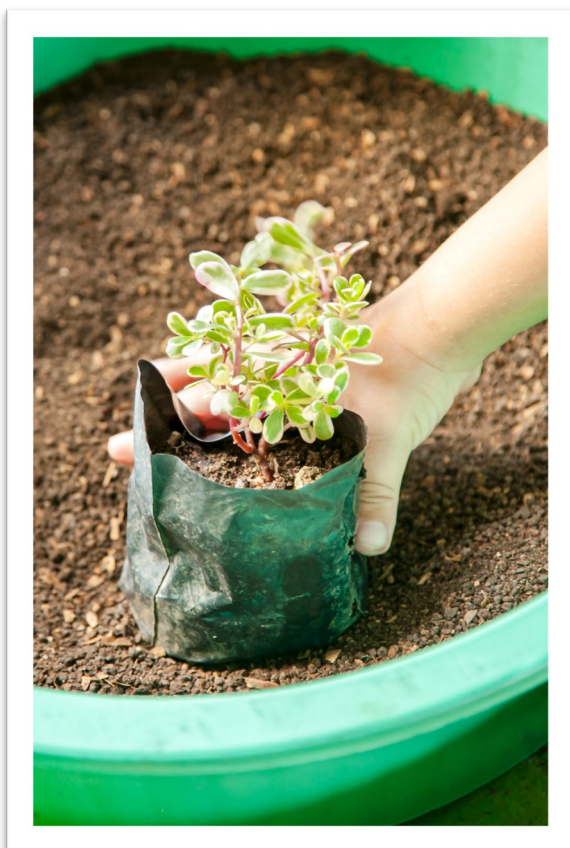
Claudia Hlebetz e Priscila Iglesias


Histórias de Pindorama: histórias, memórias e infâncias

Apresentação

Este livro digital é resultado do nosso trabalho de pesquisa e de reflexão sobre a História do Brasil a que demos o nome de **Projeto Histórias de Pindorama: histórias, memórias e infâncias**. O livro inaugura uma série de materiais educativo-culturais de livre acesso, disponibilizados gratuitamente no site do projeto e em suas diversas plataformas digitais.

Começamos a desenvolver esse trabalho em 2018, quando das nossas primeiras leituras e debates no âmbito de um grupo de estudos pensado para refletir sobre a produção de material educativo voltado para crianças e adolescentes que tivesse como tema principal a História do Brasil. Essa ideia já rondava meus pensamentos muito antes disso. Produzindo brinquedos educativos e desenvolvendo projetos educativo-culturais há muitos anos, a ideia de criar um projeto que aliasse brincadeira e contação de histórias não era algo inédito, pelo contrário, era o fio condutor de nossas atividades no âmbito da Emabring Serviços e Brinquedos Educativos.



 Brincar e contar histórias são caminhos de compreensão do mundo ao redor.

Brincar e contar histórias, para nós, são caminhos de compreensão do mundo ao redor, feito de tempo, de espaço e das relações que estabelecemos em nossas trajetórias. em nossa vida cotidiana. Minha história não é só minha, pois minha existência tem a ver com minhas experiências vividas e também com as lembranças e trajetórias daqueles e daquelas que estão ao meu redor. Lembro do que vivi e do que me contaram. Vivencio minha vida, mas também a vida dos que me cercam. A História é, assim, algo que não está fora de nós, mas parte de nossa própria vida, pois só aí poderemos ter a dimensão de nossa própria existência. Não somos espectadores da História, estamos mergulhados nela e por isso, somos, todos nós, contadores de histórias.

A compreensão da História de um país ou de um povo tem a ver com a compreensão da história que é feita de tempo cotidiano, de espaços vividos. O cotidiano é o lugar desse acontecer histórico porque a gente só vive e experimenta a vida no presente. O passado são as memórias e lembranças. O futuro é sonho, é expectativa de transformação. O presente é a vida mesmo: o lugar da resistência, da mobilização, da luta para que essa transformação possa vir a se realizar. Assim, refletir sobre quem somos é uma forma de compreender o que nos cerca.

No contexto de um sistema tal qual o capitalista, cujo valor maior é o mercado e o lucro e não as pessoas – entendidas como meras ferramentas de produção –, a informação toma o lugar do conhecimento e os espaços de narração vão perdendo sua possibilidade de existência. Em meio a um sistema construído sobre desigualdades e exclusões, vivemos um tempo de ausências, vazios, conflitos e violências; preconceitos de todas as formas, doenças do corpo e da alma, falta de perspectivas e de sonhos futuros. Um tempo onde muito se diz, mas onde ninguém parece escutar.

É preciso contrapor ao tempo acelerado da informação e da produção, o tempo lento de homens e mulheres em suas trajetórias de vida: a história de cada um e de cada uma que ao ser compartilhada, pressupõe diálogo e afeto, estabelece laços de pertencimento.

Somos nós, os brasileiros, um povo de muitas histórias. Todas elas nos constituem, mas as marcas do colonialismo insistem em nos impor a ideia de que pouco ou nada somos. Por quais caminhos devemos seguir para que seja possível superar essas marcas que se inscrevem em corpos e mentes e impedem que possamos ser tudo o que realmente somos, tudo o que queremos ser?

São essas as perguntas e reflexões que nos fizeram construir o projeto que ora apresentamos, que tem por objetivo contar a História do Brasil para crianças e adolescentes de forma lúdica, utilizando-se da brincadeira e da contação de histórias. A pesquisa sobre a História do Brasil dará estrutura à uma coleção de “Caixas da história” cujo conteúdo tem a ver com um tema ou momento específico da História do Brasil.

Cada “Caixa da história” será apresentada junto à diversos materiais: livro de referência para jovens, pais e educadores; livro infantojuvenil voltado para crianças e adolescentes e vídeos que, junto à “Caixa da história” – com cenários e personagens para imprimir, recortar, montar e brincar – formam um conjunto de materiais educativos que aprofundam o tema proposto e se abrem à discussão e à reflexão. Todo esse material estará disponível no site do projeto para download.

O presente livro digital – que apresenta os fundamentos conceituais do **Projeto Histórias de Pindorama** – se amplia tanto nos textos de cada livro de referência e de cada um dos livros infantojuvenis produzidos para cada “Caixa da história”, como nos minidocumentários, rodas de conversa com profissionais convidados de diferentes áreas sobre as temáticas aqui tratadas, blog e podcast. Organizamos, ao final deste livro, todos os artigos, ensaios e obras de autores que foram nossas referências nessa empreitada, com indicação das que estão disponíveis, na íntegra, em formato de livros eletrônicos.

Todos os materiais visuais, sonoros e textuais do projeto – livros digitais, vídeos, músicas, fotos etc. – estarão disponíveis para livre compartilhamento, tanto no site do projeto, como nos demais canais e redes digitais a ele relacionados, desde que preservada e mencionada a autoria de cada um deles. Dessa forma, vamos construindo um acervo narrativo sobre a História do Brasil ao qual queremos que se juntem as histórias, reflexões e comentários de todos vocês, nossos leitores e os visitantes de nosso site e demais plataformas e redes digitais.

Para nós, as histórias que se contam no miúdo da vida cotidiana precisam ser ouvidas, pois elas tem a ver com a existência de homens e mulheres em suas lutas, desejos, sonhos e afetos. O narrador conta o que sabe, vê e sente, fala sobre as experiências de vida: a sua e a dos outros. Seja longe, seja perto, ele transforma o espaço ao redor a partir da linguagem: mais que sua palavra, seu fazer propõe relações: laços de pertencimento tecidos no contexto de múltiplas comunidades narrativas, onde a escuta atenta do outro tem um lugar para existir.

Para nós, a memória é evocação, pois traz ao presente as experiências e vivências do passado para que o tempo presente seja feito, também, de ensinamento e aprendizado. A história que se conta em números, em datas e em feitos heroicos, não dá conta da vida de cada um e de cada uma, que é, ao mesmo tempo, a vida de todos nós. A história, assim pensada, é destinada ao esquecimento e ao apagamento.

Eis aqui o nosso convite: escutar as vozes dos que vieram antes de nós, pois a escuta atenta dessas histórias tem a potência de transformar o mundo ao redor.

Para nós, a memória coletiva é revolucionária.

Claudia Hlebetz
Niterói, abril de 2023



Escutar as vozes dos que vieram antes de nós.



Um projeto de histórias, memórias e infâncias

O **Projeto Histórias de Pindorama: histórias, memórias e infâncias** é o desdobramento de um outro projeto que, na verdade, é o fundamento do nosso trabalho de pesquisa e de produção de brinquedos: o **Projeto Histórias de crianças**.

Para nós, é brincando que a criança aprende e apreende o seu mundo, se desenvolve e compartilha esse aprendizado. É no miúdo do seu cotidiano que se faz história, acervo, patrimônio, cultura, brinquedo e brincadeira, ensinamento. Histórias e crianças são as sementes de nosso trabalho.

Nossa produção de brinquedos e as atividades educativo-culturais que operacionalizamos estão relacionadas, profundamente, ao patrimônio narrativo brasileiro e seus vínculos com as histórias que aqui se contam: laços de pertencimento com os povos originários de Pindorama – como era chamado o Brasil na época de sua invasão; com o povo negro em sua diáspora – povo escravizado, transportado à força para uma terra que não era a sua, para um lugar de exclusão e violência; com europeus colonizadores e com a Pátria Grande dos países irmãos da América Latina. Esse patrimônio narrativo conforma um acervo de histórias do qual somos herdeiros.

Histórias, brinquedos e brincadeiras são caminhos de conhecimento do mundo do qual as crianças fazem parte – estratégias de compreensão de sua realidade, de suas experiências e de sua própria história que, por sua vez, se relaciona com diferentes contextos de vida, diferentes expressões de cultura, diferentes formas de recordar, comemorar e registrar suas memórias, tal como são diversos os ensinamentos que as rodeiam.

Entendemos, assim, a criança como sujeito do conhecimento, que constrói sua identidade por meio de suas experiências individuais e coletivas, nas relações que estabelece em meio às comunidades narrativas de que faz parte: espaços da palavra, do sentido, do aprendizado e do ensinamento. Ao aprender e apreender o espaço ao redor, a criança toma consciência do seu próprio corpo que está sempre em relação: com ela mesma, com os que a rodeiam, com os objetos que percebe à sua volta, com as palavras que a cercam, com o vivido, com o imaginado, com o sonhado: dentro, fora, distante, próximo,

continente, contido, aqui, ali, transpor, compor, impor, propor.

Queremos sublinhar aqui a etimologia da palavra apreender porque ela nos remete a ideia de movimento. Nesse sentido, apreender é guardar, agarrar, alcançar, deslocar, segurar. Ao lado de aprender, amplia sua significação pois nos leva a refletir sobre as formas plurais pelas quais transformamos o que aprendemos em conhecimento e, mais além, em acervo, patrimônio e ensinamento. Aprendizado que não se realiza, somente, nos espaços institucionalizados de educação, mas que se dá em múltiplos territórios, como são múltiplas as experiências de vida de cada um e de cada uma.

Seu espaço de existência é o espaço habitado, formado pelos acontecimentos, observações e experiências da sua vida cotidiana, do mundo escrito com letras minúsculas: o próximo, o vizinho, o conhecido – *o seu lugar*. É nesse contexto que a criança tece seus laços de pertencimento. Na verdade, não só a criança, mas todo ser humano tece seus laços de pertencimento no tempo e no espaço de sua existência, onde vivencia a cultura, a linguagem, os modos de subsistência e, também, os modos de resistência e de possibilidade de transformação do vivido, a partir do sonho, da vontade e do desejo de mudança.

O Prof. Milton Santos, bacharel em Direito e Doutor em Geografia, um grande mestre, nos deixou como legado uma produção acadêmica de grande substância e qualidade e nos mostra, em seus livros e pesquisas, que a compreensão da realidade brasileira tem que ser percebida no seu plural: *realidades brasileiras*, já que os contextos de vida no Brasil são historicamente diferenciados, desiguais e fortemente influenciados pelo poder social, político e econômico, local e regional.

Para ele, o processo de globalização vivenciado desde o final do século XX, impôs a todos nós a ideia de que vivemos um tempo onde o espaço é um território que inclui, obrigatoriamente, ciência, técnica e informação, definido por estruturas que se relacionam ao Estado, ao Mercado, à Ciência, à Técnica, ao qual sujeitamos corpos e pensamentos: um espaço no qual parecemos estar ausentes, distantes do nosso lugar. O professor nos ensina que frente a esse espaço da ausência é preciso contrapor o espaço compartilhado, o espaço habitado que é entendido como *o espaço banal: o espaço de todos, todo o espaço*.


Vivemos, gradativamente, a perda dos espaços das vivências coletivas e comunitá-

rias, do tempo de contar histórias, da rua como lugar das brincadeiras e das festas coletivas. Desvaloriza-se a cultura popular e o aprendizado significativo e valorizam-se as competências, os individualismos, o mérito, o sucesso e a riqueza financeira como metas de vida. Simultaneamente, multiplicam-se os instrumentos tecnológicos de informação para que o conhecimento armazenado sirva ao processo produtivo e se expanda com vistas ao desenvolvimento e à qualificação técnica e intelectual daqueles que serão, no futuro, os agentes desse processo, aptos a produzir bens e serviços e a consumir produtos e informação. Multiplicam-se, também por isso, os espaços de exclusão e de carência, da invisibilização dos excluídos e explorados, dos que são obrigados a tornarem-se adultos ainda na infância.

Na sociedade capitalista da informação e da globalização, o produtor (das palavras, da cultura, do conhecimento, dos bens econômicos) é o adulto que se molda às exigências do mercado, das plataformas políticas, da ciência, da técnica e que, entre outras coisas, cumpre o papel de educar aqueles que ainda não o são: as crianças.

No contexto de uma sociedade onde o consumo exacerbado e a violência sem sentido estão em pauta dia a dia, à criança é dado viver inúmeros papéis: tirana nas relações familiares; autônoma frente aos mais novos artefatos tecnológicos; ícone de felicidade e completude familiar, retratada em fotos instagramáveis; vítima do descaso, da violência, do abandono e da exploração, mas invisível do ponto de vista do que são, do que pensam, do que sentem quando olham o seu entorno.

Enxergar a criança e buscar compreendê-la é percorrer um caminho de interação, contato e proximidade. É olhar o entorno com olhos de interesse e pergunta, tal como ela mesma nos ensina, quando, distraída, brinca com pedrinhas, folhas, terra, um pouco de água, farelinhos de pão e ao fazê-lo constrói pela imaginação um mundo cheio de sentido e de significado, que mantém vínculos estreitos e profundos com sua realidade, com o espaço e o tempo do seu cotidiano. E esse ensinamento ecoa em nós, pois a infância também nos constitui, não é mera etapa etária da vida: ela é fundamento do que somos.

 A infância nos constitui:
ela é fundamento do que somos.

A criança, o adulto, o velho não são definidos por anos que se contam meramente como quantidades, mas por relações, por histórias e memórias, por trajetórias de vida que são mais do que recortes temporais. Tais trajetórias constituem o tempo e a história de cada um e de cada uma e estão profundamente articulados aos espaços vividos, à linguagem, à territórios feitos de relacionamentos, sentidos e significados.

São territórios que existem a partir desse *espaço habitado*, o *espaço banal*, como nos ensina o Prof. Milton Santos, e que se constituem por laços de pertencimento com os grupos de convívio e de referência, nas relações estabelecidas em meio à diferentes comunidades narrativas das quais fazemos parte. Território físico da existência e território simbólico da cultura e do ensinamento, de histórias contadas e recontadas, de lembranças e memórias que falam de vivências significativas, sublinhadas por afetos plurais.

É preciso contrapor o mundo escrito com letras minúsculas do cotidiano e da vida diária ao Mundo escrito com letras maiúsculas do qual parecemos não fazer parte. É na percepção da força e da potência desse território formado pela vida de cada um e de cada uma, pela vida de todos e todas, que decorrerá a transformação possível, a reflexão e o questionamento a respeito dos territórios organizados a partir de poderes políticos e econômicos, sublinhados pelo sistema capitalista e desdobrados em exclusão e opressão.

O capitalismo é um sistema que impõe a ideia de que a vida em sociedade é feita de dualidades: riqueza e pobreza, competência e incompetência, sucesso e fracasso, tempo produtivo e tempo improdutivo. O progresso, o sucesso e a conquista material se apresentam, meramente, como opções, como escolhas individuais, não como possibilidade e impossibilidade, bastando buscar uma trajetória de vida desenhada em linha reta da infância à vida adulta, como se não houvessem diferenças e desigualdades, materialidade histórica. A criança, assim, ocupa, tão somente, o lugar de quem aprende e o adulto o lugar de quem ensina: é dele a “voz da experiência”.

No ensaio “Experiência”, que faz parte do livro “Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação”, o filósofo e sociólogo alemão, Walter Benjamin, afirma que:

Em nossa luta por responsabilidade enfrentamos um mascarado. A máscara do adulto é a experiência. Ela é inexpressiva, impenetrável, sempre igual. Como contestar a voz da experiência?, pergunta Benjamin. A criança é, assim, receptáculo da experiência

de vida do adulto, pois ela nada sabe e só saberá quando adulta for.

Contudo, a experiência é algo que só tem sentido e significado a partir da vida de cada um e de cada uma, pois pressupõe história, vivência, afeto e relação. Ela não é um conteúdo a ser acessado, ela é realização significativa do que aprendemos e apreendemos em nossas trajetórias de vida. Benjamin cita o filósofo alemão Friedrich Nietzsche que afirma: *cada um só vivencia a si mesmo*.


Para além da experiência – que submete a infância ao tempo do ser adulto – é preciso refletir sobre o ensinamento: o conhecimento compartilhado, a rememoração e a comemoração, os relatos e registros, as vivências cotidianas de subsistência, trabalho, aprendizado, luta e conflito, os encontros e desencontros, as práticas de educação e cultura, as ideias, os acervos, as histórias, as narrativas.

Paulo Freire, educador brasileiro, de rica e generosa produção teórica, de fala profunda e amorosa é, para nós, referência fundamental: nos ensina que *a leitura do mundo precede a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele*. E esse mundo é apreendido na relação da criança com o seu espaço de vida, com os vínculos que aí estabelece, com as pessoas que a rodeiam, com as palavras que nomeiam as coisas, que falam sobre sentimentos e pensamentos e que se desdobram em histórias e memórias. Antes do conhecimento sistematizado e organizado do Mundo, o que se experimenta é o ensinamento que brota das miudezas da infância: vento, chuva, poça, inseto, bicho, choro, colo, medo, espanto, riso, fome, descoberta, sono e sonho.

No livro “À sombra desta mangueira”, Paulo Freire nos conta que no quintal da casa de sua infância havia uma mangueira e foi ali, no espaço mais próximo de sua vida diária que viveu seus brinquedos, suas leituras, sua escuta de tudo o que o rodeava: o vento nas folhas da árvore, o abrigo da chuva, os bichos, as palavras escritas no chão de terra, as coisas, as pessoas, os sentimentos, as perguntas.

Do quintal que abrigava a mangueira, ele saiu para descobrir a rua, os bairros, a cidade, outras cidades, o país, outros países. Descobriu diferentes línguas e linguagens, muitas pessoas também, numa caminhada onde o conhecimento de si se enlaçava ao conhecimento dos outros e do mundo que o cercava para se transformar em ensinamento. Seu primeiro mundo foi o quintal de casa e, para ele, mesmo quando já haviam se passados anos, novos lugares, outras moradas, tantas vivências de palavras, coisas e



Antes do conhecimento sistematizado do Mundo, o que se experimenta é o ensinamento que brota das miudezas da infância. 

para ele, a imagem da mangueira lhe surgia no pensamento para lhe falar da sua história, feita de presenças, memórias, ausências, aprendizados, partilhas, conflitos, acervo e pertencimento. Para ele, o Brasil começou a existir a partir de seu quintal. E para nós? Como e quando o Brasil começou a existir?

O aprendizado escolar, no mais das vezes, é o das relações sociais a partir da família, a qual se somam a vizinhança, o bairro, a cidade, o estado, a região, o país, que se transforma em pátria e nação, que se amplia em continente e que se alarga para se fazer planeta. Por vezes, são, apenas, pontos marcados em uma régua imaginária, etapas seguidas de aprendizado, onde o conhecimento é feito de programas curriculares e conteúdos pré-definidos, sublinhados pela disciplina, conformidade e institucionalidade. Onde, nessa régua, encontramos nosso quintal? Como vivenciar o aprendizado que se realiza como descoberta, com a liberdade de olhar o entorno com olhos de interesse e pergunta?

Para além de marcações curriculares, é preciso compreender que a casa, a rua, o bairro, a cidade, o país só podem ser entendidos a partir dos modos de viver e de narrar 12

a própria história.

O país não é um território desenhado em um mapa, delineado em fronteiras claras e precisas. Um país é seu território e seu povo, é feito de floresta e mangue, de concreto e vidro, de areia e praia, de casa, rua, campo, roça, estrada, prédio, favela. São lugares onde se vive, que se constituem a partir da presença de relevos físicos, naturais e sociais: coisas, seres, objetos, estruturas arquitetônicas, mas principalmente de pessoas, que não devem ser vistas como meras observadoras das paisagens que as rodeiam ou meros transeuntes que seguem no caminho pendular da casa para o trabalho, do trabalho para a casa.

É na experimentação de uma história feita de cotidiano e nas inúmeras possibilidades de comunicação e aprendizado nesse contexto – expressas na vida de cada um e de cada uma – que será possível encontrar o país e sua história: patrimônio narrativo feito de registros, gestos, mensagens, guardados, momentos. Nessa trajetória, vivenciamos o espaço, o tempo, a palavra e vamos construindo nossos acervos de vida, nossas comunidades narrativas, nossas formas de ser, existir, resistir e transformar: histórias compartilhadas. Contamos nossas histórias para saber quem somos.

Esse é o subtítulo do livro de Alberto Manguel, ensaísta, escritor e tradutor argentino: “A cidade das palavras: as histórias que contamos para saber quem somos.” Manguel, na introdução de seu livro, formula uma questão: *Por que estamos juntos?* Para respondê-la, segue o fio das narrativas, dado que as palavras que dizemos e que ouvimos, as palavras que nos cercam em diferentes línguas e linguagens conformam aquilo que nos fundamenta, “falam” de nós e sobre o mundo no qual vivemos. Somos contadores de histórias.

O tempo e o espaço de nossa vida cotidiana é permeado de relações significativas que estabelecemos com as pessoas e as coisas que nos rodeiam: o tempo da vida e o espaço habitado tornam-se perceptíveis no dia a dia em que se vive, em meio às nossas comunidades narrativas pelas quais transitamos e onde estabelecemos laços de convívio e de pertencimento.

No âmbito dessas comunidades narrativas, contamos nossas histórias, estabelecemos relações, elaboramos práticas educativas, construímos acervos e patrimônios educativos, culturais e simbólicos em diferentes territórios onde compartilhamos vivências,

ensinamentos e conhecimento.

Vivências individuais e coletivas. Conhecimento que é sempre um conhecimento do eu, do outro, do nós e do mundo, mesmo quando não se tenha clareza sobre essa relação, mesmo quando a sociedade parece ser, apenas, o lugar do trabalho produtivo, da exploração, da competição infinda, da (falta de) ética do “mercado”. Mesmo quando a sociedade parece ser constituída pelo simples somatório de indivíduos que trilham, sozinhos, o caminho para a riqueza e o sucesso – que no mais das vezes e para a maioria nunca chegam, pois a meritocracia é uma falácia e a história linear e sem conflitos que é assim desenhada não nos conta sobre quem somos e sobre quem queremos ser.

As relações que estabelecemos na vida e em nosso entorno dão substância ao comunitário, à coletividade onde se vive a história: tempo e espaço cotidiano de nossas experiências, nossos pensamentos, nossos sonhos, acervos, vontades e desejos. O indivíduo não se aparta do coletivo onde se insere e onde estabelece relações no decorrer de toda a sua vida.

No livro citado acima, Manguel analisa a obra do escritor Alfred Döblin que ele considera como um dos maiores romancistas do século XX. Döblin, médico, romancista e poeta alemão, entendia a linguagem como um ser vivo, pois é ela que apresenta a realidade em todas as suas formas e perspectivas; trata da condição humana literal ou metaforicamente e, ao fazê-lo, nos revela ao revelar nossas angústias e anseios, nossos medos e espantos, nossos desejos e alegrias, nossas dúvidas e contradições.

A linguagem, segundo o escritor, explicita o fato e a razão de estarmos juntos: sozinhos andamos, comemos, dormimos, respiramos, mas para falar precisamos dos outros. Não é possível o contato com o outro sem que haja linguagem que é feita de palavras, gestos, tato, símbolos, olhares, sentidos e imaginário. Por isso, endossamos a fala de Döblin quando diz que a linguagem é um modo de amar os que nos rodeiam, sejam próximos ou não. Amar nos define como seres humanos que se expressam através da linguagem.



Amar nos define como seres humanos.

A linguagem, desse modo, não é algo da ordem do utilitário, apenas no sentido de existir para nomear os seres e as coisas, ela é mais do que isso, *ela confere existência à realidade: ela é um ato de evocação por meio de palavras e por meio daquelas versões de acontecimentos reais que chamamos de histórias*, complementa Manguel.

A linguagem registra, de diversas maneiras, nossas experiências de vida e como evocação torna presente a lembrança que é importante guardar. A memória é trabalho, é tarefa realizada por aquele ou aquela que recorda, sublinhando o que foi vivido, contado e compartilhado. Tais histórias permanecem porque têm a capacidade de dar sentido e significado tanto à história em si, como à própria vida dos que as contam.

Guardamos, preservamos, evocamos para falar de nós e de nossas histórias compartilhadas no contexto de nossas comunidades narrativas, onde as experiências comunicáveis – lembrando Walter Benjamin – ainda tem lugar para acontecer na relação entre pessoas, saberes e acervos individuais e coletivos. Pluralidade que fundamenta um patrimônio de narração e conhecimento que se vai construindo na história de uma pessoa, de sua família, vizinhança, comunidade, cidade e que se amplia na história do país e do seu povo, de outros povos e na história da humanidade como um todo.

Vivemos em uma sociedade acelerada pela técnica e por instrumentos cada vez mais sofisticados de comunicação e informação. As experiências compartilhadas parecem perder sua substância afetiva, seu valor como história de vida em uma sociedade onde a vida segue em repetição, barulho e silêncio; onde muito se diz. Mas, o que será que permanece depois daquilo que foi dito, da sucessão de notícias divulgadas no último minuto, da sequência de fotos e vídeos postados em nosso *feed*? Essa história, essa memória, construída em nossas redes sociais, parece prescindir de todos nós. Interagem e somam-se os indivíduos, contabilizados como seguidores e como produtores de um conteúdo a ser consumido, polemizado, descartado e esquecido e que, importante lembrar, multiplica o ganho financeiro das plataformas digitais e o seu poder social, político, econômico e simbólico.

O indivíduo tende ao isolamento e à experimentação de sua coletividade como momentos que se realizam como instantâneos capturados em seus trajetos diários ou postados – como som, imagem e texto – nas redes sociais. A informação se confunde com o conhecimento: é um instantâneo, não o acervo. É a superfície, não a profundidade. É preciso um tempo lento, amplo e largo, uma reflexão profunda para que o saber se cons-

trua, para que o conhecimento de si, dos outros e do mundo tenha espaço para acontecer. Esse tempo é o tempo das comunidades narrativas, da troca de afetos e ideias, da polêmica, do conflito e da indignação que se desdobram em luta e resistência, não em vazios e violências expressos numa única forma de entender o mundo e vivenciá-lo. É preciso escuta e diálogo para que haja sentido de comunidade, pois, na verdade, não vivemos apenas no singular. Nós somos plurais.

Numa sociedade pautada pela informação, influenciada e dominada por grandes corporações cujos interesses econômicos implicam na manutenção de carências, exclusões e desigualdades, somos destinados a sermos seres sem memória que perdem não só o sentido da História de seu país ou povo, mas o sentido de sua própria história?

Num belo e instigante livro, “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”, a Prof^a Ecléa Bosi relaciona História e Memória para nos fazer refletir sobre uma sociedade que exclui ou apaga as lembranças e as histórias de vida e, ao fazê-lo, destrói os espaços de narração, substituindo-a pela comunicação de massa, transformando o conhecimento em informação:

(...) a informação só nos interessa enquanto novidade e só tem valor no instante em que surge. Ela se esgota no instante em que se dá e se deteriora. Que diferente a narração! Não se consuma, pois sua força está concentrada em limites como a da semente e se expandirá por tempo indefinido, afirma, lembrando Benjamin.

A memória é, segundo ela, uma ponte entre o passado e o presente e, nos lembra que os seres humanos são uma comunidade de destino: nascem, crescem, envelhecem e morrem. Suas histórias de vida que não se apagam quando a vida se finda, pelo contrário, elas permanecem nos testemunhos e relatos dos que aqui ficam. Nesse sentido, a memória é uma evocação, ela traz ao presente aquilo que importa guardar: *o que fica é o que significa*. Os fios da narração nos conduzem – através das vivências que se realizam no contexto de nossas comunidades narrativas – a construir um acervo significativo que irá possibilitar a compreensão da História que é sempre feita de histórias vividas, contrapondo-se a uma História escrita pelos interesses dos que dominam.

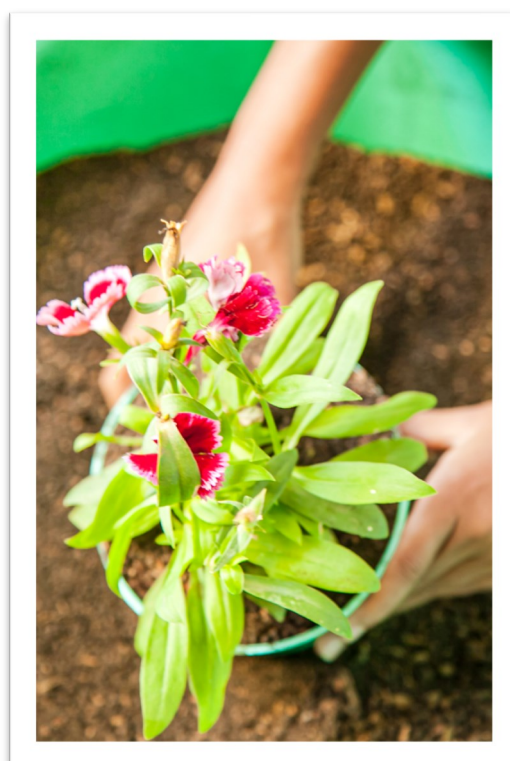
Paulo Freire afirmava: *fazer a História é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado*. É transformá-la com sua voz, seus sonhos, seus direitos e vontades. Assim fazendo, vamos construindo o conhecimento de nós mesmos, dos outros e do mundo ao redor e, assim, a História que se realiza no miúdo do cotidiano se faz pre-

sença e ação, luta e resistência, trabalho, cultura, aprendizado, ensinamento e partilha. História vivida através de nossos afetos.

O afeto, para nós, é uma categoria política de transformação social não no sentido de um sentimento de amorosidade idílica e altamente subjetiva; afeto como aquilo que em diferentes momentos de nossa vida cotidiana responde à pergunta: o que nos afeta? Amor, raiva, indignação, medo, desalento, companheirismo, solidariedade, desejo, vontade. Tudo aquilo que nos move e que conforma nossa experiência de vida. O amor não é emoção, tão somente, é afeto e concretude, é ação, tal como afirma bell hooks: *o amor é o que o amor faz*. Nesse sentido, falar de amor pode ser algo revolucionário num tempo em que o individualismo nos afasta de nossa coletividade, onde a vida é traçada como uma linha reta em busca do sucesso e da riqueza financeira. O sistema capitalista se estrutura numa sociedade feita de indivíduos, onde os laços espaço-temporais parecem estar rompidos, onde palavras como pertencimento, pluralidade, narratividade, ancestralidade não tem lugar para existir.

Pensar o afeto dessa forma, em sua substância política e social nos traz de volta a necessidade que temos de nos expressar através da linguagem e a característica profundamente humana da necessidade do outro para falar de si e das coisas e pessoas que lhe rodeiam. Falar de afetos plurais e olhar o mundo com olhos de interesse e pergunta. Partilhar o saber e o fazer, a terra e o pão. A preservação e a partilha de nossas histórias e memórias são ações transformadoras.

A preservação e a partilha de nossas histórias e memórias são ações transformadoras.



Veias abertas da América Latina: o colonialismo encobriu nossa ancestralidade

Por muitas centenas de anos, os europeus acreditavam que o mundo era formado por três territórios distintos: a Ásia, a África e a Europa. Com o fim da Idade Média, com a formação dos Estados Nacionais, com as Grandes Navegações e com todo o conhecimento produzido e difundido no contexto do Renascimento – movimento político, econômico, cultural e científico que abrangeu o período entre os séculos XIV e XVII –, a visão sobre esse Mundo, seus contornos físicos, econômicos, políticos e simbólicos mudou.

E essas mudanças se concretizaram em mapas que desenharam não só as novas fronteiras do mundo, como sublinharam a ação humana nesse empreendimento de conquista e expansão, de ampliação e divulgação do conhecimento produzido sobre os seres humanos, sobre os animais, os mares, as terras, as montanhas e florestas, os solos, os rios, os objetos, os territórios, as culturas, as línguas, as diferentes formas de expressão artística, o céu, os planetas e as estrelas. O homem era, agora, o centro do mundo.

Em 1507, no contexto desse longo processo de grandes transformações, Martin Waldseemüller, humanista e cartógrafo alemão, desenhou um mapa considerado um marco da cartografia mundial. Nele, o mundo estava dividido em quatro partes: Ásia, África, Europa e *América*. Foi a primeira vez que o novo continente, o *Mundus Novus*, aparecia em um mapa. O mapa de Waldseemüller, como ficou conhecido, foi resultado do trabalho de um conjunto de especialistas reunidos numa pequena cidade francesa próxima da Basileia, na Suíça, e de Freiburg, na Alemanha. A cidade de Saint-Dié-des-Vosges, na região da Lorena, era um ponto de encontro dinâmico da região, lugar de passagem e ao mesmo tempo de proximidade dos centros de produção de conhecimento e do poder político e econômico.

Martin Waldseemüller e Mathias Ringmann, entre outros, desenharam o mapa e o publicaram junto ao livro intitulado “Introdução à Cosmografia”. O mapa e o livro que o explicava não só apresentavam o novo continente, “recém-descoberto”, indicando suas possíveis fronteiras e contornos, mas indicava também as mudanças ocorridas nas noções de tempo e espaço: o mapa planejado que devia ser recortado e colado em um globo era uma afirmação de que a Terra era redonda. A imagem de Deus, desenhada no alto do mapa, comum até então, estava ausente. Presentes as figuras de Ptolomeu –

matemático e cartógrafo grego que, no século II a.C. formulou a Teoria Geocêntrica, colocando a Terra no centro do Universo - e de Américo Vespúcio, a quem os cartógrafos atribuíam a descoberta do Novo Mundo, a *América*: nome dado ao território em sua homenagem, ele que era um navegador e cosmógrafo italiano, que explorava esse “novo mundo” em nome dos reis de Portugal e Espanha.

Esse mapa meticuloso e de grandes dimensões apresentava a América ao mundo. O território ali desenhado era a América do Sul que aparecia, tal como nos mapas atuais, cercada por água – o que causa espanto já que os europeus só teriam descoberto o Oceano Pacífico em 1513. Sinalizando no mapa o nome *América*, os cartógrafos sinalizavam, também, a veracidade das cartas de Américo Vespúcio que tratavam sobre o *Mundus Novus*. Numa dessas cartas, enviada à Lorenzo di Pierfrancesco dei Medici, o cosmógrafo italiano, natural de Florença, cujo nome batiza a região “descoberta”, escreve:

Nos dias passados, muito amplamente te escrevi sobre meu retorno daquelas novas regiões que – por mando desse sereníssimo rei de Portugal, à sua custa e com a sua frota – procuramos e encontramos, às quais é lícito chamar de Novo Mundo, porque nenhuma delas era conhecida dos nossos maiores; porque é coisa novíssima para todos os que ouviram [falar] delas; e porque isso excede a opinião de nossos antepassados, pois a maior parte deles diz que, além da linha equinocial e para o meridiano, não há continente apenas mar, que chamam de Atlântico. E, se alguns deles afirmaram que ali havia continente, negaram – por muitas razões – que aquela terra fosse habitável. Todavia, essa última minha navegação constatou que essa opinião dele é falsa e totalmente contrária à verdade, já que encontrei naquelas partes meridionais um continente habitado por mais numerosos povos e animais do que na nossa Europa, ou Ásia, ou África.

Em outra carta, enviada Ao *Ilustríssimo Renato, Rei de Jerusalém da Sicília, Duque de Lorena e de Bar*, Vespúcio narra sua jornada:

A viagem transcorreu de tal modo que em apenas 27 dias chegamos a certa terra que julgamos firme, distante cerca de mil léguas das ilhas da Grande Canária, fora do que está habitado na zona tórrida, fato que se evidenciou certo, porque, conforme todos os instrumentos mostravam, o polo setentrional se elevava 16 graus acima do horizonte desta terra e 75 graus a ocidente das ilhas da Grande Canária. Neste local, lançadas as âncoras, aportamos nossa frota a légua e meia da costa e, com alguns batéis, providos de armas e gente, atingimos a praia propriamente dita. Assim que ali chegamos, percebemos inumerável quantidade de pessoas nuas caminhando, o que nos tocou de não pequena alegria, pois todos eles, que estavam nus, pareciam também estar admirados por nossa causa, porque, segundo penso, nos viam vestidos e de aparência diversa da sua.

E continua mais adiante:

Ao amanhecer do dia seguinte, na praia vimos outra vez infinita multidão de homens e mulheres carregando consigo seus filhos, e percebemos que haviam trazido todos os seus utensílios, como se dirá adiante no lugar oportuno. Muitos deles, mal nos aproximamos da terra, lançaram-se ao mar e, como são exímios nadadores, vieram nadando até nós à distância de um tiro de besta. Acolheram-nos muito humanamente e misturaram-se conosco com grande despreocupação e confiança, como se já nos houvésemos encontrado antes e mantido por muito tempo relações frequentes de igual para igual, o que nos encheu então de não pequeno contentamento.

Muita polêmica cercou a “descoberta” do Novo Mundo como obra de Américo Vespúcio ou de Cristóvão Colombo – que acreditava ter chegado às bordas da Ásia e não em um novo continente. Alguns estudiosos consideraram as primeiras cartas de Vespúcio sobre o Novo Mundo como documentos apócrifos, fictícios. Sua experiência como navegador, sua erudição, a potência da sua narrativa, os estudos prévios sobre astronomia e cartografia, as histórias de navegadores e a mitologia relacionada à existência desse novo território, tudo isso, poderia muito bem ter servido de fundamento à sua escrita, dando-lhe condições de descrever a região – a América – mesmo antes de ter aportado aqui. O Novo Mundo já existia no pensamento de pensadores, navegadores e exploradores muito antes de ter sido encontrado. Numa certa medida, sua busca, conquista e exploração sempre foram os objetivos de um empreendimento de múltiplas características: econômicas, políticas, religiosas, culturais e simbólicas.

Voltemos ao mapa de Waldseemüller. A segunda carta de Américo Vespúcio, endereçada ao Duque de Lorena, consta do conjunto formado pelo livro – “Introdução à Cosmogonia” –, o globo e o mapa. A presença da carta do cosmógrafo e navegador, como que sublinhando e confirmando a homenagem feita – o Novo Mundo passa a ser reconhecido como América – causa mais do que polêmica, provoca indignação em parte daqueles que consideravam Colombo o verdadeiro descobridor do mundo que até então era desconhecido da maior parte dos habitantes da Europa.

O Novo Mundo já existia.



O livro “A Quarta Parte do Mundo: a corrida aos confins da Terra e a épica história do mapa que deu nome à América”, do jornalista e pesquisador Toby Lester, destaca tanto as questões, implicações e polêmicas em torno do “batismo” da América, como a própria existência do mapa de Waldseemüller e seu valor histórico. O mapa impresso em folhas, como um planisfério, talvez seja o primeiro mapa a retratar o mundo, com os continentes e oceanos, tal como o conhecemos hoje. O livro, atribuído a Waldseemüller e seus companheiros, assim o descreve:

O globo, certamente, limitei em tamanho. Mas o mapa é maior. Assim como os fazendeiros em geral demarcam e dividem suas fazendas por linhas de fronteira, assim nos empenhamos em marcar os principais países do mundo com os emblemas de seus governantes. E (começando por nosso próprio continente) no meio da Europa colocamos as águias do Santo Império Romano (que governa os reis da Europa), e com a chave (que é o símbolo do Santo Padre) envolvemos quase toda a Europa, que reconhece a Igreja Romana. A grande parte da África e uma parte da Ásia identificamos com meias-luas, que são emblemas do supremo sultão da Babilônia, senhor de todo o Egito e de parte da Ásia. A parte da Ásia chamada Ásia Menor nós cercamos com uma cruz cor de açafreão junto a um ferrete, que é o símbolo do sultão dos turcos, que governa a Cítia deste lado dos Himalaias, a maior das montanhas da Ásia, e a Cítia sármata. A Cítia asiática marcamos com âncoras, que são os emblemas do grande tártaro Khan. A cruz vermelha simboliza Preste João (que governa as Índias ocidental e oriental e reside em Biberith); e finalmente, na quarta parte do mundo, descoberta pelos reis de Castela e Portugal, colocamos os emblemas destes soberanos. O que não deve ser ignorado é que marcamos com uma cruz locais rasos no mar onde se pode temer naufrágios. Com isso encerramos.

Um mapa não é a realidade em si; é uma representação do que existe e mais do que isso é uma das formas de conceber e compreender aquilo que ali é retratado. Um mapa também contribui para uma visão de mundo: é um documento histórico de uma época, mas também é um monumento, é uma construção, é uma forma de ensinamento. Desse modo, o mapa é um instrumento da política, não só porque desenha os países e nações em suas fronteiras, mas porque ao desenhá-los também, simbolicamente, demonstra os contornos das estruturas de poder que os fundamentam.

O Mundo existente, então, era posse ou propriedade dividida, em linhas imaginárias, entre seus “donos” e, mesmo que no mapa em questão os senhores do Oriente, que dominavam parte da África e da Ásia, fossem nomeados – como o sultão da Babilônia ou o Grande Khan –, o desenho destacava o lugar da Europa que ocupava a posição central do mesmo. Acima do mapa, o norte, de onde o verbo nortear, cujo significado é: encami-

nhar em direção ao norte. E no sentido figurado: guiar-se numa direção moral, intelectual, profissional. A orientação é dada pelos que ocupam o norte, o centro do mapa. Ampliando o pressuposto renascentista de que o homem ocupava o centro do mundo, o mapa indicava que esse homem era o homem branco europeu e que o mundo era seu por direito. Seu olhar abarcava todo o mundo, sua vontade lhe ampliava os horizontes, seu conhecimento lhe proporcionava possibilidades de expansão e conquista, de mares, terras e gente.

Para além da polêmica que cercou o nome do Novo Mundo, para além das questões acerca das cartas de Américo Vespúcio ou das viagens de Colombo, mais do que as considerações de diversos estudiosos e pesquisadores sobre o mapa de Waldseemüller e, por fim, para além do fato de que esse mapa diminuiu de importância e valor com o passar do tempo e que outros cartógrafos desenharam os limites do mundo de forma considerada mais precisa e mais representativa do que havia ali, o mapa que batizou a América nos encaminha para uma reflexão sobre um longo período da história da humanidade, transbordante de conhecimento sobre os seres e seus territórios, sobre o planeta e o Universo, sobre a vida, a arte e tantas outras formas de expressão.

A pulsão desse movimento de expansão do conhecimento e das descobertas que daí decorreram se estruturou, também, como expansão territorial, política, econômica e cultural. Se estruturou como uma prática de conquista, violência e opressão contra diferentes povos. Essa expansão colonial se desdobrou em práticas históricas de subjugação e desumanização. Como processo histórico de formação do sistema capitalista, ela alinhavou barbárie e miséria para atingir uma etapa mais “elevada” do sistema político, econômico e social vigente, cujas consequências vivemos até hoje na América Latina, como uma das regiões da “periferia” do mundo.

O colonialismo não só encobriu nossa ancestralidade, ele também destruiu, desqualificou ou apagou saberes e modos de vida e se desdobrou em opressão e dependência que permanecem sob diferentes formas nas sociedades que vivenciaram esse passado colonial.

O mapa que “batizou” a América, assinalou essa terra sob os emblemas dos soberanos de Espanha e Portugal. Não estão ali escritos, ou sequer indicados, os nomes pelos quais os povos originários, que habitavam o continente há milhares de anos, chamavam seu território. Muito pelo contrário, são nomes apagados da História, propositalmen-

te esquecidos e desconsiderados para que o processo de conquista do Novo Mundo fosse entendido como um processo de expansão fundado na racionalidade, na ciência, na superioridade dos conquistadores, no desbravamento de novos territórios para que o nascente sistema capitalista florescesse em riqueza e poder concentrado nas mãos de poucos.

No mapa de Waldseemüller, o nome dado a um continente habitado – invadido, e não descoberto –, tornado existente pela chegada dos europeus em suas terras, nos indica a preponderância de uma visão de mundo hegemônica e excludente que se torna única: os do “norte” dominam os do “sul” e lhes impõem um modo de enxergar não só o que lhes rodeia, mas a si mesmos. O Novo Mundo que “surgiu” em 1492, desenhado pela primeira vez no mapa que lhe dava um nome, era feito de disparidades: vida e morte, conquista e derrota, riqueza e miséria, construção e extermínio.

Já falamos aqui que a linguagem não é algo da ordem do utilitário. Não somos seres de linguagem porque a utilizamos para nomear as coisas, a nós mesmos, os outros e o que nos rodeia. A linguagem é um dos fundamentos da realidade. De certo modo, ela a institui, lhe dá contornos, cria versões sobre o acontecido e sobre as experiências de vida. Por meio das palavras, falamos sobre nós, sobre os outros, sobre nosso entorno, sobre o mundo onde vivemos e os modos como o compreendemos.

A história da América começa – para os que se consideram seus descobridores ou para aqueles que comemoram suas façanhas – com um ato que nomeia um lugar, ao mesmo tempo que evoca uma conquista. Desse modo, é a representação de um projeto que encobre toda a história e vivência dos povos que ocupavam esse território há milhares de anos antes desse “batismo”. E ao encobrir, busca apagar ou diminuir seu valor, menosprezando suas histórias, destruindo seus corpos, seus costumes, suas línguas, sua riqueza comunitária, a potência de seu pensamento filosófico e cultural.

Como contraponto a tal projeto e como nome que autodesigna os povos originários desse continente, surge Abya Yala:

Abya Yala vem sendo usado como autodesignação dos povos originários do continente como contraponto à América, expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Waldseemüller, só se consagra a partir dos finais do século XVIII e inícios do século XIX (...). Muito embora os diferentes povos originários que habitam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu,



A história da América começa com um ato que nomeia um lugar, ao mesmo tempo que evoca uma conquista.



Anauhuac, Pindorama – a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada pelos povos originários do continente objetivando construir um sentimento de unidade e de pertencimento.

O geógrafo e professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, pesquisador e estudioso da Geografia Social, aprofundando-se nos temas dos conflitos sociais, território e territorialidade, colonialidade e justiça social, entre outros, é o autor do artigo “Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades” que nos ajuda a compreender essa questão.

Abya Yala, na língua do povo kuna, significa *terra madura, terra viva*, terra em florescimento e é um nome que se coloca como substituto do nome América, pressupondo mais do que uma troca de substantivos, mas a ação política e simbólica dos povos latino-americanos na luta por dizer a sua palavra e contar a sua história a partir de sua visão de mundo, contra-hegemônica. O povo kuna – como nos conta, o professor Carlos Walter – é originário do norte da Colômbia e vive, atualmente, na costa caribenha do Panamá.

O nome Abya Yala, assim, se inscreve na luta política dos povos originários do continente não só relacionada à sua existência, e à sua história, mas, relacionada, também, 24

à luta pela terra, pela água, pelo seu patrimônio físico, cultural e simbólico, como caminho de possibilidade de uma vida vivida em plenitude. Abya Yala, portanto, tem um sentido político. O professor afirma:

Junto com Abya Yala há todo um novo léxico político que também vem sendo construído onde a própria expressão povos originários ganha sentido. Essa expressão afirmativa foi a que esses povos em luta encontraram para se autodesignarem e superarem a generalização eurocêntrica de povos indígenas. Afinal, antes da chegada dos invasores europeus havia no continente uma população estimada entre 57 e 90 milhões de habitantes que se distinguiam como maia, kuna, chibcha, mixteca, zapoteca, ashuar, huaraoni, guarani, tupinikin, kaiapó, aymara, ashaninka, kaxinawa, tikuna, terena, quéchua, karajás, krenak, araucanos/mapuche, yanomami, xavante, entre tantos e tantas nacionalidades e povos originários desse continente.

A Europa, que expandiu seus domínios pela Ásia, África e América, só se tornou relevante justamente por conta dessa expansão. O mundo moderno é uma construção cujas fundações têm relações profundas e estreitas com o colonialismo. A Europa tornou-se uma região central e preponderante quando incorporou, pela violência, os recursos físicos, humanos e culturais dos povos de Abya Yala. Colonialismo que avançou sobre corpos e mentes e que, ainda hoje, em seus desdobramentos, se explicita no valor dado ao indivíduo, à propriedade privada, à concentração de renda e riqueza, de onde decorrem o racismo, a misoginia, a xenofobia e tudo aquilo que separa, exclui e submete. Nesse contexto, a noção de indivíduo supera a de comunidade e dessa forma se perdem os laços de pertencimento, se perde o próprio sentido da história.

O colonialismo é um processo que se pode contabilizar em números. No livro “Abya Yala! – genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas”, do cientista social Marcelo Grondin e da educadora popular Moema Viezzer, encontramos dados que nos chocam e nos levam à indignação, quando não à tristeza. Os pesquisadores apresentam um quadro assustador, pois constatam que o maior genocídio da história humana aconteceu aqui, no território americano, com 70 milhões de vítimas. O quadro indica que na região do Caribe, em 1492, quando da chegada dos colonizadores, viviam 4 milhões de pessoas. Esse é o número das que morreram como consequência desse processo. No México, em 1600, viviam 25 milhões de pessoas; 23 milhões morreram após a chegada dos europeus. Na região dos Andes, eram 15 milhões; 14 milhões foram mortas. No Brasil, em 1500, eram 5 milhões de habitantes de diferentes etnias, com diferentes línguas, culturas e modos de vida que ocupavam um grande território sem fronteiras, nem donos. Desses, 4 milhões foram dizimados. Nos Estados Unidos, em 1607, vivi-

am 18 milhões de pessoas, conformando diferentes comunidades originárias; 16 milhões foram exterminadas.

No território invadido – e não “descoberto” – grupos humanos, povos e etnias inteiras foram mortos ou destruídos. O genocídio que é resultado direto do empreendimento colonial é a elaboração da pretensa superioridade do homem branco e europeu que ditava o destino do outro, pelo jugo ou pela morte – indígena num primeiro momento e negra, mais adiante, quando do aprofundamento do sistema colonial de exploração, baseado no latifúndio, na monocultura e na mão de obra escrava.

Não só de corpos as mortes foram feitas. O pensamento, o conhecimento, as expressões culturais dos povos indígenas e do povo negro africano também foram aniquilados num processo que se realizou como apagamento dos saberes, das narrativas, do conhecimento filosófico, do sistema de crenças desses povos invadidos em seus territórios ou sequestrados de suas terras, escravizados, apagadas suas origens, substituídos seus nomes, subjugados seus corpos, impondo-lhes língua, religião, cultura e modos de vida que nada tinham de seu. A morte, assim, também se realizava no espaço do simbólico e da produção do saber, imposta, literalmente, a ferro e fogo, pelo branco colonizador – dando relevância e proeminência à sua cultura, modos de vida e visão de mundo. A violência física se ampliou em violência simbólica.

Nessa história de longa duração, quando Abya Yala – a Terra Viva - foi tornada América e quando Pindorama foi tornada Brasil, a lista de nossas tragédias, passadas e presentes, é imensa: humanas, sanitárias, ambientais, políticas e sociais. O trágico que insiste em existir em nossa história desde tempos que se perdem em nossa memória não pode ser compreendido como uma quantidade, como número frio e abstrato, como algo que afeta apenas os diretamente envolvidos na tragédia como uma desventura ou um infortúnio. Ele tem a ver com uma história que começa muito antes do “descobrimento” e da qual pouco sabemos. Ele tem a ver com nosso passado colonial e com o apagamento da cultura e da vivência dos povos que são nossos ancestrais. Cultura e vivência expressa em nossa língua, em nossas histórias, em nossos modos de ser e de existir.

O colonialismo encobriu nossa ancestralidade, as histórias dos povos dos quais somos herdeiros, povos que têm nome, rosto, história, memória, conhecimento e ensinamentos. Precisamos deixar de contar nossas tragédias como números, precisamos que elas ecoem como chamamento e indignação para que seja possível pensar em transfor-

mação, naquilo que responde às questões fundamentais sobre quem somos e quem queremos ser como brasileiros e latinoamericanos – herdeiros, também, dos povos de Pindorama, África e Abya Yala.

O livro “As Veias Abertas da América Latina”, do escritor uruguaio Eduardo Galeano, narra essa trágica jornada de um território invadido e dividido para ser partilhado como banquete entre os invasores. Galeano sublinha questões importantes para a compreensão do que é a História feita de um passado que não ecoa em nossos ouvidos nem reverbera em nossos corações, muito pelo contrário. Pois essa História que é definida em linha do tempo, endossada por pilhas de documentos, guardada junto a objetos encerrados em arquivos e museus, pretende ser a história de todos, quando, na verdade é, apenas, uma forma de contá-la:

Estuda-se história como se visita um museu; e essa coleção de múmias é uma fraude. Mentem-nos o passado como nos mentem o presente: mascaram a realidade. Obriga-se o oprimido a ter como sua uma memória fabricada pelo opressor, alienada, dissecada, estéril. Assim ele haverá de resignar-se a viver uma vida que não é a sua como se fosse a única possível.

A História se tece na vida de cada um e de cada uma e tem a ver com o miúdo do cotidiano, com comunidades narrativas, com a linguagem que articula nossos afetos, com as expressões de nossa cultura, com nossos laços de pertencimento. Estuda-se História para que se busque no passado a compreensão do tempo presente, e que ao fazê-lo possamos evocar – ou seja tornar presente – aquilo que tem significado para nós.

O colonialismo encobriu nossa ancestralidade.



Nossas histórias e nossas memórias não são marcas desenhadas em traço que segue apenas uma direção, elas resultam de trajetórias onde vivenciamos afetos: alegria, medo, dor, raiva, incômodo, prazer, indignação, desalento, amor, esperança, coragem, devoção que se desdobram em riso, lágrima, fé, luta, preconceito, exclusão, opressão, discriminação, ou seja, tudo aquilo que constitui a vida em seu cotidiano.

Para nós, nomear o território da América Latina como Abya Yala e o Brasil como

Pindorama é representá-lo como espaço habitado, no passado e no presente. Espaço pulsante de vida e cultura, lugar das histórias que se contam no miúdo do cotidiano e que se tornam acervo e patrimônio no contexto e nas práticas – políticas, educativas, culturais e simbólicas – de múltiplas e diferentes comunidades narrativas.

Desse modo, contar a história de Abya Yala e de Pindorama, do ponto de vista das histórias vividas, é valorizar o legado dos povos sementes dos quais somos herdeiros e, mais que isso, é honrar os que morreram na luta pelo seu território, na preservação de sua cultura e de seus modos de vida. As histórias, memórias e palavras que persistem em nossa vida e em nosso vocabulário falam de nós e dão significado ao que somos como povo: povo brasileiro, povo latinoamericano, “povo novo”, povo amefricano.

Somos muitos.



Estuda-se História para que se busque no passado a compreensão do tempo presente.



Um lugar muito distante do centro do mundo: saberes que ocupam as margens

Mapas, cartas, diários, desenhos, imagens, objetos, relatos, testemunhos. Durante séculos, esses materiais foram se constituindo em coleções históricas e museológicas, deixando de ser algo produzido socialmente no âmbito da vida cotidiana para se transformar em patrimônio a ser guardado e preservado. Mas o que se guarda? Quais os pressupostos que definem o valor de um documento, pintura, ilustração ou artefato como algo a ser guardado, preservado e divulgado como bem histórico ou cultural, representativo de uma sociedade?

No livro “Há uma gota de sangue em cada museu”, o museólogo, cientista social e poeta Mário Chagas, se inspira na frase, *há uma gota de sangue em cada poema*, do seu xará Mário de Andrade – escritor, musicólogo e também poeta –, para dizer:

A possibilidade da paráfrase ancora-se no reconhecimento de que há uma veia poética pulsando nos museus e na convicção de que tanto no poema quanto no museu há “um sinal de sangue” a lhes conferir uma dimensão especificamente humana. Este “sinal de sangue” é também um inequívoco sinal de historicidade, de condicionamento espaço-temporal. Admitir a presença de sangue no museu significa também aceitá-lo como arena, como espaço do conflito, como campo de tradição e contradição. Toda a instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade. Este discurso, como é natural, não é natural e compõe-se de som e silêncio, de cheio e vazio, de presença e ausência, de lembrança e de esquecimento.

O professor sublinha, assim, que o espaço museal, feito de documentos e monumentos, não é um espaço de neutralidade, sem significação política. Como lugar de celebração da memória, do culto ao passado feito de fatos, acontecimentos e pessoas exemplares, ele é também um lugar de contradições, pois se a memória preservada pode ser usada como ferramenta de dominação, ela pode ter o sentido contrário, o da libertação, pois a memória está profundamente relacionada à história de cada um e de cada uma. Ela não é feita somente de objetos guardados, mas de relações entre as pessoas e entre elas e o mundo ao redor.

Em nossa compreensão e ampliando a questão a partir do nosso ponto de vista, a *gota de sangue* de que fala o Prof. Mário Chagas tem a ver com as noções de existência

e resistência. A vida em si e a vida vivida em meio a nossos grupos de convívio e de referência, também é vivida em falta e exclusão, em injustiça e desigualdade, em excesso material e (pseudo) superioridade. Ela tem vínculos profundos com estruturas sociais políticas e econômicas de poder. De outro modo, a vida tem a ver com a presença, a voz e a ação de homens e mulheres em suas lutas cotidianas, na capacidade que têm em dar sentido e significado ao que os rodeiam, compartilhando suas histórias, evocando suas memórias, construindo um acervo narrativo que está presente em nossa língua, em nossa cultura, na pluralidade de nossas linguagens e afetos, em nossos modos de existir: acervos feitos de vidas vividas ao longo dos séculos, que formaram o que hoje conhecemos como Brasil.

Se o mapa de Waldseemüller “batizou” a América, nossa “certidão de nascimento” foi a carta de Pero Vaz de Caminha à Dom Manoel, Rei de Portugal, dando conta do “achamento” dessas terras que, no momento dessa escrita, ainda não se chamava Brasil. A *Carta do Achamento do Brasil*, como é denominada, foi descoberta na Torre do Tombo, em 1773, e é considerada um dos documentos mais valiosos do Arquivo Nacional de Portugal e mais que isso, obteve o “Registro da Memória do Mundo”, Programa da UNESCO/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura que tem como objetivos a preservação, o acesso e a conscientização sobre a importância do patrimônio documental mundial.

A Carta de Caminha, datada de 1º de maio de 1500, presta contas a El Rey da jornada – iniciada no dia 9 de março daquele ano, partindo da cidade de Belém, às margens do Rio Tejo – até chegar ao “Novo Mundo”, em 22 de abril. Escrivão da frota comandada por Pedro Álvares Cabral, Caminha dá seu testemunho, detalha o seu relato em palavras escritas sobre o papel e, assim fazendo, registra sua visão e sua compreensão sobre as terras, os ares e a gente desse mundo até então desconhecidos para ele.



Acervos feitos de vidas vividas ao longo dos séculos, que formaram o que hoje conhecemos como Brasil.

A presença do escrivão na expedição de Cabral a mando do Rei, também tinha como objetivo prestar-lhe informações detalhadas e avaliar o potencial econômico e produtivo das terras “descobertas”, pleiteando sobre elas a posse e o poder do reino português, endossado por outro documento, assinado pelo Papa Alexandre VI em 1493: o Tratado de Tordesilhas, que definia que o mundo e as novas rotas de navegação seriam divididos entre os Reinos de Portugal e Castela. Não é de se espantar, que a Carta de Caminha hoje esteja guardada na Torre do Tombo no lugar destinado às inquirições, ou seja, no lugar destinado aos documentos que definiam a situação dos bens e dos direitos da Coroa Portuguesa.

A carta de Caminha ecoa em nossos ouvidos e reverbera, pois é conhecida e reconhecida tanto como documento de grande valor como a descrição mais detalhada de uma descoberta. E temos notícia dela desde sempre, nas exposições dos museus, nos textos dos livros didáticos, nas inúmeras reproduções que dela foram feitas. A Carta é o som, o cheio, a presença e a lembrança, para aqui tomarmos de empréstimo as palavras do Prof. Mário Chagas.

Mas a Carta não traz em seu texto, os nomes pelos quais os povos originários chamavam seus territórios, a si mesmos, as coisas, as plantas, as águas e os bichos ao redor. A Carta de Pero Vaz de Caminha descreve o território e sua gente, mas não os escuta, não valoriza sua língua, cultura, conhecimentos e modos de vida, a não ser como estranhamento ou o olhar entre o maravilhado e o superior do estrangeiro. O valor se dá ao que é posse, ao que poderia implicar em riqueza, desenvolvimento e poder. Nesse sentido, ela é o silêncio, a ausência, o vazio e o esquecimento.

E, assim, como fato devidamente registrado, Pindorama se tornou Brasil e essa terra passou a existir para ser explorada por seus invasores. E foi chamada de muitos nomes: antes de 1500, era **Pindorama** – a **Terra das Palmeiras**, como era nomeada pelos povos que aqui viviam. Os que foram assim descritos por Caminha:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bom narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam nenhuma coisa cobrir nem mostrar suas vergonhas; e estão acerca disso com tanta inocência como têm em mostrar o rosto.

Ao datar a Carta, o escrivão já nomeia o território, sem considerar que ele já tinha um nome, uma história e um povo. No começo da carta escreve **Terra de Vera Cruz** e no 31

final dela registra **Ilha de Vera Cruz**, o que demonstra a dificuldade de determinar, naquele momento, suas reais dimensões. E a terra – descoberta para uns, invadida para outros – passou a ter, no seu nome e nas relações aí impostas, a cruz como um símbolo preponderante. Mas essas primeiras designações do “novo” território não duraram muito tempo. No ano seguinte, 1501, D. Manuel, El Rey, enviou Gonçalo Coelho para a região a fim de confirmar o “achamento”.

O navegador e explorador português, fez o reconhecimento pedido pelo rei e considerou que a terra “descoberta” era muito grande para ser chamada de ilha. Passou a ser nomeada, então, de **Terra de Santa Cruz**. Em 1503, Américo Vespúcio – de quem já falamos aqui – escreve uma carta a Lorenzo de Medici relatando suas viagens e dizendo que essa região poderia ser chamada de **Mundus Novus**. Mais tarde, em 1507, a região mais ampla passa a ser chamada **América**, pois Waldseemüller a indicou assim em seu mapa. Mas essa história nós já conhecemos.

Com a notícia do descobrimento a se espalhar por Portugal e Espanha e mais além, os europeus também chamaram a região de **Terra Papagalli** ou **Terra dos Papagaios**, o que demonstrava que a exuberância da natureza, o estranhamento frente a uma paisagem tão abundante e o interesse em suas riquezas eram o seu foco de atenção. Em 1507, com a expansão do comércio do pau-brasil, esta terra passa a ser chamada de **Terra Brasilis** ou **Terra do Brasil**.

Desde o início do processo de colonização do território e pelos trinta anos seguintes, o comércio do pau-brasil – a ibirapitanga ou árvore vermelha, como os indígenas a chamavam –, cresceu em quantidade, aumentou em volume, tornando-se o principal produto a ser explorado na colônia com vistas ao mercado europeu, gerando lucros para a coroa portuguesa que contou nesse empreendimento com a mão de obra indígena no corte e transporte das grandes toras de madeira para os navios em troca de objetos de pouco valor. Em 1578, a região era, também, conhecida como **Índia Ocidental**. Depois, já no século XIX o país era o **Brazil**, assim mesmo, com essa grafia. Somente no século XX, a polêmica sobre a origem do nome e como escrevê-lo deixou de ser significativa e nos tornamos **Brasil**.

Quem faz essa viagem através dos nomes do Brasil – e nos ajuda a compreender as complexidades desse “batismo” – é o Prof. José Murilo de Carvalho, no ensaio “Brasil, Brazil: sonhos e frustrações”, escrito em 2006. Nele, o historiador nos esclarece que o

ato de dar nome a região não foi algo simples e natural, pelo contrário, foi objeto de disputa e questionamentos: *Ao longo dos séculos XVI e XVII, ela [a região “descoberta” pelos portugueses] foi batizada com vários nomes. A disputa sobre como grafar o nome Brasil estendeu-se até o século XX. E até hoje se discute a origem do nome. Difícil imaginar outro país com tão grande dificuldade de decidir até mesmo seu próprio nome.*

O nome Brasil decorre do comércio do pau-brasil, da madeira vermelha que dá início à exploração das riquezas desse território ou teria a ver com a Ilha Brazil – uma das terras míticas cantadas em verso e prosa desde a Idade Média e que o imaginário europeu de então considerava como o paraíso terrestre? A polêmica se desdobrava, também, no que se refere ao nome dos habitantes desse território: brasileiro era o comerciante de pau-brasil, que também poderia ser designado como português brasileiro por atuar no mesmo comércio; os indígenas eram chamados de brasis e os europeus eram os portugueses que não queriam ser designados como brasileiros. Quem nascia no Brasil, que não fosse indígena ou negro, era chamado de português brasileiro.



E a terra – descoberta para uns,
invadida para outros – passou a ser
conhecida por muitos nomes.



Durante esse longo período que começa no “descobrimento” e segue mesmo no período pós-Independência, eram variados os modos de chamar os habitantes desse território: brasileiros, brasilienses, brasilianos, brasílicos. Na verdade, como nos ensina o Prof. José Murilo de Carvalho: *brasileiro era profissão, o gentílico – ou seja, o modo de designar as pessoas de acordo com sua origem geográfica – deveria ser, sem dúvida brasiliense ou brasiliano.*

Ao acompanharmos essa jornada de denominações e designações de um território e de um povo (seria melhor dizer: de um povo feito de outros povos), vamos nos dando conta de que toda uma produção conceitual, histórica e literária a esse respeito parte de uma visão de mundo que não inclui nem as denominações, nem os saberes dos que aqui viviam, também chamados pelos invasores de “negros da terra”. Os “brasis”, os “brasilienses”, os “negros da terra” tiveram seu destino interrompido pela chegada dos europeus que, embora em menor número, foram extremamente violentos com os que se dispusessem a enfrentá-los ou colocar-se contra o seu poderio e seu objetivo primordial de explorar o Novo Mundo para o enriquecimento e o desenvolvimento do Velho Mundo.

Darcy Ribeiro, no livro “O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, ao tratar das matrizes étnicas do povo brasileiro, define esse momento da chegada dos europeus em Pindorama como um conflito que se processou em vários níveis: como guerra bacteriológica – já que as populações nativas foram dizimadas pelas doenças trazidas pelo homem branco; como disputa pelo território, pelas riquezas naturais entendidas como recursos a serem explorados objetivando o lucro externo, o que se contrapunha ao sentido ecológico da vida e do pensamento desses povos originários que se entendiam integrados ao seu ambiente, em essência e consciência. No nível social, o extermínio, a escravidão ou a guerra. No nível econômico, alterou-se a relação entre o território e o humano que o habitava que passa a ser mercantilizada, pois a terra e seus recursos transformam-se em produtos a serem consumidos, deixando de integrar um ambiente de vida compartilhada.

Seguindo nas considerações feitas por Darcy Ribeiro nesse livro fundamental, ainda há mais um nível que se apresenta no contexto desse conflito: o nível étnico-cultural, onde uma etnia nova se vai configurando, seja na língua, seja nos costumes, como um “povo novo” que traz em si as matrizes dos povos indígenas, originários dessa terra, dos negros sequestrados, vindos da África e transplantados para um território distante de suas origens e os europeus que aqui se instalaram.

Darcy Ribeiro se propôs, ao escrever “O Povo Brasileiro”, a tarefa de reconstituir esse processo, entendê-lo em toda a sua complexidade. Mas como fazê-lo? Onde estão as fontes e os testemunhos dos que representam todas essas matrizes étnicas?

Parece impossível, reconheço. Impossível porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas. O que a documentação copiosíssima nos conta é a versão do dominador. Lendo-a criticamente, é que me esforçarei para alcançar a necessária compreensão dessa desventurada aventura.

Para nós, essa é uma questão fundamental: quais caminhos trilhar para contar a História do Brasil para além dos marcos temporais e simbólicos definidos por aqueles que impuseram, pela força, seus modos de vida e de compreensão da realidade? Seus pensamentos, suas visões de mundo, seus modos de entender a si mesmos, os outros e tudo o mais ao redor estão registrados de múltiplas formas: mapas, cartas, diários, desenhos, imagens, objetos, relatos, testemunhos.

E além de estarem registrados, conformam um conhecimento que se pretende universal, como se a conquista lhes desse, por si só, o direito de submeter tanto a história como o conhecimento dos povos colonizados, como que dizendo que antes da conquista nada existia ou, de outro modo, caracterizando os saberes desses povos ancestrais como atrasados e pouco desenvolvidos. O território “descoberto” era um lugar muito distante do centro do mundo e os saberes aqui existentes parecem ocupar, tanto no passado como no presente, um espaço marginal.

Se de um lado, marginal pode ter como significado situar-se na periferia, na margem de uma sociedade ou sistema ou ser considerado como algo ou alguém de importância secundária, de pouco valor ou mesmo sem ser fundamental para seu entorno, estar à margem, também pode significar: ocupar os espaços de fronteira, os limites e contornos que desenham um lugar, tal como as margens de um rio. As palavras podem ter múltiplos significados.

A linguagem humana, recordando Manguel, não existe apenas para nomear os seres e as coisas. A linguagem é um ato de evocação por meio de palavras e por meio dos acontecimentos que chamamos de histórias. A linguagem confere existência à realidade e, assim, registra, de diversas maneiras, nossas experiências de vida e como evocação

torna presente a lembrança que é importante guardar. O que guardamos?

O processo de colonização do Brasil, não só instaurou um sistema social e econômico baseado na exclusão e na exploração, ele também instaurou, a partir de palavras tais como pagão, inferior, atrasado, preguiçoso, incapaz ou inculto uma realidade que justificava a superioridade do colonizador, tanto na violência física como na simbólica, na destruição dos corpos, saberes e culturas que aqui foram encontrados. Contudo, de formas diversas, nos conta Darcy Ribeiro, *os povos originários jamais estabeleceram uma paz estável com o invasor, exigindo dele um esforço continuado, ao longo de décadas, para dominar cada região.*

Se a linguagem institui a realidade, precisamos sublinhar em nosso vocabulário as palavras esquecidas ou as palavras cujas origens desconhecemos mas que fazem parte do nosso repertório e que são herança dos povos ancestrais que são as matrizes do povo brasileiro. Dos povos indígenas: guri, jabuti, jabuticaba, pitanga, piratininga, pipoca, jacaré, tamanduá e também xará, entre tantas outras. Do povo negro: denço, ginga, zoeira, farofa, cochilo, fubá, gandaia, quizumba, cafuné e muitas mais. São apenas alguns exemplos. Estamos mergulhados na cultura e nas histórias dos que vieram antes de nós e se parte desse legado não consta dos registros históricos e museológicos da colonização, ele está em nós, nos nossos modos de ser, em nossos costumes, nas histórias que contamos, nas palavras que povoam o miúdo da nossa vida cotidiana.



O que guardamos?

Se, de um lado, a linguagem com a qual nos comunicamos se vincula à superioridade, ao preconceito, à exclusão e ao apagamento como que justificando uma realidade pautada na violência física e simbólica, na destruição dos corpos, saberes e culturas, ela segue carregando em si a substância de palavras que insistem em existir na fala dos que não se submetem a esse poder, sublinhando sentidos, ampliando significados, transgredindo e transformando a realidade no âmbito de seus territórios de vida, em meio às histórias que se contam no contexto de comunidades narrativas onde a palavra se transforma em *palavramundo*, grávida de saberes e ensinamentos, grávida de mundo.

Palavramundo é um neologismo criado por Paulo Freire que explicita a ideia de que *mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo*. Também para Freire, a linguagem não pode ser dissociada do mundo que ela cria, pelo contrário, ambos estão em movimento porque, para ele, a leitura do mundo sempre precede a leitura da palavra e a leitura da palavra implica na continuidade da leitura do mundo. Ou seja: nos relacionamos entre nós e com o mundo através da linguagem que, também, nos constitui: o que dizemos se origina do mundo em que vivemos, a partir da nossa compreensão sobre ele, entendido aqui como o território do viver: nós mesmos, os outros e tudo o que nos rodeia. O mundo cria a linguagem, a linguagem recria o mundo. E o mundo somos nós.

Paulo Freire afirma que: *podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente*.

A *palavramundo* está profundamente relacionada à concretude da vida, no contexto de inúmeros territórios e vivências. A *palavramundo* revela, também, nossa condição de seres históricos, nossas práticas de educação e cultura, nossas formas de compreender a nós e o que nos cerca: palavras, pensamentos, ações, ideias, sonhos e projetos. Ela também pressupõe uma prática social, pois as nossas formas de expressão, o que dizemos sobre nós e o mundo não é mero palavrório, pois está calcado na forma como lemos o mundo e nele agimos para transformá-lo: *não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo*.

A linguagem nos remete à comunidade, ao coletivo, ao diálogo e por isso ela é um encontro entre sujeitos históricos que precisam reconhecer uns nos outros o direito de dizer a sua palavra para falar de si, dos outros e do mundo onde vivem, criando-o e recriando-o. Se a linguagem se realiza no contexto daquilo que se fala, ela também se realiza como a escuta atenta do outro para que, assim, a vida e o conhecimento possam vir a ser compartilhados: o tempo lento e o espaço largo para que possamos contar nossas histórias. Assim, para o grande mestre, a história é um processo onde homens e mulheres se fazem e se refazem. Processo que não é algo que se realiza em uma linha reta, mas implica em movimento, em avanços e recuos, em questionamentos e transformação. Processo que é feito de ideias, afetos e contradições.

A consciência de que somos parte do mundo, não meros espectadores, decorre, também, da escuta atenta das histórias dos que vieram antes de nós.

No belo livro “O Casamento entre o Céu e a Terra – contos dos povos indígenas do Brasil”, Leonardo Boff conta a história de Ñmandu, que para os Tupi-Guarani, povo originário desta terra, é o Deus que tudo ouve: o Todo-Ouvir, a Grande Escuta. Antes do mundo existir, surgiu Ñmandu e a partir dele o Céu e a Terra, de onde vieram todos e todas e tudo o mais que existe. E cada ser existente no mundo tem um jeito, um canto, uma voz própria. E esse canto e essa voz, que cada ser vivente é capaz de expressar, é algo que traz alegria à Grande Escuta. A palavra, assim, é aprendizado de si e dos outros, porque todos cantam e falam, mas para que o ensinamento brote é preciso que se escutem uns aos outros. Para os tupi-guarani, escutar é assemelhar-se ao seu Deus. Na primavera, Ñmandu é Jakaira: é tempo de flores e festa. No verão, ele é Kuarahy, é tempo de fruta, dias de calor e noites de vento leve que sopra por entre as pessoas sentadas em rodas de conversa. No outono é Karai, é tempo de folhas caídas, é tempo de colheita, é tempo do amadurecer. No inverno, Ñmandu é Tupã, tempo de frio e chuva, do alimento escasso que se guarda na terra, do barulho do trovão que agita o céu. Tempo do encontro com os ancestrais. A vida é palavra e escuta.

A história de Ñmandu nos faz pensar sobre o tanto de vozes silenciadas, de conhecimentos apagados, de saberes menosprezados que deixaram de ser ensinamentos, que não gestaram em nós outros mundo possíveis e o quanto perdemos com isso.



A vida é palavra e escuta.

Somos um *povo novo*, para usar a expressão de Darcy Ribeiro, porque somos o resultado da mistura do europeu, predominantemente português, mais os nativos desta terra, oriundos das inúmeras nações indígenas aqui existentes e os negros africanos, estes dois últimos subjugados, sequestrados, escravizados e explorados pelo colonizador. A identidade desse *povo novo* foi construída debaixo desse jugo, feita de diferentes matrizes raciais, culturas e formações sociais que, ao mesmo tempo, se enfrentaram e se fundiram criando um povo que já não era mais nenhum deles.

O empreendimento colonial que teve no genocídio indígena e no escravismo sua face mais cruel e evidente teve sua estrutura objetiva, concreta, preservada por séculos, com seus desdobramentos simbólicos e culturais presentes na sociedade brasileira até os dias atuais. Uma sociedade feita com o trabalho e a resistência de um enorme contingente de pessoas que parecem ter sido destinadas a existir para atender, no passado e no presente, os interesses daqueles que a dominaram e dominam.

Darcy Ribeiro, no livro aqui citado, faz uma afirmação que tanto emociona como nos causa consternação. Ao tratar do povo brasileiro formado como *povo novo*, resultado do processo de transfiguração étnica que se inicia junto a implantação do empreendimento colonial e que, por sua vez, se efetivou no contexto de estruturas sociais que funcionaram como *moinhos de gastar gente*, afirma:

Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós, brasileiros, somos por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria.

Por muitos séculos no processo de formação do povo brasileiro, a gente da terra, mestiça, resultado de uma fusão violenta de diferentes etnias, vivia sem consciência de si, afundada na *ninguendade*, no dizer de Darcy Ribeiro que, tal como o Paulo Freire, também gostava de inventar palavras. Éramos aqueles que nos antecederam – indígenas, negros e europeus – mas, ao mesmo tempo, não éramos nenhum deles. Por isso a *ninguendade*, uma consciência individual e coletiva ainda em formação que ainda não nos dava um sentido e não nos chamava pelo nome. Nossa identidade étnico-cultural

que nos define como brasileiros tem sua origem nessa *ninguendade* e, de uma certa forma, é algo que ainda está por se construir. A afirmação de Darcy, que nos emociona e nos consterna, também nos instiga e nos questiona, justamente porque nos provoca a olhar-nos de frente e buscar a compreensão do que somos e daquilo que nos constitui como brasileiros.

Para nós, esse caminho é o caminho das histórias que se contam no miúdo do cotidiano, histórias que vieram de longe e de perto, recolhidas por inúmeros narradores e narradoras que, com suas histórias, dão sentido e significado à sua própria existência. A palavra ganha corpo, força e sentido a partir do encontro do narrador com o seu ouvinte que significa o seu contar e leva adiante o que lhe foi narrado. A história, então, se converte em ensinamento.

Insistimos: as palavras criam o nosso mundo, lhe dão contorno, somam-se como linguagem; o modo através do qual nos constituímos em sujeitos que se comunicam e que comunicam suas descobertas, afetos e ensinamentos. É, portanto, através das histórias que contamos e recontamos que construímos nossa identidade. Assim, a palavra se torna significativa porque os espaços pelos quais circula como linguagem, afeto e ensinamento são espaços vividos, criados e recriados, continuamente, por nossas ações e pensamentos no contexto de nossa história, seja ela escrita com minúsculas ou maiúsculas. E nossa história é feita das histórias tanto dos que vieram antes de nós, quanto dos que nos rodeiam. Presença e memória. Vínculos e laços de pertencimento.

Benjamin, o filósofo alemão que já citamos aqui, afirma que a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorre todos os narradores. As experiências de vida são a substância das histórias contadas por esses narradores. Para Benjamin, as histórias orais são as melhores porque elas implicam na presença do narrador, seja ele o que vem de longe, de terras distantes, seja ele o que está perto, o vizinho e o próximo. Os dois tipos de narradores se interpenetram e, assim, expressam os modos pelos quais os seres humanos, desde tempos ancestrais, se reúnem para ouvir aquilo que se fala sobre jornadas, pessoas e terras distantes ou para sentar em roda e ouvir o que se diz sobre o passado e o presente, partilhando um acervo de histórias que, de uma forma ou de outra, os constituem.

Sua reflexão se articula ao contexto em que vivia – meados do século XX, no momento da ascensão e do auge do nazifascismo – observando então, que naquela socie-

dade que ali se constituía nada estava a serviço da narração e tudo estava a serviço da informação. Para ele, a arte da narrativa está no ato de evitar explicações, de provocar uma amplitude de pensamento naquele que escuta a história, pois ele é livre para interpretá-la como quiser. É essa a sua força, pois a informação só tem valor como novidade, como notícia e explicação; a narrativa, ao contrário, se desenvolve por muito tempo, pois pressupõe escuta, reflexão, pensamento e o desejo – daquele e daquela que a escuta – de levar a história adiante. Contar histórias nos enlaça à nossa coletividade e torna presente nossa ancestralidade.

Quando Darcy Ribeiro fala dos *moinhos de gastar gente* e faz a afirmação que tanto destacamos acima, ele também sinaliza a esperança de que a história do povo brasileiro, complexa, violenta, contraditória, multiplicada em exclusão e desigualdade centenárias, possa vir a provocar crescente indignação e gerar, quem sabe, uma sociedade mais solidária. E que essa esperança seja, efetivamente, concretizada em ação: o afeto que brota da necessidade, da urgência que se impõe para que a transformação seja possível e por isso se torne verbo, conjugado coletivamente. E a esperança nos parece ser uma *palamundo* – grávida de outros mundos possíveis.



Somos um *povo novo*.



A História desenhada em linha do tempo e uma reflexão necessária: oralidade, ancestralidade e patrimônio narrativo

A História dos manuais e livros didáticos, como temos recorrentemente sublinhado por aqui, ainda hoje e no mais das vezes, é definida por meio de datas e marcações temporais em calendários e almanaques. Feita de fatos, causas e consequências, de personagens destacados, de atos heroicos – individuais ou coletivos – é uma história que se origina de documentos e monumentos que não são o passado em si, nem o conjunto do que existiu, mas a escolha – consciente ou inconsciente – do que deve ser lembrado e guardado na memória. Tanto o documento como o monumento estão profundamente relacionados ao que é preciso perpetuar, ao que se deve ensinar às gerações futuras.

O documento é registro e também prova de um acontecimento, situação ou condição. O monumento é um legado, objeto que se transforma em testemunho de uma época, que evoca relatos, que traz para o tempo presente a concretude de um passado esculpido em pedra, ferro ou mármore.

A reflexão que aqui fazemos sobre documentos e monumentos tem como referência o texto “Documento/Monumento”, do historiador francês Jacques Le Goff, verbete do volume 1 da Enciclopédia Einaudi: Memória/História. Le Goff integrou a *École des Annales* – movimento que repensou os pressupostos do estudo e de uma escrita histórica que era baseada em acontecimentos que, naturalmente, se sucediam em uma linha do tempo. Para os fundadores da Revista *Annales d'histoire économique et sociale*, publicada a partir de 1929 na França, a História é, sim, feita de documentos, mas também é feita com palavras, paisagens, trajetórias e sentimentos. Quando os documentos não existem, o historiador se coloca como alguém que busca em todas as formas da expressão humana, sua presença, seus modos de ser e de viver.

Nesse sentido, a compreensão sobre a ideia de documento como elemento chave e necessário para que a História possa ser contada, se aprofunda quando a revolução tecnológica o transforma em dado e em uma massa documental, organizada em sistemas, que se torna disponível. Os documentos armazenados e manejados em bancos de dados, assim, não são, apenas, os materiais de onde decorre a memória coletiva e a história, eles transformam-se, de forma crescente, na própria História.



O documento permanece porque ele é transformado em um testemunho do tempo.

Para Le Goff, esse documento alargado em dado, pensado não só como algo quantificável, mas como objeto diversificado em diferentes tipos de registro: a música, o vídeo, o áudio – o som, a imagem, a palavra –, deve ser percebido como algo a que se atribui um valor. Ele não é apenas um dado do passado, ele resulta de uma escolha tanto do historiador como da sociedade que o produz. O documento permanece porque ele é transformado em testemunho de um tempo: um ensinamento a ser preservado e divulgado anos a fio. O documento é, assim, monumento porque resulta de um esforço das sociedades históricas de compartilhar, aos que virão, uma certa imagem de si mesmas.

Diziam os historiadores que o Brasil foi “descoberto”, diziam os portugueses que aqui chegaram que o Mundo era dividido entre duas potências – Portugal e Espanha – primeiras a se lançarem ao Novo Mundo, desbravado por caravelas e navegadores. Linha divisória traçada em mapa e abençoada pelo Papa de então: o Tratado de Tordesilhas. Ninguém se perguntou se quem aqui vivia tinha ideia dessa divisão. Os Impérios Maia, Inca e Asteca foram destruídos em sua arquitetura, riqueza, beleza e dizimados tanto a sua gente como seu conhecimento ancestral. Essa era a América Espanhola. Na América Portuguesa, as nações indígenas, os povos originários dessas terras, foram destruídos em seu bem-viver, apartados de seus territórios, adoentados por moléstias que aqui não haviam, trazidas a bordo nos corpos de homens brancos vindos de além-mar. E essa terra de tantos impérios, reinos, povos e territórios foi nomeada América. E a Pindorama das comunidades indígenas, como sabemos, recebeu muitos nomes até ser batizada, pelos que aqui chegaram, de Brasil.

Eles não lavram, nem criam, nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra nenhuma alimária que acostumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isso andam tais, e tão rijos, e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. Neste dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som do tamboril, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus.

Assim escrevia Pero Vaz de Caminha em sua carta do “achamento” cujo destinatário era El Rey Dom Manuel, que se achava senhor daquelas terras por graça de Deus Todo-Poderoso e de Sua Eminência, o Papa. E mais ainda pelo poder que considerava ter e que, de fato, tinha como Rei de Portugal. Não houve descobrimento, houve invasão, violência física e simbólica, destruição de formas ancestrais de vida. Caminha tinha razão: *“são muito mais nossos amigos que nós seus”*.

A invasão de Pindorama, a invasão da Terra das Palmeiras tal como a nomeavam os povos indígenas de então foi, na verdade, um empreendimento, um projeto de dominação de novas terras que muito contribuiu com a acumulação de riquezas e o desenvolvimento socioeconômico do continente europeu.

Portugueses em primeiro plano, mas também, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses em diferentes momentos desse processo de colonização e através de diferentes formas de sujeição política, econômica, social, cultural e simbólica, oprimiram com violência tanto os povos originários - num primeiro momento -, como o povo negro escravizado, tempos depois, que foi trasladado a força para o Brasil como fonte de energia, como base de sustentação da estrutura fundante do pacto colonial: a concentração de terras nas mãos de poucos (capitanias hereditárias e latifúndios são as estruturas fundantes dessa concentração), a monocultura (um único produto como base de um grande ciclo econômico) e o trabalho escravo (condição necessária para a acumulação de capital).

O “novo” território, objeto da exploração dos estrangeiros que aqui chegaram - e do ponto de vista desses invasores -, recebeu muitos nomes, como já falamos aqui: Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios (Terra Papagalli), Mundus Novus, Terra do Brasil, Índia Ocidental, Brazil e Brasil. Do nome dado a esse território, em homenagem a um símbolo do cristianismo (a cruz) ao nome que decorre do principal produto de exploração colonial (o pau-brasil), o território “descoberto” - que ainda não era Brasil, nem seus habitantes chamados de brasileiros - vivenciou anos, décadas e séculos de uma história que sempre foi contada a partir de um ponto de vista: o do colonizador. O conflito entre religiosos e mercadores de como designar o Novo Mundo era também uma luta pelo poder simbólico e econômico que aqui se estabelecia e que nada tinha a dizer sobre os povos que aqui existiam, seus nomes ou modos de vida.

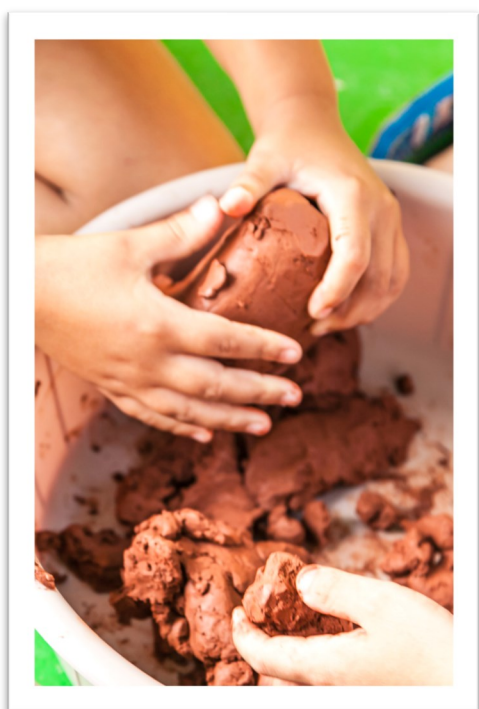
Já apontamos aqui que dar nome às coisas, às pessoas e aos lugares não é algo

em si mesmo, é uma ação que cria realidades.

Portanto, nomear ou “apagar” certos nomes é também uma forma de violência e opressão. Mais uma vez, vamos recordar um número espantoso: na época do “descobrimento” do Brasil, melhor dizendo, na época da invasão de Pindorama, a população indígena somava mais de 5 milhões de pessoas, o que em termos comparativos era um contingente populacional equivalente ou ainda maior do que a população de Portugal do século XVI, momento em que se deu todo o processo de expansão econômica através dos grandes descobrimentos. Ao final desse processo um saldo cruel: o extermínio de 4 milhões de pessoas. O “descobrimento” do Brasil implicou no genocídio desses povos originários pela força, pelas doenças dos brancos invasores, pela matança indiscriminada, pelas lutas de resistência e pelo trabalho forçado.

Luiz Antônio Simas, professor de história e cronista da cultura de rua e das manifestações populares se junta à Luiz Rufino, educador e estudioso das relações étnico-raciais para escrever o livro “Flecha no Tempo”. No livro, há um ensaio intitulado “O cargo colonial”, onde os autores iniciam seu texto, perguntando-se sobre o que é essa herança de cinco séculos da implantação de um sistema nascido no colonialismo, que se desdobra em exclusão, violência e desigualdade como elementos de uma política de Estado que se impõe desde o tempo das caravelas.

Simas e Rufino nos mostram que a colonização é uma ferida aberta e o caminho



O “novo” território,
objeto da exploração
dos estrangeiros que aqui
chegaram, recebeu muitos nomes.



para a cura passa pela invocação de diferentes saberes que nos restituam não só a presença dos corpos libertos da opressão, mas também seus saberes, suas linguagens e sua potência como sujeitos de transformação.

O conceito “carrego colonial” é formulado, assim, no sentido de que é possível opor a ele, tirando-lhe a força, uma política de vida e não de morte, uma política de encantamento que restitua a esperança e subverta uma ordem de dominação que retira de todos nós a essência, que nos desencanta e que não nos deixa descobrir que somos muito mais do que um povo colonizado. A ancestralidade é o nome dessa política que celebra a vida, a existência, o comunitário, os saberes que são compartilhados como ensinamentos e que se realizam, como dizemos aqui tantas vezes, no miúdo de nossa vida cotidiana, no contexto de nossas comunidades narrativas. Simas e Rufino nos convidam a aprender *os segredos que se encarnam no miúdo*:

Apequenar-se na gramática macumbeira tem efeito de mandinga, saber que ficou gravado nos elos da presença entre o velho e o novo e podem nos ensinar a despachar o carrego e fechar o corpo para novas batalhas.

A ancestralidade é uma chave de compreensão de nossa existência como povo brasileiro: o *povo novo* - resultado de uma transfiguração étnica: a miscigenação dos povos indígena, negro e o europeu colonizador. É parte da compreensão do passado, mas é mais que isso, é parte da compreensão do nosso “eu” e do nosso “nós”. É compreender o hoje, o aqui e o agora. É criar expectativas de futuro, a partir das ações feitas no tempo presente, baseadas nas escolhas que fazemos em cada momento de nossas vidas: escolhas subjetivas que falam de afetos plurais, escolhas objetivas que dizem da concretude da existência, ambas profundamente relacionadas. É nossa temporalidade e espacialidade: o cotidiano da nossa vida, individual e coletiva, onde se realiza o acontecer histórico.

Nosso olhar busca a vida cotidiana que é a *vida de todo homem*, como afirma a filósofa húngara Agnes Heller no livro “O Quotidiano e a História”, publicado em 1970. Não há ninguém cuja vida se realiza aquém ou além de seu cotidiano. É numa temporalidade e numa espacialidade objetiva **que se vive a própria vida**. Contudo, essa vivência não é somente objetiva, existencial em si. Ela é subjetiva porque também pressupõe relações, hierarquias, sentidos, linguagens que, por sua vez, se relacionam à concretude da vida e ao mesmo tempo à sua significação: trabalho, lazer e descanso, vida pública e privada, coletividade, pertencimento, subsistência, religiosidade.

Homens e mulheres nascem em sua cotidianidade e é nesse espaço/tempo que experimentam suas vidas, que vivenciam suas histórias e seus aprendizados, nos modos de ser e fazer, nos modos de lembrar e esquecer, nas regras a cumprir, nos dogmas a subverter, nos costumes assimilados, na cultura herdada, nos gestos e linguagens aprendidos. Para Heller, *a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social.*

Ancestralidade e vida cotidiana se conectam e, desse modo, podemos afirmar que a ancestralidade tem como horizonte a noção de que o passado é lembrança e memória, o presente é vivência e o futuro é desejo, sonho e esperança. A ancestralidade é o respeito aos antepassados, que não é o mesmo que genealogia, ou seja, a linha temporal de ascendência e descendência. Ancestralidade é trazer ao centro da vida a coexistência de cada um de nós com aqueles dos quais somos herdeiros, não só do ponto de vista individual, mas principalmente do ponto vista coletivo: *eu sou porque nós somos.*

Na filosofia africana, o ser humano não é um ser pronto e acabado, ele é um ser em movimento e essa condição transcende o indivíduo, porque ele só pode realizar-se em meio ao coletivo e às relações que aí se estabelecem. O *ubuntu* é uma palavra que significa humanidade e implica uma ética e uma visão de mundo que compreende o ser humano como um *ser-sendo* que só se encontra consigo mesmo, quando também possibilita o encontro com os que o rodeiam. Não há possibilidade de existência e vivência se não houver igualdade, respeito e solidariedade entre as pessoas de uma comunidade.



A ancestralidade é uma
chave de compreensão de nossa
existência como povo brasileiro.

Luiz Antônio Simas, historiador, e Nei Lopes, compositor e extraordinário escritor da africanidade, no livro “Filosofias Africanas” nos falam que para os Iorubás existiam dois tipos de poder: o poder físico, *agbara* e o poder espiritual, *axé*. O poder espiritual é o mais importante dos dois, pois o *axé* tem como base a energia vital que existe dentro de cada um e de cada uma, por isso ele está, ao mesmo tempo, no objeto sagrado, na natureza, no alimento, no corpo que dança ao som do tambor: *fundamentada no agbara e no axé, a cultura Iorubá se baseia na ritualização da ancestralidade.* O conhecimento que daí decorre é muito profundo e toca em lugares de afetividade que o pensamento ociden-

talizado, racional e eurocentrado não alcança.

Segundo a filósofa brasileira Katiúscia Ribeiro, a ancestralidade não é algo feito de passado, tão somente, ela é parte constitutiva do que somos: uma categoria de reconhecimento e reintegração na história. Ancestralidade é a possibilidade de compreensão de si mesmo como alguém que age na sua própria história, na história do seu povo e, num sentido mais amplo, na história da própria humanidade. História essa que não se basta apenas na expressão da história hegemônica e eurocentrada, ou seja, a história dos colonizadores que se colocaram e se colocam como única referência cultural, histórica, antropológica e social para os povos colonizados. A ancestralidade é, também, a forma de honrar, lembrar e saudar os antepassados e fazê-los permanecer em nós.

Nessa perspectiva, também podemos refletir, a partir do que a jovem escritora indiana, Rupi Kaur, nos conta em seu poema *Legado*, sobre a importância de olhar para o passado, viver o presente e cuidar do futuro. Ou em outras palavras: olhar e compreender o passado - como lembrança e memória, com suas contradições, disputas e arranjos -, vivenciar o presente - como parte da luta, da resistência, da consciência de si e da coletividade da qual somos parte - e refletir sobre o futuro como sonho e esperança.

A poesia de Rupi Kaur, do livro “o que sol faz com as flores”, emociona quando diz:

*me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso:
o que é que eu faço
para tornar esta montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além?*

No mundo da modernidade sublinhada pelos avanços técnicos e definida pela informação instantânea e de ritmo acelerado, a experiência comunicável ou, como dizemos, as histórias que se contam no miúdo do cotidiano, têm perdido sua importância e seu valor, como já sinalizava Walter Benjamim em seus escritos.

Para Benjamim a arte de narrar se enfraquece, gradualmente, porque a sabedoria – o lado épico da verdade – experimenta sua extinção. A sabedoria, no seu entendimento,

é o conselho tecido na substância viva da existência e o conselho é uma forma artesanal de comunicação, que pressupõe a possibilidade de dar relevância não só ao que se fala, mas também ao que se escuta. Na verdade, é um mergulho nas experiências de vida, pois o narrador busca na sua própria vivência a potência do seu dizer, pois assim, ele cria laços com seus ouvintes, pois a escuta também é sua ferramenta.

Entre narrador e ouvinte se estabelece uma relação que é sublinhada pelo interesse de ambos em conservar o que foi narrado: a história contada se torna significativa e permanece na vida e na memória de quem a escuta e por isso se torna também sua. A reminiscência possibilita a compreensão de que somos uma comunidade de destino, traz para o momento em que a história é contada, a memória do que foi vivido pelos que vieram antes de nós. A memória, assim, é evocação pois traz ao tempo presente aquilo que importa guardar. Talvez seja esse o caminho para que o tempo presente seja feito de ensinamento e aprendizado e para que seja possível *tornar esta montanha mais alta* para os que virão depois de nós.

No livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, o filósofo, poeta e escritor Ailton Krenak nos conta que todas as histórias antigas chamam a Terra de Mãe que é nomeada com muitos nomes em diferentes culturas ancestrais. São figuras femininas que nos encaminham para um pensamento cujas ideias centrais se relacionam ao cuidado, ao afeto, à memória, ao comunitário que parecem estar soterradas pelas noções de lucro, mercadorias, produtividade e exploração.

Como nos descobriremos uma comunidade de destino, se parte de nós considera que a terra é partilha e a outra parte que é recurso para ser explorado? – é a pergunta que fazemos, ecoando as reflexões de Krenak. Se nesse instante, o futuro é o “fim do mundo”, se não sabemos como mudá-lo, talvez seja preciso começar a mudar o nosso passado, escutar a pluralidade das histórias dos que vieram antes de nós, para que, assim, possamos torná-lo nosso e dessa forma descobrir, no fim das contas, quem somos nós e qual poderá ser nosso destino.

A memória é evocação pois traz ao tempo presente aquilo que importa guardar.



Amefricanidade: um caminho para compreender o que somos

Na década de 1980, Lélia González, filósofa, antropóloga, integrante do Movimento Negro Unificado (MNU) e umas das primeiras intelectuais a pensar sobre o feminismo no Brasil, trouxe à sua reflexão - a partir das ideias elaboradas por MD Magno, psicanalista brasileiro - o pensamento histórico, cultural, geográfico e psicanalítico sobre a formação do Brasil e da América Latina.

Para tanto, formulou toda uma conceituação teórica para falar de uma América africana, cuja latinidade, na verdade, é inexistente. Assim, território, história e cultura se somam e formam Améfrica, sublinhando a presença negra no continente e sua profunda influência histórica e cultural neste território. Ao trocar o “t” pelo “d” de seu complemento geográfico e territorial, a América Latina surge com um outro nome, mais próximo do que esse território representa: Améfrica Ladina.

Para Lélia, essa marca de africanização que está em todos os aspectos sociais, históricos e culturais do Brasil e do continente latino-americano, também está na língua que aqui se fala, que para ela é mais do que o português, é o pretuguês. A língua que se fala no país, assim, tem um caráter melódico que se distancia das línguas europeias porque é, também, herança das línguas africanas.

Não só a língua tem enorme influência africana, mas nossas danças, músicas, crenças, nossa culinária e uma infinidade de saberes que formam acervos e patrimônios culturais e simbólicos: aquilo que nos constitui, que nos fala sobre quem somos. Contudo, Lélia ressalta:

(...) desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalcado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc. que minimizam a importância da contribuição negra.

A categoria de amefricanidade surge, então, como uma alternativa - um *olhar novo e criativo*, tal como ela o entende - para tratar de memória, legado e laços de pertencimento, contrapondo-se à noção de uso comum, que é redutora da nossa ancestralidade e da nossa herança africana e também indígena e que endossa o pensamento e a ação

colonial que nos nomeia, a nós, como latinoamericanos para que, assim, seja possível olhar, criticamente, para um espelho que não nos reflete.

A amefricanidade pode ser entendida e explicitada como a afirmação do ser, uma noção que aprofunda os sentidos e significados dos nossos laços de pertencimento, que constroem a identidade de nossa existência, a partir de nossas memórias e histórias. Assim, América Ladina pode ser entendida como um território que representa a expressão de uma ancestralidade – tantas vezes apagada, minimizada ou secundarizada –, mas presente em nossas histórias, memórias, em nossa língua, nos modos de ser e existir: lugar de múltiplos saberes que permanecem em nós e que possibilitam pensamentos e propostas de transformação do mundo ao redor, no sentido da resistência e da luta contra a opressão, a exclusão e a desigualdade.



América Ladina é um território que representa a expressão de uma ancestralidade.

Pensar sobre a América Ladina é refletir sobre essa pulsão que incorpora o *ubuntu* e afirma a proeminência do coletivo: *nós somos*. É categoria que afirma nossa ancestralidade que se vincula à história e presença dos povos originários e do povo negro escravizado, em tudo o que nos constitui como povo brasileiro. Sem exceção, todos nós, os brasileiros, somos **ladino-amefricanos** é a contundente e verdadeira afirmação

de Lélia Gonzalez. Desse modo, a amefricanidade é uma categoria não só filosófica, mas, principalmente, político-cultural que nos localiza e nos ajuda a entender quem somos, nossas origens e trajetórias, nossas vivências e os caminhos que se colocam à nossa frente como possibilidades de construção de algo mais amplo, de algo que nos dê a compreensão de nossa comunidade e coletividade.

Amefricanidade é a proposição de uma perspectiva insólita e contemporânea para pensar o Brasil e a região, numa retomada histórico-cultural descentrada da clássica perspectiva branca e europeia, de modo a incorporar uma reflexão sobre a negação e a minimização da influência negra como consequência da força da dominação colonial imposta sobre os povos colonizados, ao afastá-los da sua própria identidade, história e cultura: origem do racismo, do preconceito, da desumanização, da desigualdade e da exclusão.

E ao refletir sobre identidade, ancestralidade, temporalidade e territorialidade é necessário lembrar que o Brasil - que viveu a dominação colonial - ainda convive, no presente, com o que o filósofo e escritor peruano, Aníbal Quijano, chama de *colonialidade do poder*, uma forma de dominação que tem sua origem na invasão das Américas. Esse processo de colonização, que é também de dominação, faz a Europa não só ser entendida, mas se afirmar, como um padrão de poder e de conhecimento ou, melhor dizendo, uma matriz colonial de poder. Mesmo encerrado o período histórico colonial, o exercício dessa dominação se desdobra em múltiplas formas pelas quais os “colonizados” se submetem ou são submetidos a esse domínio.

Tal dominação não é a simples dominação territorial das metrópoles sobre “suas” colônias, mas é, sobretudo, uma dominação política e simbólica que se sobrepõe e, ao mesmo tempo encobre, o conhecimento, os saberes, as manifestações culturais e as formas de comunicação e de expressão advindas dos povos originários e do povo negro, profundamente enraizadas nas sociedades ditas periféricas.

Para Quijano, a colonização impõe uma “nova identidade geocultural”, expressa na cultura dos colonizadores, que tenta apagar as identidades culturais e históricas próprias dos colonizados, subtraindo-os, também, do seu lugar na História e na cultura de toda a humanidade. A colonialidade do poder quer diminuir ou mesmo apagar o reconhecimento que esses povos têm de si mesmos, com suas histórias, culturas, tradições, saberes, conhecimentos, modos de vida que se formaram, inclusive, a partir de processos anteriores ao processo de colonização.

O psiquiatra e filósofo martinicano, Frantz Fanon, escreveu entre os anos 60 e 70, duas obras de fundamental importância: “Os Condenados da Terra” e “Pele Negra, Máscaras Brancas”. Fanon contribuiu, imensamente, para uma reflexão sobre os impactos da colonialidade na vida dos povos que passaram pelo processo de colonização, ao tratar dos efeitos e reações psicológicas que a dominação colonial impôs aos grupos colonizados, tendo seus reflexos observáveis mesmo com o passar dos séculos.

Para Fanon, a colonização, a dominação e a subjugação vividos pelos povos originários, que sofreram sua invasão, e pelo povo negro africano escravizado, a viver sua diáspora, provocam efeitos psicossociais que atingem profundamente a concepção que os povos colonizados têm de si. Como pontuou Lélia González, a diáspora é *uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida*.

Conhecer nossa história, tomar nossa ancestralidade como referência do que somos, são caminhos para que o reflexo no espelho nos retrate em potência e em libertação do jugo colonial que insiste em sublinhar nossos pensamentos e modos de vida. Para Lélia Gonzalez, a categoria de amefricanidade é uma noção fundamental e uma possibilidade de pensar estratégias de organização social fundamentadas na comunidade e no coletivo. Sobre amefricanidade, afirma:

Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos.

A diáspora é uma experiência histórica comum
que exige ser devidamente conhecida.



Desde a “descoberta” das Américas e do Brasil, no contexto desse processo de expansão comercial, os europeus se entenderam e se assumiram como donos dessa terra e de tudo mais que havia nela. A expectativa de riqueza e poder daí decorrente era considerada, mas não a existência da vida dos povos que aqui viviam.

Darcy Ribeiro, no livro, que recorrentemente usamos como referência, “O Povo Brasileiro: formação e o sentido do Brasil”, apresenta de forma clara o quão violento e cruel foi esse momento conhecido como descobrimento e que aqui temos nomeado co-

mo invasão. Para ele, repetimos, a invasão foi, de fato, uma guerra bacteriológica, ecológica, econômica, social e etnocultural, dada a magnitude e as formas de violência sob as quais se deu a destruição dos povos originários em seus modos de ser e viver. Tudo era reflexo e parte da compreensão de que, para os colonizadores, esses modos de vida e os saberes próprios desses povos não eram legítimos, nem mesmo poderiam ser considerados como um conhecimento superior e elaborado tal como aquele pertencente à lógica branca e europeia. Compreensão ou justificativa, é certo que os que aqui chegaram, invadindo esses territórios, impuseram seu poder e domínio pela força física e simbólica.

Darcy Ribeiro nos chama atenção para o fato de que, na perspectiva dos colonizadores, tanto os povos originários, como o povo negro escravizado possuíam “mitos” e “rituais”, enquanto os europeus eram detentores da ciência e da cultura. É importante destacar que o fato de indígenas e negros não seguirem o padrão cultural, político e social europeu, não implicava no fato de que eles não possuíam uma estrutura cultural, política e social própria e bem definida. Eram diferentes, não inferiores.

Quando falamos da colonialidade do poder e da dominação dos saberes, ressaltamos, um pressuposto se dá: a violência se realiza não só de modo físico, mas também de modo epistemológico, ou seja, destrói e apaga o conhecimento e o acervo cultural produzido por esses grupos humanos. Por isso, falamos em epistemicídio.



Eram diferentes, não inferiores.

Epistemicídio, como a própria etimologia da palavra sugere, é a morte do conhecimento: o apagamento dos saberes, das narrativas e dos pensamentos dos grupos não hegemônicos, ou seja, daqueles sob os quais se impõe o poder. Termo criado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, foi estudado, aprofundado e difundido por inúmeros autores e autoras, como é o caso da filósofa e ativista do movimento negro brasileiro, Sueli Carneiro, em seu livro “Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser” em que articula **epistemicídio** aos conceitos de **biopoder**, do filósofo Michel Foucault e de **contrato racial** do filósofo inglês-jamaicano Charles W. Mills. Outro exemplo é Grada Kilomba, escritora, teórica e artista portuguesa cujas raízes estão em Angola e São Tomé e Príncipe, que escreveu o livro “Memórias

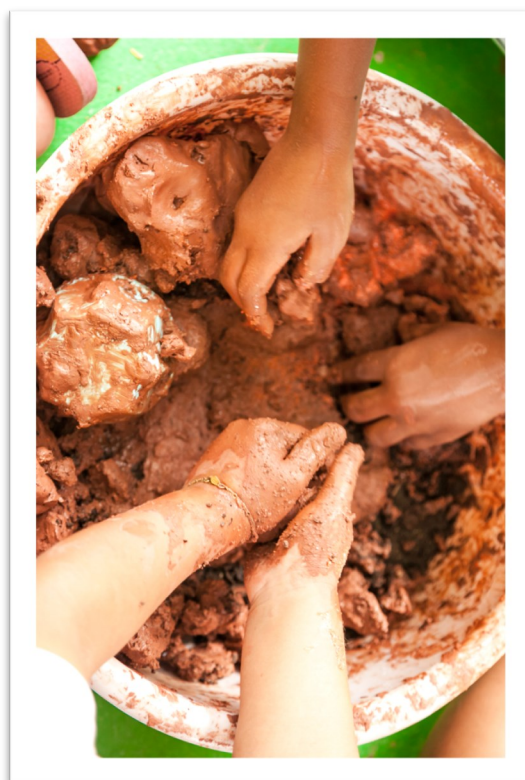
da plantação: episódios de racismo cotidiano”, para falar, por meio de pequenas histórias sobre colonialismo, racismo, branquitude de forma extremamente contundente, expressa na afirmação: *o colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra.*

A noção de epistemicídio se encontra na supressão e na negação do conhecimento dos colonizados como um saber possível, expresso como um dos principais mecanismos de dominação colonial - que se perpetua até hoje. Primeiro, se apropriaram das sabedorias indígena e negra. Depois, as classificaram como inferiores ou, simplesmente, não verdadeiras e legítimas. Deram novos nomes, sentidos e significados às coisas, às pessoas, ao tempo e aos espaços de vida. Ao redefinir, assim, seus usos e finalidades, simultaneamente, tentavam apagar o legado de conhecimento e cultura desses povos.

Segundo Katiúscia Ribeiro, quando o conhecimento de todo um grupo, povo ou civilização é apagado, apaga-se sua história ou, pelo menos, parte dela. O epistemicídio é uma perspectiva discursiva mobilizada para compreender e reconhecer o apagamento do conhecimento e da história dos grupos humanos que foram historicamente subalternizados. O pensamento hegemônico, ao apagar a ancestralidade, apaga também parte do que somos. Mais que isso: banaliza nossa própria história e nos afasta da compreensão de nossa identidade, do nosso legado, de nossas memórias e de nossos laços de pertencimento.



A história do Brasil e da América Latina é contada a partir da conquista dos europeus.



Quando falamos em apagamento, supressão e morte, quando falamos de epistemicídio, estamos falando, também, de uma expressão do racismo. Ao falarmos de uma história contada a partir de uma perspectiva dominante, estamos falando, também, nas entrelinhas, do apagamento de histórias que não são ouvidas ou são silenciadas em sua potência e valor.

A história hegemônica relaciona-se a uma única visão de mundo, de povo, de território e do processo que formou o país como nação, sem dar conta de todas as suas fronteiras e relevos, tanto físicos como sociais, políticos e culturais. A História do Brasil, e também da América Latina, é contada a partir da conquista dos europeus.

*A voz do colonizador torna-se uníssona,
introjetada nos encobre, mais do que nos revela.*



Para os povos originários que aqui estavam, a conquista, na verdade, foi invasão, morte e epistemicídio. Para os negros que aqui chegaram foi opressão, violência e destruição do conhecimento de um povo. É a negação da voz, da vida e da leitura de mundo que são próprias dos colonizados, considerados como povos reduzidos em sua potencialidade e mesmo em sua humanidade. A voz do colonizador torna-se, então, uníssona, introjetada nos encobre, mais do que nos revela. Onde encontrar nossa história e nossa identidade? Quais os caminhos que serão precisos trilhar para encontrar a América Latina?

Possíveis são os caminhos que nos apresentam as perspectivas indígena e negra, que são fundamentadas nos movimentos de aldear e aquilombar, seja na expressão política ou simbólica dos termos. No sentido político, é a vivência da luta nos seus territórios, é o fazer político como práxis - reflexão e ação -, que entre outras ações, busca visibilidade e protagonismo, ampliando a participação - indígena e negra - nos espaços de poder e decisão. No sentido simbólico, aldear e aquilombar expressam a potência do patrimônio histórico e cultural dos povos indígenas de múltiplas etnias, do povo negro, de herança quilombola e descendente de tantas nações africanas que reforçam uma concepção que dá importância e valor à comunidade e à ancestralidade, nos oferecendo, assim, uma perspectiva diversa onde o olhar individual sempre tem o olhar coletivo como seu horizonte.

A escuta atenta do outro: mapas, lugares, e caminhos

Em nossa reflexão, temos apontado uma questão importante: a de que a História se realiza no cotidiano da vida. Não há como compreendê-la como algo fora de nós, pois é a vivência de nossa realidade e do imaginário nela contido que conforma essa compreensão. O cotidiano é o lugar do acontecer histórico.

O filósofo alemão, Walter Benjamin, escreve suas “Teses sobre o conceito de história”, em 1940, no contexto do início da Segunda Guerra Mundial. Nesse livro, ele traz à cena principal a possibilidade de enxergarmos a existência, a ação e a resistência das classes historicamente oprimidas diante do poder econômico, político e simbólico das classes dominantes. Elabora, também, uma crítica aos que sublinham na História somente as narrativas que provém da voz dos que dominam, em detrimento do que os dominados e colonizados têm a dizer.

Perpetuar a narrativa histórico-cultural hegemônica, segundo o pensamento trazido por Benjamin, é uma forma de confirmar, ilustrar e validar a superioridade dos poderosos. Desse ponto de vista, tanto a História como a Cultura tem seus vínculos determinados mais por uma institucionalidade, que reverbera a voz dos que dominam, do que pelos laços de pertencimento com os grupos que convivem numa coletividade. Por isso, Benjamin faz a crítica do historiador que apenas reproduz a história dos vencedores, como se ela fosse única, como se ela fosse legítima por si só, como se não houvesse possibilidade de entendê-la de outro modo. Daí a importância de escovar a história a contrapelo e, assim, escutar a voz daqueles que historicamente tiveram suas narrativas silenciadas.

Para nós, Benjamin ao tratar desse modo a História, convida o historiador a agir como alguém que busca nas histórias de vida os sentidos e os significado dos diversos modos de ser e de viver. Dessa forma, amplia-se a perspectiva sobre o que entendemos ser a História que é feita de fatos, documentos, monumentos, mas também de relatos, vivências, luta e o direito de ter vez e voz.

O historiador, escritor e compositor, Luiz Antonio Simas, fala que escovar a história a contrapelo é também dar a devida importância ao cotidiano para ouvir e compreen-

der outras vozes. Ouvimos, inúmeras vezes, que toda história tem pelo menos duas versões: cada versão será contada através de um ângulo pessoal ou mesmo coletivo, a partir de uma certa perspectiva ou vivência. Como se fala na boca do povo: *do ponto de vista do mar, quem balança é a praia.*

A História feita de fatos e consequências, preservada na forma de documentos e monumentos, guardada em acervos diversos, sublinhada por interesses políticos e econômicos, tem sido estruturada e divulgada pelas classes dominantes que difundem, assim, uma única versão sobre os acontecimentos e interpretações sobre o passado, evidenciando seus triunfos, suprimindo informações, deturpando acontecimentos, criando caminhos para construção de uma imagem exemplar e meritória que, também, justifica a manutenção do seu poder.



O povo para o qual olhamos é o povo brasileiro.

Tal visão da História é redutora e implica em efeitos profundos no pensamento, na consciência e na ação política dos grupos humanos não hegemônicos, que são submetidos a uma única visão de mundo. Não há pluralidade de ideias, não há possibilidade de transformação. Cada um no seu lugar, a vida é o que é e assim seguimos.

A história de cada um e de cada uma, em suas diferentes comunidades e coletividades, na vivência cotidiana de lutas e conquistas deve ser a matéria-prima sobre a qual se

debruça uma História cuja substância é a presença e a vivência de um povo. O povo para o qual olhamos é o povo brasileiro, um povo novo gerado por uma transfiguração étnica que o constituiu, que fala de nós, em nossa língua, em nosso imaginário, em nossas formas plurais de existência. Portanto, é necessária uma reflexão que tenha como ponto de partida a história que é contada pelos colonizados, em contraponto à história contada pelos colonizadores. Escovar a história a contrapelo é não aceitar a ideia representada na imagem de um banquete onde os que contam a História se sentam à mesa, enquanto os demais preparam e servem o jantar.

A fonte de conhecimento do sujeito é a sua própria história, feita de acervos pessoais e coletivos, legados, aprendizados, ensinamentos e memórias. E o conjunto dessas memórias é uma construção social, como bem elaborou a Prof^a Ecléa Bosi, ao afirmar em seu artigo intitulado “A Pesquisa em Memória Social”, publicado no início da década de 1990, que a comunidade familiar ou grupal exerce uma função de apoio como testemunha e intérprete daquelas experiências. O conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos de escolha e rejeição em relação ao que será lembrado.

A reflexão sobre histórias de vida, comunidades narrativas, vivências de homens e mulheres em suas ações e contradições, ditos e interditos, lutas e conquistas em meio às relações que estabelecem no contexto de suas próprias vidas, nos encaminha para pensar sobre os conceitos de *oralitura*, *oratura* e *escrevivência*. E, na verdade, não é uma coincidência o fato de que todos esses conceitos terem sido cunhados por três autores e pensadores de países do assim chamado Sul Global. Mas antes de apresentar esses conceitos, é importante abrir um parênteses a respeito da concepção de Sul Global e do termo *sulear*, com o qual se articula, e que implica na formulação de novos paradigmas sociais, políticos e epistemológicos.

Sul Global é uma categoria de análise usada para se referir aos países que passaram por longos processos de colonização, sublinhados pela lógica imperialista e demarcados por uma lógica capitalista de exploração e opressão, seja ela física, simbólica, intelectual, econômica, política e psicossocial. A concepção de países do Sul Global, na verdade, ultrapassa a simples demarcação e delimitação territorial e a definição dos contornos geográficos relacionados ao desenho dado pelos hemisférios, na comum divisão norte-sul. A ideia que estabelece a existência de um Sul Global - e, por decorrência, de um Norte Global - tem fundamento econômico, político, histórico e social na sua razão de

ser e no modo de classificar esses territórios. A própria definição norte e sul é arbitrária, dado que em um planeta que é redondo, como definir onde é o norte e onde é o sul? Qual região do globo fica “em cima” e qual fica “em baixo”? Por isso, é importante afirmar que tais definições são pautadas não em determinações físicas ou geográficas naturais, mas sim em pressupostos históricos, econômicos e culturais que desenharam os mapas e os territórios no decorrer da história do mundo e de sua gente.

Em um planeta que é redondo,
como definir onde é o norte e onde é o sul?



Nesse sentido, é interessante lembrar do desenho “América Invertida”, do pintor uruguaio, Joaquin Torres Garcia, feito em 1935, quando da divulgação do Manifesto “Escuela del Sur” de sua autoria. Depois de viver parte de sua vida na Espanha, na França e nos Estados Unidos, ele retorna para o Uruguai, onde começa a refletir sobre sua produção e a propor um movimento artístico que valorizasse a arte latinoamericana e suas raízes, profundamente relacionadas aos povos originários do continente. É nesse contexto que surge o manifesto, onde afirma:

Uma grande Escola de Arte deveria levantar-se aqui em nosso país. Eu o afirmo sem nenhuma vacilação: aqui em nosso país. E tenho minhas razões para afirmá-lo. Tenho dito Escola do Sul, porque na realidade nosso norte é o Sul. Não deve haver norte, para nós, sem que seja por oposição ao nosso Sul. Por isso, agora, coloquemos o mapa ao contrário, e então teremos justa ideia de nossa posição, e não como querem o resto do mundo. A ponta da América, desde já, prolongando-se, assinala insistentemente o Sul, nosso norte. Igualmente nossa bússola: se inclina sempre, irremediavelmente, até o Sul, até o nosso polo. Os navios, quando se vão desde aqui, descem, não sobem, como antes, para seguirem até o norte. Porque o norte, agora, está abaixo. E o nascer do Sol, colocando-nos frente ao nosso Sul, está a nossa esquerda. Esta retificação era necessária: por isto, agora, sabemos onde estamos.

O desenho de Torres Garcia é uma obra de arte e, ao mesmo tempo, um manifesto político que sublinha a importância dos territórios e das comunidades e culturas localizadas no “Sul” do globo terrestre, o lugar ao qual pertencemos, o lugar onde estamos. O mapa, assim, se contrapõe à projeção cartográfica do matemático Gerhard Mercator, de 1569, amplamente difundida desde o tempo das Grandes Navegações, permanecendo como marco de uma representação de mundo por muitos séculos.

A projeção de Mercator tornou-se muito popular deste então. É o mapa-múndi tal como o conhecemos. Contudo, para representar um mundo que é redondo como um mapa, plano, o cartógrafo respeitou o formato dos continentes, mas distorceu seus tamanhos, dando uma evidente proeminência aos situados no “norte” e distorcendo, enormemente, os que se situam no “sul”. Os do “norte” estão acima, no topo do mapa. Os do “sul” estão abaixo, na parte inferior. Assim, o mapa de Mercator teria como paradigma na sua construção uma visão de mundo eurocentrada, desenhada nos traços do colonialismo: “os de cima” são as nações hegemônicas, região de onde partiram os colonizadores, que “descobriram”, conquistaram e dominaram “os de baixo”, as regiões colonizadas.

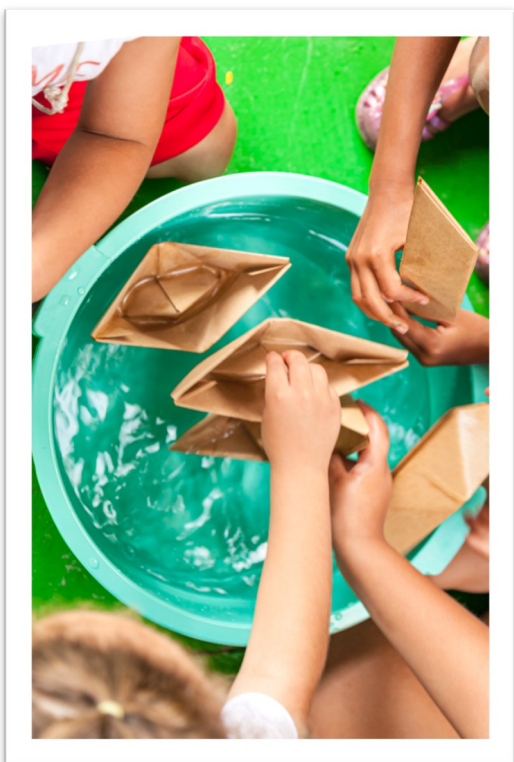
A projeção de Gall-Peters, considerada por muitos como uma projeção que corrige a visão colonialista do mapa de Mercator, é mais precisa em relação ao tamanho e a proporção de países, continentes e oceanos, contudo, mesmo buscando reverter a noção reduzida, distorcida ou, de uma certa forma, “insignificante” dos países do hemisfério sul, eles continuam a estar na parte de baixo do mapa.


Já havíamos falado anteriormente que um mapa não é a realidade em si, ele é uma representação do que existe e é – como um documento de uma época –, uma das formas de conceber e compreender aquilo que ali é retratado. Seja o mapa de Mercator, o de Gall-Peters e mesmo os mapas modernos produzidos por tecnologia de ponta, acessados por meio de aplicativos, contando com uma quantidade enorme e sempre renovada de informação que o atualiza, periodicamente, eles resultam de uma visão de mundo, de uma construção também ideológica e, assim, devem ser analisados, pois, simbolicamente, demonstram os contornos das estruturas de poder político e econômico que os desenham e os difundem.

Nesse sentido, o mapa de Torres Garcia é contra-hegemônico e nos faz pensar para além das projeções cartográficas e nos encaminha no aprofundamento de uma reflexão a respeito de uma expressão que muito nos interessa e que consideramos radical – no sentido de que ela pressupõe uma radicalidade de pensamento, ou seja, ela é um eixo que sustenta e que subverte parâmetros pré-definidos – e que aparece no livro “Pedagogia da Esperança”, escrito por Paulo Freire em 1992: *sulear*.

Rememorando e descrevendo encontros de discussão e reflexão com pais e mães de alunos sobre as relações de autoridade e liberdade no âmbito das famílias e também da própria escola, em diferentes regiões da cidade do Recife, nos idos de 1947,

Freire utilizou o termo *sulear* no lugar de *nortear*, tão comumente usado – na época e ainda hoje em dia – para dar a ideia de condução, de orientação, de direção dada a um tema debatido ou ação a ser empreendida. A vivência desses encontros com as famílias formadas por trabalhadores e trabalhadoras, em sua maioria, se constituiu, segundo ele, no momento de gestação do que seria um de seus livros mais importantes: “A Pedagogia do Oprimido”. Sua vivência deu-lhe alguns dos fundamentos para que pudesse escrever sua tese de doutorado, “Educação e Realidade Brasileira”, que se desdobrou no livro “Educação como prática da liberdade”, que já prenunciava, anos depois, a escrita de “A Pedagogia do Oprimido”.



 Por isto, agora,
sabemos onde estamos.

Buscando a compreensão, por parte dessas famílias, da prática educativa realizada nas escolas, Paulo Freire, descobre em sua práxis – na forma como relacionava sua reflexão e sua ação como educador –, que as leituras de mundo decorrem de múltiplas histórias de vida, com características, dimensões e significados próprios. Assim, ao falar sobre autoridade, disciplina, família e escolas em reuniões coletivas das quais participou no final da década de 40, ele descobre algo que o marcou profundamente e que, por decorrência, marcou, também, sua escrita e sua ação como educador popular nos anos que se seguiram:

Por outro lado, apesar de alguns anos de experiência como educador, com trabalhadores urbanos e rurais, eu ainda quase sempre partia do meu mundo, sem mais expli-

cação, como se ele devesse ser o “sul” que os orientasse. Era como se minha palavra, meu tema, minha leitura de mundo, em si mesmas, tivesse o poder de suleá-los.

Interessante que, ao narrar sua experiência como educador, Paulo Freire nos propõe, implicitamente, uma questão que está no bojo do que temos discutido por aqui: a leitura de mundo pressupõe a compreensão de que ela é uma expressão para ser pensada como um plural, não como um singular: leituras de mundo, já que cada um e cada uma lê o mundo e dele fala, a partir de suas experiências, no decorrer de suas histórias de vida – aqui consideradas como a substância de sua história individual que também é a sua história coletiva, a história do povo do qual faz parte e da qual não pode estar apartado. Interessante, também, o uso do termo sul e sulear como se rotineiro fosse, como palavra adequada para dizer onde estamos, tal como feito por Torres Garcia com seu “mapa invertido”.

Nas notas explicativas do livro “Pedagogia da Esperança”, organizadas por Ana Maria Araújo Freire, companheira de Paulo, a educadora nos conta que quem apresentou o termo a ele foi o físico, etnocietista e educador ambiental, Márcio D’Oliveira Campos, que escreveu o texto “A arte de sulear-se”, em 1991.

O professor Márcio D’Oliveira Campos concebeu e coordenou, de 1986 a 1995 o Observatório a Olho Nu Aldebaran, localizado na Unicamp, em Campinas, no Estado de São Paulo. Desenvolveu e desenvolve pesquisa no âmbito da Antropologia e da Etnografia sobre sociedades, saberes, ritmos e marcadores naturais e sociais do tempo, na qual também se insere a proposta SULear.

A experiência do observatório foi singular, já que ela tomou como pressuposto o resgate do *Olhar* ou *Mirar o céu* sem instrumentos, a olho nu, buscando a observação, a percepção e a escuta atenta de tudo que rodeia o humano. Olhar para o céu, sem instrumentos óticos, é mais do que a identificação dos astros e constelações, é um primeiro gesto de compreensão do que somos e onde estamos. O observatório, circular, é um ponto de referência no espaço, tal como as árvores ao redor, os vales, as montanhas, o horizonte e um incontável conjunto de elementos naturais que nos rodeiam e que servem como indicadores e marcadores espaciais e temporais.

Os estudos do professor Campos têm como referência o conhecimento que as comunidades indígenas tem do céu. O observatório foi construído como um círculo, tal

como várias aldeias indígenas, com um caminho que o divide como duas metades (norte e sul), num desenho que representa o caminho do Sol: um relógio natural do tempo. O espaço assim construído, tanto no observatório como nas aldeias indígenas que o inspiram, facilita a observação do que está ao redor, não apenas no sentido espacial, mas também no sentido temporal.

Tempo e espaço são categorias de análise dos fenômenos naturais e também sociais e simbólicos, como no ensina o professor: são ciclos de vida, marcos espaciais, reguladores temporais que estão profundamente articulados ao nosso cotidiano, aos nossos modos de fazer e produzir, comemorar, ritualizar, criar, descobrir, conhecer e aprender. São “relógios” e “calendários” naturais ordenadores de nossa leitura de mundo, onde se inscrevem as transformações que ocorrem no meio ambiente que é feito de flora, fauna, relevos físicos, corpos humanos e também observação, participação, mediação; é sentir e pensar sobre o tempo que passa de forma diferente nos ritmos da conversa, do trabalho, da festa, da brincadeira, do passeio, do estudo ou da oração; é a percepção da chuva que ainda não caiu, mas que traz de longe o cheiro de terra molhada; é o canto do sabiá que canta desde cedo anunciando que é primavera; é a fruta da estação – manga, goiaba, caqui – que brota em quantidade e que se espalha nas gôndolas dos mercados, nas barracas das feiras com preço bom, que aumenta quando a estação se finda.

Tempo e espaço são categorias fundamentais para a compreensão do mundo em seu aspecto vivencial.

É a vivência de nós mesmos, dos outros e de nosso entorno que cria a possibilidade de nossas leituras de mundo. E como ler um mundo, desenhado em seus relevos e contornos, se nossas referências não falam sobre nós ou mesmo não nos localizam? Como saber de nós, se não sabemos onde estamos? No texto “A arte de sulear” encontramos elementos importantes que nos ajudam a refletir sobre essa questão.



Como saber de nós, se não sabemos onde estamos?

Na História e na Geografia, como ensinadas aos mais novos, os referenciais teóricos e educacionais, no mais das vezes e desde sempre, se articulam ao pensamento e conhecimento produzido nos ditos “países centrais”. Aos “países periféricos” restaria,

apenas, a possibilidade de reproduzir os referenciais dos que são mais “desenvolvidos.”

O professor D’Oliveira Campos exemplifica essa situação, mostrando que nos mapas e globos terrestres, a Terra é representada com o polo norte para cima o que, na verdade, é uma convenção apropriada para o Hemisfério Norte. Do mesmo modo, com relação às questões de orientação espacial, principalmente no aprendizado dos pontos cardeais, o que se ensina são regras que só fazem sentido para quem se situa no Hemisfério Norte e a partir de lá se norteia.

A imposição dessas convenções em nosso hemisfério, estabelece confusões entre os conceitos de cima/embaixo, de norte/sul e especialmente de principal/secundário e superior/inferior.

De qualquer ponto da Terra, em qualquer local de observação, nos ensina o professor, o Sol nascente do lado do oriente permite a *orientação*. No Hemisfério Norte, ela é dada por Polaris, a Estrela Polar, que permite o *norteamento*. No Hemisfério Sul, é o Cruzeiro do Sul a constelação que permite o *suleamento*. A regra que aprendemos na escola – e que até hoje assim se ensina – é abrir ambos os braços, colocando-se de forma que o braço direito aponta para a direção do nascer do sol: o leste; daí o oeste é indicado pelo braço esquerdo; na frente, o rosto se volta para o norte e atrás, nas nossas costas, o sul. Desse modo, nos *norteamos*.

Campos nos questiona sobre essa falsa regra prática que nos coloca, à noite, de costas para o Cruzeiro do Sul, constelação fundamental para os que se localizam no Hemisfério Sul, pois é a constelação que nos guia, pois de onde estamos não é possível ver a Estrela Polar, que se esconde atrás da linha do horizonte. E pergunta: não seria melhor usarmos a mão esquerda apontada para o oriente para que seja possível olhar de frente a constelação que nos serve de guia, aquela que podemos ver de onde estamos?

Do ponto de vista da História, também utilizamos as mesmas referências dos colonizadores, que têm na definição e denominação dos períodos históricos um marco temporal fundamental a “descoberta”:

Por que a pré-história brasileira se define pelo período anterior à descoberta? Vale lembrar aqui a pergunta do poeta José Paulo Paes: Quando o Brasil foi descoberto, será que ele sentiu frio? Com ironia metafórica alerta: com o polo norte para cima, o conhecimento “escorre” e nós o engolimos sem conferir com o contexto local.



No Hemisfério Sul, é o Cruzeiro do Sul a constelação que permite o *suleamento*.



Para além de apontar para a relação entre vivências de observação e experimentação da vida, o termo *sulear* propõe uma crítica à colonialidade configurada em diversas formas de dominação de saber e de poder. Proposta iniciada na década de 90, divulgada por Paulo Freire e tomada como referência por parte de vários autores e autoras em seus estudos e pesquisas, que procuram se contrapor a esse pensamento que dá as costas para nossas histórias, memórias e saberes, buscando superar uma percepção centrada na colonialidade, para dar espaço e voz às novas formas de produzir conhecimento e criar relações.

Nesse sentido, podemos relacionar o *sulear* com a produção de um conhecimento que não está restrito aos parâmetros conceituais e científicos definidos pelo “norte”: registros guardados, mapas, cartas, diários, desenhos, imagens, objetos, relatos, testemunhos. Registro guardado e verificável, “superioridade” da produção científica quantificável em artigos, pesquisas, livros e obras publicados nos países “centrais” em relação ao que se produz como cultura e conhecimento – nem sempre registrado como, texto, som, imagem ou dado – nos países “periféricos”.

Os do “sul” precisam dar relevância a um patrimônio que se guarda no seio de su-

as comunidades narrativas, no contexto do espaço habitado e do tempo das histórias que se contam no miúdo da vida cotidiana que, por serem significativas, permanecem, resistindo à violência do apagamento e da invisibilização.

É nesse arcabouço de cultura e conhecimento que as formulações conceituais que aqui apontamos – como oralitura, oratura e escrevivência – se inserem. Assim, após esse nem tão breve intervalo onde localizamos, no sul, o lugar onde estamos e onde passamos a *sulear* nossa reflexão, vamos retomar o fio de nossa narrativa para falar de *oralitura*, *oratura* e *escrevivência*.

Para o linguista, psicólogo e escritor haitiano, Ernst Mirville, a *oralitura* é o acervo de histórias que são guardadas, contadas e recontadas. Permanecem, por isso, em nossas memórias individuais e coletivas e conformam um patrimônio narrativo que se constitui como leitura da oralidade ou literatura oral. Sua permanência tem a ver com o que é importante lembrar, pois é parte de quem conta a história e de quem a escuta, refere-se a algo significativo e tem a ver com a própria história de cada um e de cada uma em suas vivências cotidianas e comunitárias.

A *oratura*, para o linguista e escritor ugandês Pio Zirimu, se refere à tradição oral e se opõe à compreensão que decorre das formulações hegemônicas, eurocentradas, sobre literatura e narrativa oral, que diminuem ou secundarizam o valor da oralidade e até mesmo lhe dão contornos de algo inferior, ingênuo e sem complexidade, demonstrando, nessa visão, preconceito e desconhecimento da riqueza e profundidade desse patrimônio narrativo produzido no continente africano, com sua diversidade de povos, línguas e expressões socioculturais. A tradição oral é valorizada, nesse sentido, e não é antagônica à literatura definindo-se uma ou outra a partir de juízos de valor, tais como o de inferioridade ou superioridade. Oratura é uma prática educativa e cultural, desenvolvida fortemente no território africano. Ela é acervo e herança.

Aqui não podemos deixar de mencionar o escritor, filósofo e etnólogo malinês, Amadou Hampâté Bâ, um dos primeiros estudiosos a valorizar a tradição oral africana como fonte legítima do conhecimento histórico, especificamente, as histórias do povo fula. Hampâté Bâ escreve “Amkoullel, o Menino Fula” - seu primeiro livro de memórias, publicado após a sua morte – para nos contar sobre Bandiagara onde nasceu, sua infância, a vida nômade dos pastores fula e a imensidão dos modos de viver do seu povo, mas também dos bambaras, dogons, haussás e tantos outros.

Para ele, falar sobre a história oral africana é falar sobre uma *tradição viva* que não está registrada como escrita, como livro ou documento, mas que é herança cultural e testemunho de um tempo do mesmo modo. Ambas, a escrita e a oralidade, decorrem do humano e como tal são acervo e herança. Escrito ou narrado, o que importa é o testemunho, *a ligação entre o homem e a palavra*.

O valor não está na forma, mas na substância desse testemunho, na possibilidade de sua transmissão, no crédito dado a quem conta uma história. Mas não podemos deixar de considerar a profunda relação entre memória e oralidade e sua força no contexto do que chamamos de comunidades narrativas, concordando com o filósofo malinês quando afirma:

E, pois, nas sociedades orais não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra.

Mas a tradição viva de que fala Hampâté Bâ, essa relação entre a palavra e o humano que pressupõe diálogo e convivência, tem aos poucos, se esvaído, perdido seu valor como fonte de sabedoria. A palavra que é o registro, o documento, a informação, o dado quantificável, assim, perde força pois prescinde do encontro entre narrador e ouvinte que significa a história que lhe é contada, levando-a a diante, tornando-a sua, convertendo-a em ensinamento.

A escuta atenta do outro: mapas, lugares, comunidades, caminhos, escrevivências. Escrevivência para a escritora e professora Conceição Evaristo é uma palavra carregada de sentido que decorre tanto da sua produção literária como da sua vivência como mulher negra, de origem periférica. Palavra, que mais do que um conceito, estabelece uma relação entre a vontade e o direito de contar suas histórias que são, também, as histórias daqueles que não tiveram nem vez nem voz para fazê-lo.

A escrevivência é a história do coletivo, da vivência, principalmente negra, de uma comunidade, inscrita em seus corpos, tantas vezes violentados ou subalternizados ao longo da história desse país. Comunidade que ganha representação a partir das histórias que se contam como literatura, a partir da voz de quem nunca teve o direito de usá-la. Conceição Evaristo afirma, em imensidão e potência:



É preciso que se escute a palavra que brota de uma história feita de pessoas.

E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana.

Escrita de uma história não registrada em livros ou mesmo apagada nos documentos dos arquivos institucionais, feita de trajetos forçados com inúmeras consequências na formação do povo brasileiro. Uma experiência histórica comum, para lembrar a afirmação de Lélia Gonzalez, que exige ser devidamente conhecida por todos nós, o povo novo, o povo amefricano. Precisamos nos aproximar dessas histórias e desse pensamento para que ele ecoe em nós e reverbere, dando-nos um “sul” por onde seguir.

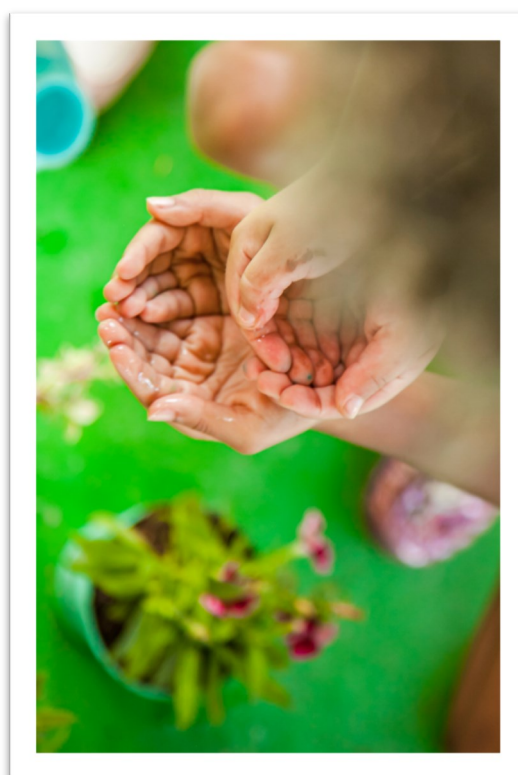
Oratura, oralitura, tradição viva, escrevivência são formulações que nos ajudam a refletir sobre a História feita de fatos, documentos e trajetos dos quais parecemos estar excluídos e aliados como povo; nossas referências educativas e culturais impostas de fora ou “de cima”, externas, hierárquicas, hegemônicas que não têm a ver com as relações que estabelecemos em nossos grupos de convívio e de referência, nossos modos de ser e de viver, herança e legado de uma ancestralidade que se quer apagar ou menosprezar. Somos assim excluídos de nós mesmos e é preciso que se escute a palavra que brota de uma história feita de pessoas, uma história feita pelo povo e suas vivências cotidianas.

Griôs, velhos anciãos, homens e mulheres em roda, porandubas, rodas de brincadeira e contação de histórias. Vivência do tempo e do espaço, vivência da palavra com a qual nos expressamos, vivência de observações, percepções e escutas, onde o ensina-

mento e o aprendizado se encontram para experimentarmos o mundo, em sua diversidade, como afeto e pergunta.

Entendemos a reminiscência como o fio condutor da memória e da história vivida no cotidiano e colocamos o historiador ao lado dos contadores de histórias, como o narrador que faz da palavra e da escuta as suas ferramentas de trabalho. Contar histórias a partir do vivido, do que lembramos, do que não deixamos ser esquecido no contexto de nossas comunidades narrativas. Ancestralidade e narratividade nos enlaçam ao que foi e mantêm profunda relação com o que é. E esse longo fio de histórias e memórias falam de nós.

Dando-nos um sul
por onde seguir.



Os territórios das infâncias: afetos, brinquedos, histórias, memórias e ensinamentos

No início deste livro digital, que nomeamos **Histórias de Pindorama: histórias, memórias e infâncias**, nós falávamos sobre como as histórias e as crianças são as sementes do nosso trabalho – brinquedos e projetos relacionados, profundamente, ao nosso patrimônio narrativo, pois nosso olhar se volta para o miúdo da vida cotidiana, onde a história se realiza como acervo, brinquedo e brincadeira, aprendizado e ensinamento, vivência e escuta. Esse olhar e essa escuta nos interpelam e nos questionam. Que mundo se descortina frente à criança quando olha ao seu redor? O que significam o espaço e o tempo para a criança e como ela os vivenciam?

No mundo acelerado pela informação e pela tecnologia, vivemos profundas mudanças políticas, econômicas, psicossociais e também cognitivas. Nesse contexto mais amplo, busca-se conhecer as “especificidades” da infância e por isso, retrata-se, observa-se, listam-se regras de cuidado e disciplina, defendem-se teses, divulgam-se dados científicos, adentra-se, cobra-se, procura-se dar conta do corpo e da mente infantil. No geral, falamos sobre a criança, mas pouco falamos com ela. E esse diálogo (ou a falta dele) nos leva a vivenciar uma lacuna entre o discurso que é proferido pelas autoridades parentais, científicas, educacionais e governamentais e o mundo no qual a criança vive (ou no mais das vezes, sobrevive).

A ideia propagada pela publicidade e pelos meios de comunicação de uma infância vivida como alegria, ingenuidade, pureza e beleza, fundamenta-se numa generalização do que é a infância como etapa inicial da vida humana, composta de passatempos e brincadeiras vividos pelos mais novos – todos eles, qualquer um – que ainda não são o que devem ser; tempo a ser ultrapassado porque não é da ordem do utilitário, é da ordem da fruição e como tal, assim se pensa, não serve para nada. Tempo que se perde em nossa memória quando adulto nos tornamos. Para além dessa visão redutora do que é a infância, é preciso atentar para um cenário desolador no Brasil e em todo o mundo.

No Brasil, especificamente, um contingente significativo de crianças e adolescentes são trabalhadores precoces: trabalham em casa no cuidado com os irmãos mais novos ou idosos, vendem balas nos semáforos, trabalham nos lixões, nas feiras, nas lavouras,

nas casas de família. São crianças, não brincam, não estudam ou mal tem tempo para isso. A taxa de gravidez na infância e na adolescência só fez crescer nos últimos quinze anos e as meninas, muitas delas vítimas de abuso e violência sexual, perdem seu direito a viver sua infância em plenitude, descoberta e imaginação.

Crianças quilombolas são, proporcionalmente, mais desnutridas do que a média das crianças brasileiras; vivem junto às suas comunidades a luta pela titulação de suas terras e pelo respeito aos seus modos de vida. O número de crianças indígenas em situação de acolhimento institucional aumentou significativamente nas regiões centrais do país. Alagando a pobreza e a falta de estrutura das comunidades indígenas, os órgãos responsáveis colocam essas crianças em adoção, retirando-as à força de suas famílias e afastando-as de sua cultura e ancestralidade. A invasão de seus territórios pelo garimpo ilegal, pela destruição das florestas, pela expansão das fronteiras agrícolas impactam nos seus modos de vida, adoecem comunidades inteiras, destroem seu conhecimento ancestral.

Quase metade das crianças e adolescentes no Brasil vivem em situação de miséria, muitas em extrema pobreza, de onde decorrem os altos índices de insegurança alimentar grave, ou seja: crianças passam fome. São superlativos os números de crianças que se envolvem com o tráfico de drogas; os adolescentes – negros em sua maioria – que são encarcerados; as que são vítimas recorrentes de “balas perdidas”. São crianças, não brincam, mal estudam. Não são incompletas ou imaturas: sofrem; vivem a impossibilidade da infância e sua invisibilização.

Em outros contextos de vida, se impõem às crianças a contenção dos espaços privados: quartos, salas de aula ou brinquedotecas onde o brincar é sempre orientado por um adulto ou, por vezes, é mesmo inexistente. Dessa forma, as crianças perdem a noção de si e de seu entorno. O uso excessivo e prematuro da tecnologia, nos diferentes contextos de aprendizagem, acaba por substituir experiências concretas de socialização e de relacionamento. O mundo virtual supera e transforma o mundo real. O espaço do brincar desaparece como espaço público e o quintal, a rua, o bairro, a vizinhança, a cidade – paisagens formadas por seres, ritmos, cheiros, movimento, descobertas e contradição – se transforma, meramente, num lugar de passagem. E as crianças sofrem de ansiedade, hipertensão, síndrome do pânico.

“Rua não é lugar de criança.” “Lugar de criança é na escola.” “Brincadeira tem hora.” “Criança não faz nada, só brinca.” São expressões corriqueiras e, ao mesmo tempo, tão

descoladas da concretude da vida que demonstram não só essa invisibilização da infância – sua quase impossibilidade –, mas também o quanto nos distanciamos de nos abrir para a infância e aprender com ela.

São escassos os espaços do brincar no desenho da cidade que é formatada por um modelo que segue a ordem do Mercado, que prioriza a circulação de produtos e serviços, mais do que a valorização dos espaços públicos de encontro, de convívio, do exercício da participação popular e da observação do entorno que cercam as pessoas. Sem o brincar que é próprio da criança, a infância passa a ser apenas um marcador temporal, momento que antecede o sujeito produtivo inserido e ajustado no escopo do sistema econômico vigente, baseado no lucro, na acumulação de riqueza e na exploração do trabalho. Brincar vira passatempo ou tempo jogado fora, ou de outro modo, apenas um *método* para aprender alguma coisa: o brincar pedagogizado nas escolas e nas instituições de saber (e de poder) que reforçam o viés de que brincar não serve para nada.

Num mundo dominado pelas corporações, pelo sistema financeiro, tudo e todos são considerados como elementos da produção, que podem ser descartados, modificados, desconsiderados, ou melhor, contam apenas como consumidores ou agentes de produção. E é nesse contexto que vivemos um grave problema que daí decorre: o apagamento da infância que se expressa, entre outros, na destruição gradativa dos espaços do brincar e na redução do tempo de ser criança. Afinal, ainda hoje, a pergunta feita recorrentemente às crianças é sempre sobre o que elas vão ser quando crescer, donde se depreende que elas – as crianças –, como tal, nada são. Só serão quando adultas forem.


A infância entendida como etapa de vida que antecede o tempo da vida adulta é uma criação da sociedade moderna que se baseia na ideia de uma ordem a ser cumprida, comportamentos bem definidos e disciplinados, saberes organizados em disciplinas, conhecimento como repertório a ser alcançado em etapas que se sucedem a cada faixa etária, tal qual uma linha de montagem que segue um fluxo unidirecional dos que sabem aos que não sabem e que se amplia para além da infância: os que não falam, os que não devem falar ou os que, preferencialmente, devam ficar calados.

O ser infantil, como uma construção histórica, não é um fenômeno natural, ele faz parte de um processo maior que é o da formação da sociedade moderna onde a vivência e o conhecimento que dela parte é substituído pelo saber necessário, o espaço/tempo do aprendizado definido na organização e delimitação das idades e dos níveis de ensino – o

lugar institucionalizado onde a criança se torna educando, onde o saber de poucos se universaliza como o saber de todos.

Nomear a infância, assim, significou instituir e pressupor uma noção do que é ser criança como uma generalização dela própria e de seus modos de ser, tomando-os mais como objetos de análise e não como percepção e aprendizado de suas singularidades, da forma como criam, convivem, transformam, indagam, aprendem, estabelecem relações, produzem conhecimento sobre si mesmas e sobre o mundo ao seu redor. Pois era preciso educar a criança para que ela se transformasse no adulto produtivo e claramente inserido nas práticas econômicas e sociais, postuladas por uma ordem política de dominação, que se dissemina mediante o discurso da diferença pela competência, da igualdade pelo mérito, da qualidade pela instrumentalização; discurso que procura apagar a pluralidade de histórias, culturas, linguagens, vivências, jeitos de ser e estar no mundo, ao mesmo tempo em que apaga as múltiplas faces da exclusão.



O espaço do brincar desaparece. 

Queremos pensar a infância de outro modo, não como uma etapa demarcada em calendário a que se vai somando datas, aniversários, repertórios e que vai se perdendo na medida em que se envelhece. Queremos pensar a infância no seu plural, na concretude da vida vivida em territórios feitos de relações, conhecimentos e ensinamentos que

têm profunda relação com contextos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos também plurais. Não entendemos a infância como etapa da vida onde a criança é percebida como alguém que deve ser ensinado, nada tendo a contribuir, como se receptáculo fosse.

O sentido que damos, no contexto do projeto **Histórias de Pindorama**, é diverso: queremos olhar para a História do Brasil com os olhos da criança, que por meio da brincadeira e da contação de histórias, contribui para que o pensamento amplie o olhar da superfície e se aprofunde na descoberta de afetos, interesses, palavras, mundos de vizinhança, proximidade e pertencimento. A realidade vivida por todos e todas nós, inclusive as crianças, falam de nós, dos valores que são relevantes, de lutas e lutos a serem enfrentados, de estratégias de compreensão daquilo que nos cerca, partilhando experiências, expressando-se na linguagem, inventando possibilidades, contando histórias, construindo acervos pessoais e coletivos. Contrapondo ao significado estrito de “infância” que indica “os que não falam”, damos relevância ao significado de “criança” que se relaciona à cria, criatura, criação.

O tempo de ser criança - que é o tempo do brincar - é fundamental não só para a criança em si, mas para todos e todas nós, pois o mundo escrito com letras minúsculas, de proximidade e vizinhança é o mundo onde a criança tem lugar como sujeito de sua história e da história de sua gente - sujeito do conhecimento que tanto aprende como ensina e assim o faz ao longo de toda a vida.

No mundo miúdo do cotidiano, do pequeno, das *insignificâncias* e *miudezas*, as crianças se relacionam com suas comunidades narrativas, com a palavra, com aprendizados e ensinamentos. Relacionam-se, também, com o Mundo escrito com letras maiúsculas, da falta e do conflito, da ausência ou escassez de políticas públicas de saúde, cultura e educação. Mundo virtual das redes sociais, mundo das relações mediadas pelos mais recentes aparatos tecnológicos. Em tempos de ausências e vazios, de confrontos e violências, acreditamos ser preciso olhar para o mundo escrito com letras minúsculas com generosidade, atenção, interesse e pergunta tal como as crianças nos ensinam a fazer.

Antes de começarmos a desenvolver o projeto **Histórias de Pindorama**, quando as questões que ora o fundamentam ainda eram perguntas que rondavam nossos pensamentos, recebemos o convite para participar do I Congresso Internacional Brincar, organizado pela equipe da Brinquedoteca do Hospital Pedro Ernesto/Universidade do Estado

do Rio de Janeiro, onde apresentamos a palestra “Brincantes, brincadores e comunidades narrativas: um manifesto a favor do tempo de ser criança.”

A palestra tratava justamente desse olhar e dessa escuta que nos inquietavam: a invisibilização e o apagamento da infância, os espaços das histórias e brincadeiras, as comunidades narrativas, saberes e ensinamentos, acervos de vida, histórias e memórias. Ao final da palestra lançamos nosso manifesto:

Manifesto a favor do tempo de ser criança

Que haja cuidado, escuta e respeito,
que hajam histórias, memórias e ensinamentos.
Que haja tempo e espaço para brinquedos e brincadeiras.
Porque as crianças aprendem e ensinam:
olhar generoso que pergunta, desafia, inventa, fantasia, subverte.
Para entender e explicar o mundo,
para ser presença e continuidade.
Para que existir seja possível!

O manifesto acabou nos encaminhando para a criação de um grupo de estudos que aprofundasse tais questões e buscasse não só sua compreensão, mas fosse capaz de propor encaminhamentos ou mesmo a possibilidade de desenvolver um projeto que falasse sobre esse mundo escrito com letras minúsculas, da proximidade, das vivências cotidianas, do tempo e do espaço das comunidades narrativas, onde as crianças têm lugar como alguém que afeta e é afetada por suas histórias e as histórias daqueles que a cercam. Histórias de sua vida e histórias da vida do povo ao qual pertence. Crianças no plural, territórios das infâncias onde vivem esses sujeitos do conhecimento que tanto aprendem como ensinam.



Um manifesto ao favor do tempo de ser criança.

Os lugares nos mapas, os escritos transformados em documentos, os documentos disseminados como dados e ao lado de tudo isso, as *insignificâncias* e *miudezas* da vida cotidiana: as palavras que seguem o ritmo da oralidade e não a organização dos regis-

tros, as pessoas e os seus territórios, as pessoas e suas histórias. O que nos afeta?

No livro “Amar e Brincar – os fundamentos esquecidos do humano”, do biólogo chileno Humberto Maturana e da psicóloga alemã Gerda Verden-Zöllner, os autores tratam dos fundamentos da condição humana que perpassam o afetivo e o lúdico, tratando da cultura do patriarcado europeu, das relações entre mães e filhos e da democracia como forma de convivência entre adultos que tenham vivido na infância uma *maternidade* feita de aceitação, acolhimento e respeito; e aqui o sentido de “mãe” é dado à qualquer pessoa, homem ou mulher, que, na convivência com a criança, dela cuida e a aceita, acolhe e respeita.

O livro tem como referência a teoria desenvolvida pelo próprio Maturana em parceria com Francisco Varela, também biólogo e seu conterrâneo, de onde emergem as noções de biologia do conhecimento e biologia do amor. Teoria que parte da biologia para falar da política, do social, da educação e tudo o que se relaciona à compreensão humana. Mas, voltemos a “Amar e Brincar”:

Nós, seres humanos modernos do mundo ocidental, vivemos numa cultura que desvaloriza as emoções em favor da razão e da racionalidade. Em consequência, tornamo-nos culturalmente limitados para os fundamentos biológicos da condição humana. Valorizar a razão e a racionalidade como expressões básicas é positivo, mas desvalorizar as emoções – que também são expressões fundamentais dessa mesma existência – não o é.

Essa afirmação se relaciona a ideia de que o ser humano como ente biológico tem sua corporeidade profundamente articulada às emoções que fundamentam suas ações e seus comportamentos. Mais que isso: o próprio pensamento racional se fundamenta na emoção que também o afeta. Os autores usam a palavra emoção como verbo – *emocionar* – para explicar que todos nós nos movemos de um domínio de ação a outro (comportamento), tal como de um domínio racional a outro (pensamento) mediados pelas emoções, que vão mudando num fluxo que se entrelaça tanto ao *emocionar* quanto ao *linguajar*, no âmbito dos fazeres de nossa vida cotidiana.

A linguagem ocorre porque existem coerências comportamentais que surgem entre os seres vivos que vivem juntos, que interagem, que compartilham espaços e modos de vida. Desse modo, a linguagem tem a ver com um espaço feito de relações e convivência – compartilhar a vida em comum. De onde, seguimos nós, buscando em outras palavras, os seus desdobramentos: comunidade, comunitário, comunhão.

O *linguajar* é o verbo que designa o fluxo de ideias, pensamentos, histórias, vivências e memórias que se realiza no contato com o outro. Entrelaçado ao *emocionar*, precisa de consenso para que se realize e de convivência para que se estabeleça. Aqui nos lembramos da relação entre palavra e escuta que tantas vezes sublinhamos em nosso texto, quando falamos sobre as comunidades narrativas e sobre os laços de pertencimento que aí são tecidos, onde a escuta atenta do outro possa vir a ter um lugar para existir. Os autores afirmam: *existimos no conversar, e tudo o que fazemos como seres humanos se dá em conversações e redes de conversações*.

Somos limitados pela racionalidade própria da cultura ocidental, tendendo a menosprezar ou minimizar a importância das emoções e de como elas afetam nossos corpos, nossos pensamentos e as relações que estabelecemos uns com os outros. Essa limitação nos leva à incapacidade, assim afirmam Maturana e Verden-Zöllner, de perceber o amor como emoção que especifica o domínio dos comportamentos que constituem o outro como um legítimo outro em coexistência conosco.

O amor, assim, fundamenta o domínio social, espaço da convivência e da mútua aceitação. Por conta dessa limitação cultural não percebemos algo de extrema importância: é o amor – como emoção fundamental – que tem a capacidade de gerar na criança em crescimento a consciência que ela terá de si mesma, dos outros e do mundo ao redor. O amor nos faz o que somos.

Ao deixar de desvalorizar as emoções, teremos a percepção de que o amor nos fez o que somos, nossos comportamentos e relações vividos e mediados pela linguagem. Os autores afirmam que ao mesmo tempo que o amor nos torna humanos, a perda dele altera nosso bem-estar seja físico e psíquico, englobando nossa percepção, nosso pensamento, nossa sensibilidade, nossos modos de lembrar, agir e estar motivados para fazer ou vivenciar nossas ações. Sem o amor, adoecemos o corpo e a alma.

Assim, para as crianças (e para os que as aceitam, acolhem e respeitam), o que importa, portanto, não é o que elas serão, mas o que elas são, pois o amor – como essa emoção fundamental – tem a ver com a aceitação do outro no presente de suas ações, sem expectativas futuras em relação às consequências de sua convivência com os que as cercam. Dessa forma, as crianças estarão com sua atenção voltada para aquilo que realmente lhes importa, suas descobertas e ações no mundo do qual fazem parte. Daí que o brincar, como relação estabelecida entre brincantes e brincadores, pressupõe o

amor que é vivido como brincadeira.

Ou seja, o brincar tem um papel fundamental na criança e no seu crescimento, tanto para o desenvolvimento de sua autoconsciência, de sua consciência social e de mundo, quanto para o autorrespeito e a autoaceitação.

No decorrer da vida – da criança ao ser adulto – passamos a classificar os mundos dos quais fazemos parte através dos sistemas de valores que vamos aos poucos aprendendo e apreendendo, sozinhos ou com os outros. Muito desse aprendizado nos traz a vivência de palavras tais como agressão, competição e egoísmo que nos afastam do coletivo e negam a relação social, pois se fundamentam na noção de que o desenvolvimento humano está centrado na competição, na busca de vantagens relativas, nas relações mais rentáveis e proveitosas.



O amor faz o que somos.



Dessa forma, o amor que deveria ser compreendido como o centro da vida humana, passa a ser compreendido como algo periférico, só evidente porque vivenciado como algo especial ou excepcional. Deixa de ser visto, assim, como a emoção que fundamenta o social.

O amor é a emoção básica do humano e, ao contrário do que muito se pensa, a sua evolução como espécie não se deu pela pressão da competição, mas pela conservação de modos de vida que incluíam comportamentos baseados na aceitação mútua e na convivência próxima, tornando possível o surgimento da linguagem.

No curso da história, isso resultou no primata linguajeante que somos. Também sustentamos que, quando a linguagem surgiu (...) ela o fez dando forma a uma maneira de viver no entrelaçamento do linguajar com o emocionar. É o que chamamos de conversar e constitui, de fato, a maneira humana de viver.

Embora o *conversar*, que constitui o viver humano, tenha possibilitado o surgimento de diferentes culturas como distintas redes de conversação, muitas delas validando a agressão e a competição como modos de vida, os autores sustentam que o *linguajar* e o *emocionar*, portanto a própria humanidade, não existiriam se emoções como a agressão e a competição fossem os seus fundamentos. A presença dessas e de outras emoções, relacionadas à diferentes culturas e à diferentes maneiras de viver existentes no mundo, no decorrer do tempo e em diferentes espaços, não encobre o aspecto essencial da condição humana que é a presença básica do amor.

Na criança a consciência de si anda de mãos dadas com a consciência do seu corpo que se amplia na descoberta do seu entorno, que por sua vez, lhe faz aprender consigo mesma e com os que a rodeiam, mediante a linguagem. Nesse processo ela depende da relação materna que não se restringe à relação com a mãe – como dito acima -, mas com a pessoa (ou pessoas) que dela cuida, aceita, acolhe e respeita. E essa relação entre o corpo, a emoção, a aceitação mútua, a confiança ou a desconfiança em si e no outro se faz presença no decorrer de toda a vida humana.

É preciso, então, refletir sobre os modos de vida que afetam o desenvolvimento mental da criança como ser amoroso e que impedem seu desenvolvimento físico, emocional, intelectual porque ela só assim se desenvolve – como ser consciente de si e do social do qual faz parte –, através das brincadeiras que faz com o pai e a mãe: os que dela cuidam. Existência e construção de laços de confiança que não se dão na chave da competição, mas na aceitação de si mesma e na aceitação do outro com quem ela convive que, de fato, constitui o domínio das relações sociais – nos explica a Dra. Verden-Zöllner.

Na cultura ocidental, muitos perdem a capacidade de brincar – aqui falamos não só das crianças –, porque as exigências da competição, das possibilidades vantajosas de

alcançar riqueza e poder, nos impulsionam para o que será, não para o que existe. A capacidade de vivenciar o presente parece ter se perdido na ideia da conquista de uma vida que, um dia se realizará, no futuro – que nunca chega.

Brinca-se quando se está atento ao que se faz no momento em que se faz. Isso é o que agora nos nega nossa cultura ocidental, ao chamar continuamente nossa atenção para as consequências do que fazemos e não para o que fazemos. Assim, dizer “devemos nos preparar para o futuro” significa que devemos dirigir a atenção para fora do aqui e agora; dizer “devemos dar boa impressão” quer dizer que devemos atentar ao que não somos mas ao que desejamos ser. Ao agir dessa maneira, criamos uma fonte de dificuldades em nossa relação com os outros e com nós mesmos. pois estamos onde está a nossa atenção e não onde estão os nossos corpos. Brincar é atentar para o presente.

A brincadeira é uma atitude fundamental não só da criança que brinca, mas de qualquer ser humano consciente de si, do outro e da necessidade da aceitação e da convivência para que a vida seja possível. Brincar tem a ver com qualquer atividade que se realiza no presente com a atenção voltada para ela mesma, vivida sem propósito ou intenção, além disso – *vivê-la*. Os autores nos ensinam que qualquer atividade humana que seja desfrutada em sua realização é uma brincadeira, onde quem brinca volta a atenção para o brincar, para o que vive, sem pensar em mais nada.



Brincar é atentar para o presente.

Vivemos uma cultura onde se desvalorizam as emoções ou, de outro modo, uma cultura onde se considera que as emoções são perturbações que interferem na racionalidade. Assim, nos distanciamos dos fundamentos do que somos. Nossas tragédias se contam em números e como tal não ecoam em nós como chamamento ou indignação, não nos impulsionam – como seres do convívio e da aceitação – a pensar sobre a transformação necessária.

Nosso olhar se volta para as crianças entendendo-as não como seres incompletos, ao contrário, as crianças vivem profundamente o seu tempo e o seu espaço, interagindo com tudo o que a cerca e influenciando o meio em que vive. Mas, no mundo acelerado da produção, da tecnologia e da informação as crianças não brincam ou pouco brincam. A infância torna-se invisível ou mesmo impossível de ser vivida. Dessa forma, perdem-

se, também, o tempo lento das narrativas e o tempo largo das brincadeiras.

O brincar tem a ver com fruição, com viver o instante em si. Tem a ver com o tempo lento, que passa e nem se percebe; tem a ver com prazer e inutilidade, com brinquedo, brincadeira, olhar e escuta, narrativa. O brincar não serve para nada. O brincar não é da ordem do útil, do utilizável, do que é transformado em utensílio, pois o que é útil, o proveitoso ou o vantajoso, se articula aos arranjos do poder; o que é fruição se articula à vivência do amor. Criamos ferramentas para aumentar o poder de nosso corpo. O que inventamos para nos dar prazer não é algo para ser usado - um brinquedo, uma pipa, uma música, uma história. É algo para desfrutar.

Antes do conhecimento sistematizado e organizado do Mundo, o que se experimenta é o ensinamento que brota das *insignificâncias* e *miudezas* da infância. E aí, então, poderemos entender o conhecimento como caminho e partilha: o diálogo que torna visível o *linguajar* e o *emocionar* e que nos encaminha aos saberes – a história, a paisagem, os relevos, o entorno, a memória, a reminiscência – que decorrem dos fundamentos da vida: amar e brincar.

Para recordar o que escrevemos aqui anteriormente, voltemos à pergunta que faz Alberto Manguel no livro “A cidade das palavras, as histórias que contamos para saber quem somos”: Por que estamos juntos? Ao responder tal questão, Manguel, destaca que a linguagem existe não só para nomear os seres e as coisas; ela é manifestação de nossas experiências de vida, pois a linguagem nos fundamenta, fala de nós e sobre o mundo no qual vivemos e para que exista é preciso afeto, amor e a consciência da aceitação e da convivência com os que nos rodeiam para que, assim, possamos ser o que somos: contadores de histórias. Como evocação ela torna presente a lembrança, aquilo que é preciso guardar. As histórias assim compartilhadas permanecem, porque têm a capacidade de dar sentido e significado à vida dos que as contam.

Em nosso entendimento, tudo o que nos move, em nossas conversações e em nossas ações, tem, como fundamento o afeto, que não se realiza como subjetividade, mas como concretude. Aqui repetimos a frase de bell hooks já citada anteriormente: *o amor é o que o amor faz*.

bell hooks (assim mesmo, escrito em minúsculas) é o pseudônimo da professora, escritora e ativista antirracista estadunidense, Gloria Jean Watkins. Seu pseudônimo é

uma homenagem à sua bisavó, Bell Blair Hooks. No livro “Tudo sobre o amor: novas perspectivas”, amplia a questão que aqui desenvolvemos quando fala da necessidade de reivindicarmos uma ética amorosa numa sociedade que parece ter excluído o afeto de todas as dimensões da vida e, ao fazê-lo, confronta aquilo que fundamenta a própria natureza humana. Acreditar no amor como fenômeno social e não apenas algo surpreendente e excepcional restrito à vida individual, é pressupor que *todos têm o direito de ser livres, de viver bem e plenamente*.

A visão que prega a impossibilidade da mudança de uma ordem que se baseia na dominação e na exclusão, que convive sem questionamentos com a concentração de renda e riqueza, com o machismo, com o racismo, com a ideia capitalista de que o bem-estar não é para todos, pois que não há bens suficientes para serem compartilhados e uma boa vida só está ao alcance de poucos é, para bell hooks, o que explica a dificuldade em transformar o pensamento para que possamos nos ver como seres que mudam. E essa dificuldade está articulada ao medo da mudança e mais que isso, ao medo coletivo do amor como ética que fundamenta a existência dos seres humanos em sociedade.

Culturas de dominação se apoiam no cultivo do medo como forma de garantir a obediência. Em nossa sociedade, falamos muito do amor e pouco do medo. Todavia, estamos terrivelmente apavorados o tempo todo. Como cultura, estamos obcecados com a ideia da segurança. Contudo, não questionamos por que vivemos em estados de extrema ansiedade e terror. O medo é a força primária que mantém as estruturas de dominação. Ele promove o desejo de separação, o desejo de não ser conhecido. Quando somos ensinados que a segurança está na semelhança, qualquer tipo de diferença parece uma ameaça. Quando escolhemos amar, escolhemos nos mover contra o medo – contra a alienação e a separação. A escolha por amar é uma escolha por conectar – por nos encontrarmos com o outro.

Assumir essa ética amorosa é também vivenciar o miúdo da nossa vida cotidiana como tempo/espço de cuidado, aceitação, acolhida e respeito que se articulam ao compromisso, à confiança, à responsabilidade e ao conhecimento que nos coloca junto aos outros, aos que nos rodeiam, que formam junto conosco o que chamamos aqui de comunidades narrativas.

O conhecimento como elemento essencial do amor é algo de enorme importância. Conhecer é entender os fundamentos e o laços de pertencimento que sustentam as ações coletivas e a vida comunitária e se contrapõe, no sentido apresentado por bell hooks, aos sistemas de dominação – o patriarcado e o racismo, por exemplo - *que propa-*

gam de diferentes formas que nas relações humanas há um lado superior e um inferior, que uma pessoa é forte e a outra, fraca, e conseqüentemente, é natural que o poderoso domine o que não tem poder.

Pensamos que está aí, na relação entre conhecimento e ética amorosa, que encontramos a substância do nosso projeto: pensar o passado não como um tempo feito de fatos e documentos, definidos por si mesmos ou por ações e comportamentos heroicos, sublinhados por conquistas e embates entre vencedores e vencidos. Pensá-lo de outro modo, como o ensinamento, como um caminho que se realiza como a sucessão de histórias vividas, feitas de memórias significativas. Vivências e convivências que formam acervos: escritos, gestos, crenças, fotografias, desenhos, encontros, trajetos, memórias, palavras: histórias compartilhadas que se contam por anos a fio.



Por que estamos juntos?



Este livro apresenta um projeto que é um fazer coletivo não só das pessoas que o integram, mas dessas histórias compartilhadas que estão articuladas às nossas vivências e ampliadas pela leitura dos autores e autoras que aqui citamos. Além disso, nossa vivência de criar e produzir brinquedos e de propor oficinas de leituras e brincadeiras, faz com que busquemos nas infâncias e na criança com a qual brincamos e na criança que fomos (e que permanece em nós) esse olhar de interesse e pergunta, que não se conforma, somente, com uma única resposta, pois há sempre um porquê a ser perguntado e

uma resposta mais generosa a ser alcançada. E assim fazemos. A própria palavra patrimônio que usamos aqui no decorrer de toda nossa escrita nos coloca novas questões: de que falamos?

O uso corriqueiro das palavras por vezes nos afastam de seu real significado. Usamos a palavra patrimônio para falar sobre o conjunto de acervos individuais e coletivos que se constituem através do tempo e em diferentes espaços de vida, onde as pessoas se constituem como uma comunidade social e política. Patrimônio narrativo é o repertório de histórias compartilhadas, contadas e recontadas no decorrer do tempo e que passam de geração em geração. Mas, ao nos atentarmos para o seu significado – conjunto de bens, direitos e obrigações – nos demos conta de que talvez essa palavra não diga tudo o que gostaríamos de dizer, pois ela está muito mais ligada a um inventário de poses e haveres do que de acervos feitos de histórias de vida.

E tal como a criança que olha o mundo com olhos de interesse e pergunta, nos indagamos sobre outras palavras que diriam melhor o que gostaríamos de dizer. No livro “Os museus e as cidades: contribuições para uma sustentabilidade integrada”, as arquitetas Cassia Rodrigues da Silva e Lúcia Capanema Álvares e o museólogo e poeta Mário Chagas, ao definirem a palavra museu nos contemplam com uma série de significados possíveis que nomeiam – entre outras mitologias e epistemologias – a relação com o passado, a memória e o tempo, que também são o foco de nossa interesse e atenção no presente livro e no projeto Histórias de Pindorama como um todo. Assim, afirmam:

(...) compreende-se que os museus são em simultâneo, lugares de memória (herança materna – matrimônio) e lugares de poder (herança paterna – patrimônio), mas onde há memória, há esquecimento e onde há poder, há resistência. Acrescente-se ainda que eles também são lugares de criatividade, sororidade, cumplicidade, solidariedade (herança fraterna – fratrimônio) e espaços de disputa, conflito, litígio. De outro modo: os museus podem ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar o poder da memória e, ainda, instituições produtoras de exclusão ou ferramentas que podem ser acionadas a favor de processos solidários.

Tanto os museus, como tudo o que faz parte da condição ou criação humana – palavra, pensamento, conceito, narrativa, linguagem, instituição – são construções sociais e, também, *geradores de sentidos, experiências, conhecimentos e afetos* e, por isso, estão profundamente relacionados às nossas formas de ver e estar no mundo.

usa para dizer alguma coisa, descobrimos que matrimônio e fatrimônio tem muito a ver como nosso olhar e compreensão de mundo e quais heranças queremos fazer ecoar. É desse modo que queremos olhar o mundo: com olhos de interesse e pergunta, como tantas vezes dizemos por aqui.

Aprender na vivência dos territórios das infâncias é esticar nossas mãos para que sejamos levadas pelas mãos das crianças ao ensinamento que vêm das histórias e brincadeiras, rodas ancestrais de conversa e de contação de histórias e, assim, descobrir que tantas possibilidades de ser e viver não ficaram lá na infância “que se perdeu”; tais possibilidades estão em nós e seguem conosco até o fim da vida, e mesmo além, pois permanecem como memória e reminiscência.

Povo novo, encantamento, ancestralidade, amefricanos, aldear, aquilombar, sulear, comunidades narrativas, matrimônio, fatrimônio: palavras-mundo, grávidas de mundos possíveis.

Retomemos nossas palavras iniciais: a memória é evocação, traz ao presente as experiências e vivências do passado para que o tempo presente seja feito de ensinamento e aprendizado, mas também de cuidado, acolhida, aceitação e respeito para que se compreenda a história, não como uma sucessão de fatos e acontecimentos, mas como trajetórias de vidas compartilhadas: a história comum que nos leva a pensar na ética amorosa que fundamenta a existência humana. Celebrar a vida, a existência, o comunitário, os saberes compartilhados como ensinamentos que se encontram na vivência do miúdo do cotidiano da vida de cada um e de cada uma, no contexto de suas comunidades narrativas – centralidade do acontecer histórico.

Para contribuir com essa compreensão, criamos um projeto que tem, na história comum compartilhada, na ancestralidade e no afeto, os seus fios condutores e sua razão de ser. O projeto tem como foco a História do Brasil – melhor dizendo, as histórias do Brasil – e quer contá-la (ou contá-las) através do brincar e da contação de histórias.

Por meio da pesquisa em fontes documentais, conceituais e orais, criaremos uma coleção de Caixas da histórias temáticas que representarão um momento, processo ou assunto relacionados a ela, a História do Brasil, as histórias do povo brasileiro.

A “Caixa da história” é um dos primeiros brinquedos criados e produzidos no âmbito

da Emabring Serviços e Brinquedos Educativos e foi inspirada no ensaio de Walter Benjamin: “Brinquedos e jogos: observações sobre uma obra monumental”. O ensaio faz parte do livro de Benjamin, “Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação” que reúne uma série de ensaios do autor, escritos nas primeiras duas décadas do século XX.

Analisando e comentando o livro “Brinquedos para crianças desde tempos antigos”, de Karl Gröber, o filósofo alemão de quem temos falado tanto aqui, aponta para questões interessantes que cercam não só o brincar, mas também o brinquedo como objeto que é condicionado tanto pela cultura econômica de quem o produz como pela técnica da coletividade onde se origina, destacando que de muitos modos, os brinquedos se articulam à vivências de experiências que acontecem desde muito cedo, através de ritmos primordiais que se manifestam nos diferentes modos de brincar, criados e recriados pelos seres humanos. Para Benjamin, é através desses ritmos que nos tornamos *senhores de nós mesmos*, ou dito de outra forma, nos tornamos *conscientes* de nós mesmos.

Para ele, há uma lei fundamental que rege a totalidade do mundo do brinquedo: a lei da repetição, que para a criança é a alma do brincar, pois ela quer sempre fazer “de novo”; seja no jogo, com o brinquedo ou ouvindo a história, a criança quer sempre um “mais uma vez”, como um pedido para que a alegria e o prazer aconteça repetidamente. E aqui tratamos tanto do brinquedo, como do contar/ouvir histórias, pois ambos são próprios do brincar, tal como o entendemos. Toda e qualquer experiência mais profunda é capaz de revelar em nós esse desejo pela repetição e pelo retorno que nos traz de volta a situação primordial de onde nasce o primeiro impulso, para que se possa saborear, com intensidade e prazer, aquilo que foi experimentado e vivido uma vez. E Benjamin diz: *a essência do brincar não é um “fazer como se”, mas um “fazer sempre de novo”, transformação da experiência mais comovente em hábito*. E pergunta:

Mas quando um moderno poeta diz que para cada homem existe uma imagem em cuja contemplação o mundo inteiro desaparece, para quantas pessoas essa imagem não se levanta de uma velha caixa de brinquedos?

Com essa pergunta nos pensamentos, criamos um brinquedo para contar histórias com painel-cenário, personagens e elementos diversos para serem manipulados e usados para contar uma história, conto ou lenda de nosso *matrimônio* narrativo. A primeira Caixa da história foi “Irerê”, conto autoral inspirado no ritual do Moitará do Alto Xingu. Outros contos e histórias vieram a ser somar à essa primeira caixa que é um dos brinquedos

mais queridos de nosso catálogo. Contudo, mesmo sendo um “objeto” para brincar, nossa proposta queria contemplar não só a visão da *velha caixa de brinquedos*, mas a percepção de que não guardamos apenas coisas, mas também vivências, afetos, memórias e histórias que nos foram contadas em outro momento, por outras pessoas e que tudo isso vai criando acervos materiais e imateriais. Assim, a Caixa da história é um convite aos brincantes e brincadores para que descubram o que ali encontram e que ampliem a história que está sendo contada, guardando e compartilhando elementos de seus acervos pessoais e coletivos, de acordo com seus interesses e compreensão. Enlaçando a história que escuta com a própria história, brincantes e brincadores tornam-se, também, narradores, os contadores de histórias que a levam adiante e fazem com que ela permaneça, torne-se significativa.

Com o **Projeto Histórias de Pindorama: histórias, memórias e infâncias** levamos a ideia da Caixa da História para o espaço virtual, com a criação de um site onde vamos compartilhar uma série de materiais educativos que têm como foco contar as histórias do Brasil, tal como afirmamos anteriormente. Tais materiais serão compartilhados gratuitamente e com livre acesso, começando por este livro digital que ampliará seu escopo conceitual na elaboração e apresentação dos livros digitais de referência que serão produzidos para cada Caixa da história dessa coleção virtual. Além dos livros de referência, produziremos minidocumentários sobre o processo de criação desses materiais, relacionando esse fazer a cada tema abordado, bem como livros infantojuvenis, vídeo-livros, rodas de conversa, podcasts e as Caixas da história com cenários e personagens para imprimir, recortar, montar e brincar.

A primeira caixa da coleção tem o tema “Independência do Brasil: a criação de uma nação” que já estará disponível junto ao presente livro digital e os demais materiais elencados acima: livro de referência, livro infantojuvenil, minidocumentário, vídeo-livro, Caixa da história e tudo o mais. Seguindo nessa proposta, já pensamos em outros temas para nossa coleção, como “O Povo Brasileiro”, “A Revolta dos Malês”, “O Quilombo da Pedra do Sal e a Pequena África no Brasil”, “Guerra dos Bárbaros” e tantos outros.

Para nós, a essência desse projeto está na importância que damos ao passado não como um “lugar” em si mesmo, mas como possibilidade de descoberta, de compreensão e de ensinamento, como um caminho para pensar sobre nós, ou com outras palavras: as histórias que contamos para saber quem somos. E lembrar que é no cotidiano que vive-

mos nossa própria vida e a vida dos que nos cercam, centro do acontecer histórico, que precisa ser feito de convivência e aceitação, partilha e laços de pertencimento.

O futuro só existe como sonho, o que vivemos é o presente e que esse viver seja feito de espaços largos – vividos e habitados – e de tempo lento, feito de palavra, afeto, escuta e ensinamento, onde possamos ouvir e contar nossas histórias e descobrir o que nos fundamenta: amar e brincar.



A criança olha ao redor
e descobre o miúdo, o pequeno,
com olhos de interesse e pergunta:
a flor, o pingo da chuva, a pedra,
a fruta, o rosto, a mão.
Olhar generoso que, para ser,
precisa de colo, casa, pão e brinquedo.

Os livros, artigos e ensaios que foram nossas referências e que adoramos ler e discutir e mais os livros e textos com os quais seguiremos na reflexão sobre o Brasil e seu povo

ABDIAS DO NASCIMENTO

O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Textos de Kabengele Munanga, Elisa Larkin Nascimento e Valdecir Nascimento. São Paulo: Perspectiva, 2019.

O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Textos complementares de Florestan Fernandes, Wole Soyinka e Elisa Larkin Nascimento. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ACHILLE MBEMBE

Crítica da Razão Negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Necropolítica: biopoder, soberania, Estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Sair da Grande Noite: ensaios sobre a África descolonizada. Petrópolis: Vozes, 2019.

AGNES HELLER

O Quotidiano e a História. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. Série Interpretações da História do Homem; vol. 2.

AILTON KRENAK

Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

O Amanhã Não Está à Venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Lugares de Origem. Textos de Ailton Krenak e Youssef Campos. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ALBERT MEMMI

Retrato do Colonizado: precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALBERTO ACOSTA

O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALBERTO DA COSTA E SILVA

A África e os Africanos na História e nos Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

ALBERTO MANGUEL

A Cidade das Palavras: as histórias que contamos para saber quem somos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALDEMIR FABIANI

Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ALÊ SANTOS

Rastros de Resistência: histórias de luta e liberdade do povo negro. São Paulo: Panda Books, 2019.

ALEX RATTS

Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza: Imprensa Oficial, 2006.

ALFREDO BOSI

Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ANÍBAL QUIJANO

Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em:

http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

BARTOLOMEU CAMPOS QUEIRÓS

Mário ou De pedras, conchas e sementes. Ilustrações de Sara Ávila. Belo Horizonte: Miguilim, 1985.

BEATRIZ NASCIMENTO

Uma História Feita por Mãos Negras. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

BELL HOOKS

Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Prefácio Silvane Silva. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

BERTA RIBEIRO

Diário do Xingu. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Estudos brasileiros, v.42.

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA

Amazônia Urgente. Berta Ribeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 39). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/amazoniaurgente.pdf>

América Latina: a Pátria Grande. Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2012. (Coleção biblioteca básica brasileira; 1). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/americalatina-patria-grande-1.pdf>

América Latina: males de origem. Manoel Bonfim. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013 (Coleção biblioteca básica brasileira; 13). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/americalatina-males-de-origem.pdf>

Capítulos de História Colonial. Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013 (Coleção biblioteca básica brasileira; 26). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/capitulos-de-historia-colonial.pdf>

Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas. André João Antonil. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 7). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/cultura-opulencia-do-brasil.pdf>

Ensaio Insólitos. Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 50). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/ensaiosinsolitos.pdf>

Novo mundo: as cartas que batizaram a América. Américo Vespúcio. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 38). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/novomundo-as-cartas-que-batizaram-a-america.pdf>

O Brasil na América. Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 33). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/o-brasil-na-america.pdf>

O Brasil nação: vol. I. Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 35). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/o-brasil-nacao-vol-1.pdf>

O Brasil nação: vol. II. Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 31). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/o-brasil-nacao-vol-2.pdf>

O descobrimento do Brasil. Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro,

(Coleção biblioteca básica brasileira; 11). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/o-descobrimento-do-brasil.pdf>

O índio na cultura brasileira. Berta Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 22). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/08/o-indio-nacultura-brasileira.pdf>

Os Bruzundangas. Lima Barreto. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009. (Coleção biblioteca básica brasileira; 3). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/os-bruzundangas.pdf>

Teoria do Brasil. Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica; 41). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/teoria-do-brasil.pdf>

Tratado descritivo do Brasil em 1587. Gabriel Soares de Sousa. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 14). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/tratado-descritivo-do-brasil-em-1587.pdf>

Tratados da terra e da gente do Brasil. Fernão Cardim. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 19). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/tratados-da-terra-e-da-gente-do-brasil.pdf>

Viagem ao Brasil. Hans Staden. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. (Coleção biblioteca básica brasileira; 12). Disponível em:

<https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/viagem-ao-brasil.pdf>

BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS

Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume I: para um pensamento alternativo de alternativas. Organização de Maria Paula Meneses e outros. 1 edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Coleção Antologias do Pensamiento Social Latinoamericano e Caribenho; v. 1. Coordenação de Pablo Gentili. Disponível em:

https://www.clacso.org.ar/antologias/detalle.php?id_libro=1491

Construindo as Epistemologias do Sul: antologia essencial. Volume II: para um pensamento alternativo de alternativas. Organização de Maria Paula Meneses e outros. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Coleção Antologias do Pensamiento Latinoamericano e Caribenho; v.2. Coordenação Pablo Gentili. Disponível em:

https://www.clacso.org.ar/antologias/detalle.php?id_libro=1492

O Fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

CAIO PRADO JÚNIOR

Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

Nós, os humanos: do mundo à vida, da vida à cultura. São Paulo: Cortez Editora, 2018. Disponível em:

<https://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2019/02/N%C3%93S-OS-HUMANOS-rosa-dos-ventos.pdf>

O Sexto Sol: escritos sobre seres e cenários da América e do Brasil de três cantatas cênicas sobre o mundo e o povo. Santiago de Compostela: Versão Eletrônica, 1992. Disponível em:

<https://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2019/02/O-SEXTO-SOL-rosa-dos-ventos.pdf>

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

“Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades.” **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 25-30, 2009. Editora UFPR. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231/10939>

CÁSSIA RODRIGUES DA SILVA

Os museus e a cidade: contribuições para uma sustentabilidade integrada: o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cássia Rodrigues da Silva, Lucia Capanema Álvares e Mário Chagas. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU, 2021. Disponível em:

<http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2022/05/26museuscidade-1.pdf>

COLEÇÃO CULTURA NEGRA

Cultura Negra: festas, carnavais e patrimônios negros: novos desafios para os historiadores. Vol. 1. Organização de Martha Abreu, Giovana Xavier, Lívia Monteiro e Eric Brasil. Niterói, RJ: Eduff, 2018. (Pesquisas, 6a) Disponível em:

<https://www.eduff.com.br/produto/cultura-negra-v-1-festas-carnavais-e-patrimonios-negros-e-book-pdf-524>

Cultura negra: trajetórias e lutas de intelectuais negros: novos desafios para os historiadores. Organização de Martha Abreu, Giovana Xavier, Lívia Monteiro e Eric Brasil. Vol.2. Niterói, RJ: Eduff, 2018. (Pesquisas, 6b) Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/15064/Cultura-negra-2.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

COLEÇÃO HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL

Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. Volume 1. Laura de Mello e Souza (org.). Coleção dirigida por Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Edição de bolso (Selo Companhia de Bolso)

Império: a corte a modernidade nacional. Volume 2. Luiz Felipe de Alencastro (org.). Coleção dirigida por Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Edição de bolso (Selo Companhia de Bolso)

Da Belle Époque à Era do Rádio. Volume 3. Nicolau Sevcenko (org.). Coleção dirigida por Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. Edição de bolso (Selo Companhia de Bolso)

COLEÇÃO HISTÓRIA DO BRASIL NAÇÃO: 1808 - 2010

Crise Colonial e Independência: 1808 - 1830. Coordenação de Alberto Costa e Silva. Direção da coleção de Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Objetiva, 2011.

A Construção Nacional: 1830 - 1889. Coordenação de José Murilo de Carvalho. Direção da coleção de Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Objetiva, 2012.

A Abertura para o Mundo: 1889 - 1930. Coordenação de Lília Moritz Schwarcz. Direção da coleção de Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Objetiva, 2012.

Olhando para Dentro: 1930 - 1964. Coordenação de Ângela Castro Gomes. Direção da coleção de Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Objetiva, 2013.

Modernização, Ditadura e Democracia: 1964 - 2010. Coordenação de Daniel Aarão Reis. Direção da coleção de Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Objetiva, 2014.

COLEÇÃO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA/UNESCO

Metodologia e pré-história da África. Volume I. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

África antiga. Volume II. Editado por Gamal Mokhtar. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

África do século VII ao XI. Volume III. Editado por Mohammed El Fasi. Brasília: UNESCO, 2010.

África do século XII ao XVI. Volume IV. Editado por Djibril Tamsir Niane. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

África do século XVI ao XVIII. Volume V. Editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2010.

África do século XIX à década de 1880. Volume VI. Editado por J. F. Ade Ajayi. Brasília: UNESCO, 2010.

África sob dominação colonial, 1880-1935. Volume: VII. Editado por Albert Adu Boahen. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

África desde 1935. Volume VIII. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

Toda a coleção está disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=10900>

COLEÇÃO MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA

Caminhos da Alma: memória afro-brasileira. Volume 1. Vagner Gonçalves da Silva (org.). 2ª edição. São Paulo: Summus, 2002.

Artes do Corpo. Volume 2. Vagner Gonçalves da Silva (org.). São Paulo: Selo Negro, 2004.

Imaginário, Cotidiano e Poder. Vagner Gonçalves da Silva (org.). Volume 3. São Paulo: Selo Negro, 2007.

COLEÇÃO SANKOFA: MATRIZES AFRICANAS DA CULTURA NEGRA

A Matriz Africana no Mundo. Vários autores. Organização de Elisa Larkin Nascimento. Volume 1. São Paulo: Selo Negro, 2008.

Cultura em Movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. Vários autores. Organização de Elisa Larkin Nascimento. Volume 2. São Paulo: Selo Negro, 2008.

Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente. Vários autores. Organização de Elisa Larkin Nascimento. Volume 3. São Paulo: Selo Negro, 2008.

Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. Vários autores. Organização de Elisa Larkin Nascimento. Volume 4. São Paulo: Selo Negro, 2009.

CONCEIÇÃO EVARISTO

“A Escrivência e Seus Subtextos.” Texto publicado no livro **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes (orgs.). Ilustrações Goya Lopes. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em:

<https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>

Becos da Memória. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

“Esse lugar também é nosso.” Entrevista cedida à Ana Paula Acauan. **Revista PUC-RS**, nº 191, 2019. Disponível em:

<https://www.pucrs.br/revista/esse-lugar-tambem-e-nosso/>

Olhos D'água. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

CLÓVIS MOURA

Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 6ª edição. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

Quilombos: resistência ao escravismo. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

DANIEL MUNDURUKU

O Karaíba: uma história do pré-Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 2018.

DARCY RIBEIRO

O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global Editora, 2018.

Aos Trancos e Barrancos: como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

Configurações Histórico-culturais dos Povos Americanos. São Paulo: Global, 2016.

Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Global Editora, 2017.

Diários Índios: os Urubu-Kaapor. São Paulo: Global, 2020.

Uirá sai à procura de Deus: ensaios de etnologia e indigenismo. São Paulo: Global, 2016.

Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. São Paulo: Global, 2019.

Educação como Prioridade. Seleção e Prefácio de Lúcia Velloso Maurício. São Paulo: Global, 2018.

DAVI KOPENAWA E BRUCE ALBERT

A Queda do Céu: palavra de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ECLÉA BOSI

“A pesquisa em memória social.” **Revista de Psicologia/USP**, n. 4, 1993. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v4n1-2/a12v4n12.pdf>

Memória e Sociedade: lembrança de velhos. 2ª edição. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1987. Coleção Biblioteca de Letras e Ciências

EDGAR MORIN

Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Amor, Poesia, Sabedoria. Tradução de Edgar de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Terra-Pátria. Edgar Morin e Anne Brigitte Kern. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: Sulina, 1995.

EDUARDO GALEANO

As Veias Abertas da América Latina. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2019. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4194484/mod_resource/content/1/As%20veias%20abertas%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf

O Caçador de Histórias. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

Palavras Andantes. Com gravuras de J. Borges e Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre, RS: L&PM, 1994.

EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO

A Inconstância da Alma Selvagem: e outros ensaios de Antropologia. Porto Alegre: CO-SACNAIFY, 2014.

ELISA LARKIN NASCIMENTO

Adinkra: sabedoria em símbolos africanos. Elisa Larkin Nascimento e Luiz Carlos Sá (orgs.). Rio de Janeiro: Cobogó, 2002.

O Tempo dos Povos Africanos: suplemento didático da linha do tempo dos povos africanos. Brasília, DF: IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros. Design Gráfico de Maria de Oliveira e Bernardo Lac. Realização Ministério da Educação - MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, 2007. Disponível em:

<https://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2013/12/SUPLEMENTO-DIDATICO.pdf>

ENCICLOPÉDIA EINAUDI

“Memória.” Jacques Le Goff. **Memória/História.** Porto, Portugal: Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1984. v.1. pp. 11-50.

“Documento/monumento.” Jacques Le Goff. **Memória/História.** Porto: Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1984. v.1. pp. 95- 106.

“História.” Jacques Le Goff. **Memória/História.** Porto: Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1984. v.1. pp. 158-259.

“Passado/presente.” Jacques Le Goff. **Memória/História.** Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v.1. pp. 293-310.

“Antigo/moderno.” Jacques Le Goff. **Memória/História.** Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v.1. pp. 370-392.

“Linguagem.” Noam Chomsky. **Linguagem/Enunciação.** Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 2. pp. 11-56

ERIC HOBSBAWN

Sobre História: ensaios. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Viva La Revolución: a era das utopias na América Latina. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FLORESTAN FERNANDES

Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Raízes)

O Negro no Mundo dos Brancos. São Paulo: DIFEL, 1972. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)

A Integração do Negro na Sociedade de Classes: o legado da “raça branca”. São Paulo: Globo, 2008. (Obras reunidas de Florestan Fernandes).

O Significado do Protesto Negro. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. (Coleção Po-
lêmicas do Nosso Tempo; v.33)

FRANTZ FANON

Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Pele Negra, Máscara Branca. Salvador: EDUFBA, 2008.

GANDHY PIORSKI

Brinquedos do Chão: a natureza, o imaginário e o brincar. São Paulo: Peirópolis, 2016.

GERSEM DOS SANTOS LUCIANO-BANIWA

O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.
Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversida-
de; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf

GISLAYNE AVELAR DE MATOS

A Palavra do Contador de Histórias. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

O Ofício do Contador de Histórias. Gislayne Avelar de Matos e Inno Sorsy. São Paulo: Martins
Fontes, 2005.

GUILLERMO SULLINGS

Encrucijada y Futuro del Ser Humano: los pasos hacia la nación humana universal. Santia-
go de Chile: Virtual Ediciones, 2016.

HANNA LIMULJA

O Desejo dos Outros: uma etnografia dos sonhos Yanomami. São Paulo: Ubu, 2022.

HUMBERTO MATURANA

Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena, 2004.

Emoções e Linguagem na Educação e na Política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

IDJAHURE KADIWÉU

Tembetá: conversas com pensadores indígenas. Rio de Janeiro: Azougue, 2019.

JESSÉ DE SOUZA

Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro:

Leya, 2018.

Ralé Brasileira: quem é e como vive. Colaboradores: André Grillo [et.al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

A Elite do Atraso: da escravidão a lava-jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Como o racismo criou o Brasil. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

Brasil dos Humilhados: uma denúncia da ideologia elitista. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

JOEL RUFINO DOS SANTOS

Na Rota dos Tubarões: o tráfico negreiro e outras viagens. 1ª edição. Ilustrações de Rafael Fonseca. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

JOHN MANUEL DOS SANTOS

Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

JOSÉ DE AGUIAR

A Infância do Brasil. Porto Alegre, AVEC, 2017. (HQ)

JOSÉ MURILO DE CARVALHO

A Construção da Ordem. Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
“Brasil, Brazil: sonhos e frustrações”, Artigo de 2006. Disponível em:

<https://shial.colmex.mx/wp-content/uploads/2022/02/Jose-Murilo.pdf>

Cidadania no Brasil: o longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KABENGELE MUNANGA

Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Origens Africanas do Brasil Contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

KAKÁ WERÁ JEKUPÉ

A Terra dos Mil Povos: história indígena do Brasil contada por um índio. Ilustrado por Taísa Borges. São Paulo: Peirópolis, 2020.

KAREL KOSIK

“O século de Grete Samsa: da possibilidade ou impossibilidade do trágico na nossa época.” Tra-

dução de Leandro Konder. **Revista Matranga**, nº 8, março, 1996. Disponível em:

<http://www.pgletras.uerj.br/matranga/nrsantigos/matranga8kosik.pdf>

KATIÚSCIA RIBEIRO

“O Futuro é Ancestral.” **Le Monde Diplomatique Brasil**. [Acervo Online] 19 de novembro de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-futuro-e-ancestral/>

LADISLAU DOWBOR

A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2009. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2020/08/formcap1.pdf>

O Mosaico Partido: a economia além das equações. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em:

<https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/Mosaico-Partido-2004-97p.pdf>

LEONARDO BOFF

O Casamento Entre o Céu e a Terra: contos dos povos indígenas do Brasil. Ilustrações de Pata Macedo e Adriano Miranda. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.

Saber Cuidar: ética do humano: compaixão pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

O Pescador Ambicioso e o Peixe Encantado a Busca pela Justiça. Petrópolis: Vozes, 2022

Brasil: concluir a refundação ou prolongar a dependência? Petrópolis: Vozes, 2018.

LORENA BORGES

“Direito à Ancestralidade.” **Portal Geledés**, 1º de agosto de 2020. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/direito-a-ancestralidade/>

LUIZ BOLOGNESI E PETRO PUNTONI

Meus heróis não viraram estátuas. São Paulo: Ática, 2012.

LUIZ ANTONIO SIMAS

“A História a Contrapelo.” **Revista Quatro Cinco Um**. 1º de abril de 2020. Disponível em:

<https://www.quatrocincoum.com.br/br/resenhas//a-historia-a-contrapelo>

Almanaque Brasilidades: Um inventário do Brasil Popular. Ilustrador: Mateu Velasco. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

Arruaças: uma filosofia popular brasileira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

Encantamento: sobre política de vida. Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

Flecha do Tempo. Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

O Corpo Encantado das Ruas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

Umbandas: uma História do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2021.

MANOEL DE BARROS

Memórias Inventadas: a Infância. Iluminuras de Martha Barros. São Paulo: Planeta, 2003.

Retrato do Artista Quando Coisa. Desenhos de Millôr Fernandes. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS

Chão da Minha Utopia. Paula Elise Ferreira Soares e Wilkie Buzatti Antunes (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/b2053p/b2053p.pdf>

MARCELO GRONDIN E MOEMA VIEZZER

Abya Yala, genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas. Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2021.

MARCIO D'OLNE CAMPOS

“A arte de sulear-se”. **Interação Museu-Comunidade pela Educação Ambiental.** Manual de apoio a Curso de Extensão Universitária. Teresa Cristina Scheiner (coord.). TACNET-UNIRIO. Rio de Janeiro, 1991. pp. 59-61 e pp. 79-84.

“Leitura da palavra... Leitura do Mundo”. Diálogo entre Paulo Freire e Marcio D’Olné Campos. **Correio da Unesco**, nº 19 - 2, fevereiro de 1991. pp. 4-9.

Visite: < <https://www.sulear.com.br/> >

MÁRCIO SOUZA

História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MARIA NAZARETH SOARES FONSECA

“Literatura e Oralidade Africanas: mediações”. **Portal Literafro.** Disponível em:

<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/literafricas/literatura-angolana/1505-maria-nazareth-soares-fonseca-literatura-e-oralidade-africanas-mediacoas>

MARINA DE MELLO E SOUZA

África e Brasil Africano. São Paulo: Ática, 2006.

MÁRIO CHAGAS

Há uma gota de sangue em cada museu. 2ª edição. Chapecó: Argos, 2015. Disponível em:
<http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/07/40gotadesangue.pdf>

MARY DEL PRIORE

Colônia. São Paulo: Leya, 2016. (Coleção Histórias da Gente Brasileira, vol 1)

Império. São Paulo: Leya, 2016. (Coleção Histórias da Gente Brasileira, vol.2)

República: Memórias (1889 - 1950). São Paulo: Leya, 2017. (Coleção Histórias da Gente Brasileira, vol.3)

República: Testemunhos (1951 - 2000). São Paulo: Leya, 2019. (Coleção Histórias da Gente Brasileira, vol.4)

MICHAEL POLLACK

“Memória, Esquecimento, Silêncio.” **Revista Estudos Históricos**, v. 2, nº 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

MICHEL LÖWY

Walter Benjamin: aviso de incêndio - uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

“A contrapelo: a concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940).” **Lutas Sociais**, n. 25/26, p.20-28, 2010/2011. Disponível em:

<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/Vol.2526/michael-lowy.pdf>

MICHEL SERRES

O Terceiro Instruído. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget. Coleção Epistemologia e Sociedade, n.7

Atlas. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget. Coleção Epistemologia e Sociedade, n.69.

MILTON SANTOS

O Espaço do Cidadão. São Paulo: EDUSP, 2014. (Coleção Milton Santos)

Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1994.

Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro:

Record, 2003.

MOACIR GADOTTI

A Carta da Terra na educação. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Cidadania planetária; 3). Disponível em:

http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/2812/FPF_PTPF_12_048.pdf?sequence=1&isAllowed=y

História das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 2003. Disponível em:

http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/2812/FPF_PTPF_12_048.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Pedagogia da Práxis. Prefácio de Paulo Freire. 2^a edição. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1998. Disponível em:

http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2793/1/FPF_PTPF_12_043.pdf

40 olhares sobre os 40 anos da pedagogia do oprimido. Moacir Gadotti (org.). São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Cadernos de Formação; 1). Disponível em:

http://www.acervo.paulofreire.org/bitstream/handle/7891/2811/FPF_PTPF_12_047.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Reinventando Paulo Freire. Moacyr Gadotti e Martin Carnoy (orgs.). São Paulo: Instituto Paulo Freire, Lemann Center/Stanford Graduate School of Education, 2018.

MOGOBE RAMOSE

“A Ética do Ubuntu”. Tradução para uso didático de: *The ethics of ubuntu*. Texto publicado no livro: **The African Philosophy Reader**, de Peter H. Coetzee e Abraham P.J. Roux. New York: Routledge, 2002, p. 324-330.

MUNIZ SODRÉ

A Verdade Seduzida: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Maud, 2019.

Pensar Nagô. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

NEI LOPES

Bantos, Malês e Identidade Negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Filosofias Africanas: uma introdução. Nei Lopes e Luiz Antônio Simas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

Dicionário da História Social do Samba. Nei Lopes e Luiz Antônio Simas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo: Selo Negro, 2011.

NELSON PAPAVERO

Origem do nome “América” e o Brasil na cartografia quinhentista. [livro eletrônico]. São Paulo: NEHILP/FFLCH/USP, 2018. Disponível em:

<https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/282/249/1097>

NEUSA SANTOS SOUZA

Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983. (Coleção Tendências, 4) Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Neusa_Santos_Souza_-_Tornar-se_Negro.pdf?1599239573

OLÍVIO JEKUPÉ

A Invasão. Bragança Paulista, SP: Hecatombe, 2020.

OTÁVIO IANNI

Raças e Classe no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PAUL GILROY

O Atlântico Negro. São Paulo: Editora 34, 2012.

PAULO FREIRE

A importância do ato de ler em três artigos que se completam. 15ª edição. São Paulo: Cortez Editora: Editora Autores Associados, 1986. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 4). Disponível em:

<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/A-Importancia-do-Ato-de-Ler-Paulo-Freire.pdf>

Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2013. Disponível em:

http://www.lettras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf

Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. Disponível em:

<https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2021/11/paulo-freire-pedagogia-da-esperanca.pdf>

Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Disponível em:

<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indignação%20e%20outros%20escritos.pdf>

Por uma Pedagogia da Pergunta. Paulo Freire e Antonio Fahundez. Rio de Janeiro: Paz e Ter-

ra, 2012. Disponível em:

<https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/15.-Por-uma-Pedagogia-da-Pergunta.pdf>

À Sombra desta Mangueira. São Paulo: Editora Olho D'água, 1995.

Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em:

<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>

Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. Paulo Freire e Ira Shor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/medo_ousadia.pdf

Educação Como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf

Política e Educação: ensaios. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf

PERO VAZ DE CAMINHA

Carta a el Rey Dom Manuel: versão moderna de Rubem Braga. Ilustrações de Roger Mello. Rio de Janeiro: Record, 1999

Acesse o texto integral da carta de Caminha, disponível no site da Biblioteca Nacional: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf

RAFAEL DOMINGOS OLIVEIRA

Vozes Afro-atlânticas: autobiografias e memórias da escravidão e da liberdade. São Paulo: Elefante, 2022.

RAFAEL FREITAS DA SILVA

O Rio antes do Rio. Rio de Janeiro: Babilônia Cultura Editorial, 2015.

REINALDO JOSÉ LOPES

O Brasil antes de Cabral. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2017.

RENATA MEIRELLES

Giramundo e Outros Brinquedos e Brincadeiras dos Meninos do Brasil. São Paulo: Terceira Nome, 2007.

RICHARD SENNETT

Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2015.

O Artífice. Rio de Janeiro: Record, 2013.

ROLAND BARTHES

Aula. Tradução e Posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3738921/mod_resource/content/1/BARTHES_Roland_-_Aula.pdf

O Prazer do Texto. São Paulo: Perspectiva, 1987. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/318165/mod_resource/content/1/BARTHES%2C%20Roland%20-%20O%20prazer%20do%20texto%20-%20ED.%20perspectiva%2C%202004.pdf

O Grau Zero da Escrita: seguido de novos ensaios críticos. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSA MARGARIDA DE CARVALHO ROCHA

Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro: uma proposta de intervenção na superação do racismo no cotidiano escolar. Ilustrado por Marcial Ávila, Gustavo Tupiná, Maurício Pestana, Pensador Angolano, Xavier M'beve e Berzé. 3ª edição. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

ROSIANE RODRIGUES

Nós do Brasil: estudo das relações étnico-raciais. São Paulo: Moderna, 2012

RUPI KAUR

O que o sol faz com as flores. São Paulo: Editora Planeta, 2017.

SUELI CARNEIRO

A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. São Paulo: Zahar, 2023.

THIAGO DE MELLO

Amazonas: no coração encantado da floresta. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

TOBY LESTER

A Quarta Parte do Mundo: a corrida aos confins da Terra e a épica história do mapa que deu nome à América. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

UMUSI PARAKUMU, TORAMU KEHIRI E NARRADORES DESANA KEHIPORA

Antes o Mundo Não Existia. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2019.

VÁRIOS AUTORES

A Descoberta do Homem e do Mundo. Organização de Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Disponível em:
<https://artepensamento.ims.com.br/colecao/a-descoberta-do-homem-e-do-mundo/>

500 Anos de Brasil na Biblioteca Nacional. Organização de Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1016851/icon1016851.pdf

Brasil: 500 anos de povoamento. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>

Brasil Vivo: uma nova História da nossa gente. Chico Alencar, Marcus Venício Ribeiro e Claudius Ceccon. Petrópolis: Vozes, 1986.

Cajubi: ruptura e reencanto. São Paulo: Incompleta: Festival Cajubi, 2021. E-book: PDF, 130. Disponível em:
https://029e89b2-ec36-42c7-af7c-75a3333a2d60.filesusr.com/ugd/8edceb_b1d27e24abd241fa988d107dde5a3e56.pdf

Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos. Organizadores: Lilia Moritz Schwarcz e Flávio Gomes. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Dicionário Paulo Freire. Danilo R. Streck. Euclides Redin, Jaime José Zitkoski (orgs.). 2ª. edição. Revisão Ampliada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. Disponível em:

<https://www.centropaulofreire.com.br/arquivos/livros/Dicion%C3%A1rio%20Paulo%20Freire%20-%20Danilo%20R.%20Streck.pdf>

Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Organização de Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em:

<https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>

Estudo e Pesquisas com o Cotidiano da Educação das Infâncias em Periferias Urbanas. Organização de Heloísa Josiele Santos Carneiro e Maria Tereza Goudard Tavares. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2018.

Griots: culturas africanas: linguagem, memória, imaginário. Tânia Lima, Izabel Nascimento e Andrey Oliveira. 1ª ed. Natal: Lucgraf, 2009. Disponível em:

https://muralafrica.paginas.ufsc.br/files/2011/11/griots_livro.pdf

Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção. [livro eletrônico] Julie Dorrico, Leno Francisco Danner, Heloísa Helena Siqueira Correia e Fernando Danner (orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. Disponível em:

<http://atempa.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Literatura-ind%C3%ADgena-contempor%C3%A2nea-Livro-.pdf>

Mestre das Periferias. Ailton Krenak, Conceição Evaristo, Nêgo Bispo e Marielle Franco (*in memoriam*). Rio de Janeiro: Editora Periferias, 2021.

Não é uma crise, é um projeto: os efeitos das reformas do Estado entre 2016 e 2021 na educação: caderno 1. [livro eletrônico] Coordenação do estudo: Andressa Pellanda e Vanessa Pipinis. Ilustração e Diagramação: Sophia Andreazza. São Paulo, SP: Instituto Campanha, 2021. Disponível em:

https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1633966731NAO_E_UMA_CRISE_CADERNO1.pdf

“À sombra do Baobá”. **Revista Negras Palavras**. Museu Afro-Brasil. nº 1. Agosto de 2006.

Pedagogias de(s)coloniais: saberes e fazeres. [livro eletrônico] Elson Santos Silva Carvalho, Dernival Venâncio Ramos Jr. e Inês Fernández Mouján (orgs.). Goiânia: Elson Santos Silva Carvalho, 2020. PDF. Disponível em:

http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana-cm/libro_detalle.php?id_libro=2079&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=1743

Poranduba: roda de histórias indígenas. Organização de Rute Casoy. Rio de Janeiro: Roda de Histórias Indígenas: Programa Petrobras Cultural: Nau, 2009.

Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas. Bianca Santana, Carolina Rossi e Nelson De Lucca Pretto. 1ª edição. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012. Disponível em:

<https://www.aberta.org.br/livrorea/livro/livroREA-1edicao-mai2012.pdf>

Tempo e História. Organização de Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. Disponível em:

<https://artepensamento.ims.com.br/colecao/tempo-e-historia/>

Vozes Insurgentes de Mulheres Negras: do século XVIII à primeira década do século XXI. Organizado por Bianca Santana. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019. Disponível em:

https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2019/08/web_Vozes_Insurgentes-1.pdf

VERA MARIA RAMOS DE VASCONCELLOS E MANOEL JACINTO SARMENTO

Infância (in) visível. (organizadores). Araraquara, SP: Junqueira&Martin, 2007

WALTER BENJAMIN

Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. vol.1. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Summus, 1984. (Coleção Novas buscas em educação; v.17)

WALTER MIGNOLO

“Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.” **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>

WLAMYRA R. DE ALBUQUERQUE E WALTER FRAGA FILHO

Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>

ZYGMUNT BAUMAN

Babel: entre a Incerteza e a Esperança. Tradução de Renato Aguiar. 1ª edição. Zygmunt Bauman e Ezio Mauro. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Globalização: as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Vida Líquida. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2ª edição revista. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

O Elogio da Literatura. Zygmunt Bauman e Ricardo Mazzeo. 1ª edição. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.





Este livro digital pode ser compartilhado, na íntegra ou em parte, desde que preservada sua autoria e divulgado o projeto no qual se insere, excetuando o seu uso comercial.

Todos os direitos desta edição pertencem a
Emabrinq Serviços e Brinquedos Educativos Ltda. ME
CNPJ 07.200.764/0001-70 e estão protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998.

